

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA
FILHO”**

Faculdade de Filosofia e Ciências
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Campus de Marília

TAMIRES BARBOSA ROSSI SILVA

**“EXPERIÊNCIAS MULTISSITUADAS: ENTRE CURSINHOS TRANS E
ATIVISMOS: QUAIS NARRATIVAS, QUE CIDADANIA É ESSA?”**

MARÍLIA
2017

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA
FILHO”**

Faculdade de Filosofia e Ciências
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Campus de Marília

TAMIRES BARBOSA ROSSI SILVA

**“EXPERIÊNCIAS MULTISSITUADAS: ENTRE CURSINHOS TRANS E
ATIVISMOS: QUAIS NARRATIVAS, QUE CIDADANIA É ESSA?”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista/UNESP – Campus Marília, como requisito para obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Cultura, Identidade e Memória.

Orientadora: Prof. Dr. Larissa Maués Pelúcio Silva.

MARÍLIA
2017

Silva, Tamires Barbosa Rossi.
S586e “Experiências multissituadas: entre cursinhos trans e
ativismos: quais narrativas, que cidadania é essa?” / Tamires
Barbosa Rossi Silva. – Marília, 2017.
132 f. ; 30 cm.

Orientador: Larissa Maués Pelúcio Silva.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de
Filosofia e Ciências, 2017.
Bibliografia: f. 125-132

1. Educação. 2. Direitos sexuais. 3. Pessoas LGBT. 4.
Movimentos sociais urbanos. 5. Ativistas pelos direitos
humanos. I. Título.

CDD 306.766

TAMIRES BARBOSA ROSSI SILVA

“EXPERIÊNCIAS MULTISSITUADAS: ENTRE CURSINHOS TRANS E
ATIVISMOS: QUAIS NARRATIVAS, QUE CIDADANIA É ESSA?”

Dissertação para obtenção do título de Mestre, da Faculdade de Filosofia e
Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, na área
de concentração de ciências sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora:

Prof. Dr. Larissa Maués Pelúcio Silva, UNESP-Marília

2º Examinador:

___ Prof. Dr. Anna Paula Vencato, UFMG

3º Examinador:

Prof. Dr. Luís Antônio Francisco, UNESP - Marília

Marília, 27 de setembro de 2017.

À minha amada avó Nazir (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, que me constituem, me fortalecem e me apoiam de modo genuíno e incondicional, especialmente a minha mãe Dalva Barbosa, minha irmã Threitse Barbosa e minha avó Nazir de Sousa (in memoriam) que partiu no momento em que ingressei nesta nova etapa profissional.

A minha orientadora Larissa Pelúcio pelo cuidado, leituras e sugestões valiosas durante todo o período de concepção deste trabalho.

Aos professores Anna Paula Vencato e Luís Antônio Francisco que compuseram a banca de qualificação e leram com tanta acuidade este trabalho mostrando falhas e potências do mesmo e também pela disponibilidade para participar da banca de defesa.

As minhas amigas e amigos que têm acompanhado minhas angústias e devaneios, Amanda Rosa, Cecília Vianna, Fernando Araújo e Maria Olinda Vaz. Agradeço especialmente a Gabriela Araújo, que me acompanhou na pesquisa de campo e me incentivou nos momentos de desânimo, me ajudando em momentos cruciais desta dissertação.

As amigas e amigos que fiz em Marília: Guto Mugnai, Lays Mazotti, Patrícia Mazotti, Rafael Simonetti, Wahuane Branco, Franz Cesarinho, Camila Rodrigues, Thiago Bispo, Juliana Jardim, Rafaela Suiro e Cadu Machado, alguns mais próximos, outros mais distantes, mas cada um foi essencial durante esta trajetória.

Aos amigos da moradia estudantil da Unesp de Marília, especialmente a Casa 04 que me acolheu, a moradia não foi um lugar de passagem, mas de fortalecimento, o que tornou as minhas viagens para Marília mais leves e calorosas.

As travestis Uberabenses, pela força e garra que cada uma possui ao enfrentar o rio sinuoso que é Uberaba, uma vivência que se constitui na alegria. Agradeço especialmente a Glendha, Skarleth e Duda pelo acolhimento.

A *Jornada LGBT* por se constituir um espaço de resistência tão caro e importante para Uberaba.

Aos cursinhos trans, especialmente o *Transpondo* e o *Transenem* que se constituem na resistência buscando uma sociedade mais plural e democrática e por possibilitarem o meu fortalecimento enquanto docente.

Aos amigos e profissionais da *E. E. Minas Gerais* que não mediram esforços para possibilitar a realização desta pesquisa.

As minhas alunas e alunos que me acompanharam ao longo destes anos, obrigada por terem ouvido minhas angústias, meu mal humor, minhas aflições, e por sonharem comigo, em tempos tão difíceis sou agraciada por discentes como vocês.

Por fim, agradeço à *CAPES* pelo financiamento dessa pesquisa, e ao *Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais* da UNESP de Marília pelo espaço institucional para o desenvolvimento do trabalho.

RESUMO

Este trabalho traz em seu corpo, discussões teóricas e etnográficas sobre o universo das políticas educacionais, educação não formal e seus desdobramentos e implicações no campo da militância e do ativismo político de pessoas trans. Situo o contexto das políticas públicas educacionais destinadas às pessoas trans e o movimento de travestis e transexuais, tal análise num plano institucional é confrontada com as experiências da etnografia multissituada, que são analisadas pela teoria queer e outros aportes pós-estruturalistas. Abordo como o espaço de política e reivindicação tem sido constituído em Uberaba, quanto as pautas de gênero e sexualidade, embora nem sempre a resistência política seja reconhecida. Também registro a rotina de espaços educativos alternativos, os “Cursinhos trans”, que através de suas ações constituem um espaço político para as pessoas trans, que garantem novas formas de existência e concebem outros modos de acesso a cidadania. Assim, ao abordar experiências políticas que se constroem para além de um plano institucionalizado, seja através do “fazer política” ou dos cursinhos, opero alguns deslocamentos sobre o que é fazer política e de como se tecem as negociações e os enfrentamentos. Esse é um trabalho sobre resistência, sobre vidas abjetas, que têm sido excluídas e de como essas vidas têm resistido e inventado ao seu próprio modo possibilidades de respirar e de inspirar.

Palavras chaves: Educação. Direitos sexuais. Pessoas trans. Travestis. Transexuais. Ativismo. Militância. Política.

ABSTRACT

This work brings in its body, theoretical and ethnographic discussions about the universe of educational policies, non-formal education and its consequences and implications in the field of militancy and political activism of transpeople. I situate the context of public educational policies for transpeople and the transvestite and transsexual movement, such analysis of an institutional level and confronted with as multi-situational experiences and interpretations, which are analyzed by queer theory and other poststructuralist contributions. I relate how the space of politics and claim have been constituted in Uberaba, as well as the gender and sexuality guidelines, although it is not a recognized political policy. On the other hand, "Trans Cursinhos", which through their actions constitute a political space for transpeople, which guarantee new forms of existence and conceptualize other modes of accessing to citizenship. Thus, when addressing political experiences which are built beyond an institutionalized plan, through "doing politics" or the courses, I operate a few shifts about what is doing politics and how they weave themselves into negotiations and confrontations. This is a work about endurance, about abject lives, which have been excluded and how these lives have been resisted and invented in their own way of breathing and inspiration possibilities.

Keywords: Education. Sexual rights. Transpeople. Travestite. Transsexuals. Activism. Militancy. Policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Tessituras iniciais	11
Escolhas teóricas e metodológicas	16
Percurso, as entrevistas e as colaboradoras/es	20
CAPÍTULO 1 - Alinhavando teorias e pesquisas	23
1.1 Pessoas trans: Como estas vidas importam no espaço escolar?	23
1.2 Educação, ativismo e suas tensões	32
1.3 Trilha das políticas públicas: com quantos corpos se faz uma política?	40
CAPÍTULO 2 - Experiências que desalinham	49
2.1 Uberaba, Política e Gênero	50
2.2 Só existe política na Parada?	66
CAPÍTULO 3 - Que máquina de guerra é essa?	85
3.1 Cursinhos trans: protagonismo e empoderamento	85
FECHANDO CICLOS: deixando fissuras	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125

INTRODUÇÃO

Tessituras iniciais

Lecionar, viajar, estudar, pesquisar. Neste ritmo, esse texto se teceu. Noites de sono perdidas, ônibus perdidos, rodoviárias descobertas, amizades construídas, nas aulas e no campo. Quando conclui a minha graduação em ciências sociais me aproximei de alguns lugares relacionados ao movimento social em Uberaba¹, especificamente o feminismo, estes espaços me pareciam um lugar propício para a continuidade da formação teórica e também para a formulação de uma relação entre teoria e prática. Em diversos momentos uma angústia muito comum era partilhada em relação as dificuldades de organizar pautas e ações de mobilização na cidade. Foi essa angustia que potencializou a vontade de pesquisar algo que viesse ao encontro de meu cotidiano: o gênero e a sexualidade. Decidi que seria importante realizar uma pesquisa que pudesse confluir em dados e, desejavelmente, subsidiar futuras políticas públicas. Por este motivo me aproximei das questões que tangiam a vida de pessoas travestis e transexuais em Uberaba, entendo que estes sujeitos produzem uma performatividade de gênero que se estrutura nas margens e não se adequa a identidade de gênero inteligível, que é aquela que “*mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.*” (Butler, p.38, 2008) E ao borrarem tais fronteiras vivenciam uma série de processos de marginalização que produz violências físicas e simbólicas, tais como os empecilhos jurídicos e médicos na alteração de nome em seus documentos pessoais, acesso ao mercado de trabalho, bem como dificuldade de acesso a espaços públicos, como escola, postos de saúde.

Atualmente atuo como professora de sociologia de uma escola pública da cidade de Uberaba, tal atividade profissional tem me proporcionado legitimidade e trânsito em alguns espaços, além de perceber que muitas pautas que são caras nesta dissertação como as políticas educacionais de gênero, também convergem com o desejo de muitas alunas e alunos que encontrei ao longo desta pesquisa. Percebo que a temática de gênero e de sexualidade nas aulas de sociologia têm sido essenciais e, ao mesmo tempo, a estratégia teórica que mais arrebatava polêmicas e o que ao mesmo tempo afasta e aproxima algumas alunas e alunos da dinâmica de aprendizagem da sala de aula.

¹ Situo algumas características da cidade no capítulo 2.

Meu projeto inicial do mestrado tinha como objetivo pesquisar a prostituição travesti na cidade de Uberaba. O mesmo tomou outros encaminhamentos teóricos e analíticos, mas algumas de suas pautas ainda se mantiveram, como os direitos sexuais e o engajamento político que desafia as dificuldades de acesso a tais direitos. Em partes, as outras escolhas analíticas se deram por já haver extensa bibliografia sobre a prostituição travesti. Um horizonte novo se desenhava bem à minha frente, mas foram necessários alguns obstáculos iniciais, os quais toda a pesquisa enfrenta, para que meu olhar o alcançasse esse cenário familiar com um olhar analítico. Antes, fui buscar este novo, que já era meu vizinho, na cidade de São Paulo.

Nos processos de construção e desconstrução desta dissertação, elaborei uma proposta de pesquisa se centrava em uma análise do programa “*Transcidadania*”², política pública intersetorial implantada no município de São Paulo, voltada para a integração social de travestis e transexuais via educação. A escolha do objeto de pesquisa se devia ao teor inédito da proposta, buscando compreender não só as repercussões e efeitos locais do *Transcidadania*, mas também como tal medida embasaria políticas voltadas para estes sujeitos em nível nacional. Na busca de recursos para o desenvolvimento desta pesquisa tive o projeto aprovado pela à *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)*. No entanto os incessantes contatos feitos com a coordenação não foram respondidos, o que exigiu que outros caminhos fossem traçados para a construção dos dados empíricos.

Nestas encruzilhadas dos caminhos etnográficos, ao invés de me lançar para as capitais, me aproximei de situações que estavam próximas, e deixei que o campo de pesquisa fosse construído a partir da realidade já vivenciada por mim nas cidades de Uberaba e Uberlândia. Havia uma singularidade local que, dada a proximidade que se

² É uma política pública, lançada em 2015 e ampliada em 2016, no município de São Paulo, junto às secretárias da Saúde, Educação, Trabalho, Mulheres e Assistência e Desenvolvimento Social e tem como proposta fortalecer as atividades de colocação profissional das travestis e transexuais. As beneficiárias recebem uma bolsa no valor de R\$ 910,00, para concluir o ensino básico e a educação profissionalizante. Com carga horária obrigatória de 30 horas semanais, há módulos de Educação de Jovens e Adultos, curso profissionalizante, aula de direitos humanos, preparação para o mercado de trabalho e estágio; ainda, durante o desenvolvimento do projeto será realizada pesquisas junto as participantes para avaliar a iniciativa. As participantes do projeto terão direito a utilizar o nome social na rede municipal de ensino, nos boletins, livros, registro escolares, certificados e diplomas, poderão também frequentar o banheiro de sua preferência. Também é oferecido tratamento hormonal em unidades básicas de saúde para evitar problemas de saúde decorrente da aplicação de silicone industrial. Será dada prioridade às participantes na Casa Abrigo do Brasil, exclusiva para travestis e transexuais em situação de rua, e também no Complexo Zaki Narch e o Centro de Referência da Mulher, garantirá atendimento prioritário às travestis vítimas de violência. Para a participação do projeto, as travestis e transexuais não precisam suspender outras atividades profissionais, como a prostituição, mas os critérios de participação devem ser cumpridos.

encontravam de meu próprio cotidiano, não estavam sendo percebidas na riqueza e originalidade que passei a constatar conforme fui imergindo em campo.

Em 2015 participei do *XI Encontro de Travestis e Transexuais do Triângulo Mineiro*, realizado na cidade de Uberlândia (MG). O evento contava com lideranças do movimento nacional de travestis e transexuais e antecedia a *14ª Parada do Orgulho LGBT* da cidade. Neste contexto foi anunciado o lançamento de um cursinho preparatório para o Enem voltado para que travestis e transexuais (*Cursinhos Trans*) da localidade pudessem concluir o ensino básico e adentrar à universidade. Assim, me aproximei desta iniciativa e de outros *Cursinhos trans* utilizando as ferramentas das redes sociais digitais, tais como as páginas do *Facebook*³ elaboradas pelos cursinhos com a finalidade de divulgação do projeto e busca de recursos humanos e financeiros. Conjuntamente, comecei a participar de alguns eventos marcados pela temática do gênero e da sexualidade em Uberaba, além de transitar em alguns espaços de ativismo. Assim, retomando leituras e realizando revisão bibliográfica sobre o movimento de travestis e transexuais, comecei a me questionar o quanto a literatura deste movimento é construída a partir de lugares específicos, como grandes centros e capitais. Percebi que estes meus trânsitos poderiam somar-se a outras questões já enunciadas como problemas de pesquisa, documentando como as temáticas que balizam esse trabalho, política educacional e gênero, são tensionadas na cidade de Uberaba em relação ao universo das travestis e transexuais. Nestes novos caminhos etnográficos, quando submeti a mudança de campo para a *Fapesp*, na qual o trabalho de campo seria realizado em cidades mineiras tive o benefício negado, uma vez que alegava-se não se tratar de pesquisa realizada no estado de São Paulo. Havia, ainda, o fato de, como professora concursada, precisar seguir trabalhando, até mesmo pelas possibilidades etnográficas que essa atuação permitia.

Uma temática importante para este trabalho é a questão das margens. Entendo que a vida das pessoas trans⁴, é uma experiência que se produz na fronteira. A fronteira é a zona de invisibilidade, produzida a partir de condições culturais, sociais, raciais, étnicas, de classe, gênero, e/ou orientação sexual. As fronteiras estão presentes em qualquer

³ A plataforma foi criada em 2004, por um grupo de estudantes de Harvard, e até 2012 contava com uma média 901 milhões de perfis cadastrados. No Brasil, o quantitativo de perfis, em 2013 chegou a 76 milhões, sendo que desses, pelo menos 47 milhões acessam as notificações da plataforma diariamente. (FONTE: Facebook Newsroom. Available at <http://newsroom.fb.com/>)

⁴ Termo guarda-chuva que busca abarcar travestis, mulheres e homens transexuais, a discussão conceitual da terminologia será realizada posteriormente. Quando for utilizado a terminologia pessoas trans, estarei me referindo as identidades que termo abarca. Já para me referir as experiências específicas utilizarei a terminologia própria.

cultura, não são espaços vazios, mas zonas heterogêneas e fluídas de produção criativa e de troca, pelas quais os sujeitos transitam incessantemente em desafio às rígidas dicotomias que tentam organizar a experiência social e seus significados. (Rosaldo apud Costa, 1997). Pesquisas que abordam as condições de vida de pessoas trans, a constituição de identidade, as violências que estes sujeitos são submetidos, se configuram como análises que abordam temáticas marginais, são trabalhos que olham para a fronteira, mas nem sempre feitos na fronteira.

Para prosseguir o raciocínio me refiro a obra *“Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente”* de Edward Said (2007), o autor ao abordar a relação entre Oriente versus Ocidente, aponta-a como *“uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa, (...)”* (p. 32) Tal relação de poder e de dominação permite investimentos que são responsáveis na criação do *Orientalismo* como um conjunto de conhecimentos a respeito do próprio Oriente, tais conhecimentos não são produzidos de forma unilateral, mas através de uma rede de interesses, de coerções políticas, institucionais e ideológicas. *“O Orientalismo não só cria, mas igualmente mantém; é, mais do que expressa, uma certa vontade ou intenção de compreender, em alguns casos controlar, manipular e até incorporar o que é um mundo manifestamente diferente (ou alternativo e novo)”*(p. 41)

Ao pensar a relação do Oriente *versus* Ocidente no meu contexto de pesquisa, percebo que relação de poder semelhante existe na produção científica de centros universitários renomados em relação a cidades interioranas que não possuem uma rede de ensino e pesquisa já consolidada. No que tange pesquisas relacionadas ao engajamento político de pessoas trans, há de se considerar que embora o engajamento político de pessoas trans se inicie no contexto de lutas da epidemia de aids, tais eventos se configuram como um tema de preocupação científica relativamente novo.

Proponho com essas ponderações que assim como as temáticas trans estão na fronteira, a produção em determinados espaços também se encontra na fronteira. Tais localidades interioranas pouco exploradas constituem uma margem acadêmica, por conseguinte os resultados de meus trânsitos, em Uberaba e Uberlândia, são produzidos sobre temáticas que se constroem na fronteira, em uma localidade também fronteira.

Este trabalho não se preocupa em estabelecer uma dicotomia entre o conhecimento produzido nos centros universitários e o interior, mas sim em contribuir para a constituição de um conhecimento plural e diverso. Assim, como não tomo a identidade das pessoas trans numa perspectiva essencialista e a-histórica, vejo os

resultados das pesquisas como processos analíticos em constante produção e modificação, ou seja, resultados heterogêneos, diversificados, que possuem temporalidades e localidades. Olhar para a margem pode possibilitar retratos diversos sobre tais temáticas, multiplicando representações, tal como ocorreu com a proliferação das diversas representações da teoria feminista no contexto pós colonial⁵.

Com o propósito de fugir do risco da essencialização e de pensar a sobre a importância de conhecimentos situados, me valho das contribuições de Donna Haraway (1995) para este campo de poder no qual a ciência se configura. Busco nessa referência, as bases reflexivas de construção de uma ciência feminista que seja capaz de oferecer um escopo de análise crítico sobre as práticas de dominação, privilégio e opressão que também constituem o lugar de escrita e produção das ciências. Tal projeto de ciência que Haraway defende, aponta a constituição de uma epistemologia feminista que desafie e denuncie a pretensa neutralidade das ciências canônicas. Os saberes localizados não são produzidos por um pretense sujeito universal, mas por aqueles e aquelas que reconhecem as marcas políticas da subjetividade em sua escrita. *“Posicionar-se implica em responsabilidade por nossas práticas capacitadoras. Em consequência, a política e a ética são a base das lutas pela contestação a respeito do que pode ter vigência como conhecimento racional.”* (Haraway, 1995, p. 27)

A ideia não é romantizar as margens e prescrever a necessidade de se olhar para ela, mas apontar a importância do conhecimento situado e que se situar em contextos lidos como irrelevantes é um modo de construir um saber parcial e crítico. *“Mas é precisamente na política e na epistemologia das perspectivas parciais que está a possibilidade de uma avaliação crítica objetiva, firme e racional.”* (Idem, p. 24)

A partir deste caminho e destas reflexões me centrei nas temáticas que balizam este trabalho. Quando iniciei o campo, não tinha a dimensão que a temática educacional teria tanta relevância para pensar a cidadania, na verdade que a educação perpassaria todos os capítulos de forma tão intensa. Nesta perspectiva de conhecimento situado produzido sobre sujeitos que ocupam o lugar fronteiro, este trabalho traz em seu corpo, discussões teóricas e etnográficas sobre o universo das políticas educacionais, educação

⁵ Claudia de Lima Costa (1997) ao pensar o sujeito do feminismo aponta como as vozes das mulheres subalternas no contexto pós-colonial, fragmentaram a hegemonia da narrativa feminista predominante, que até então legitimava um poder que codificava e mantinha conexões entre os chamados Primeiro e Terceiro mundo. Neste o contexto pós-colonial proliferou-se uma multiplicidade de linguagens e representações das teorias feministas; tais linguagens difundidas a partir de uma visão de mundo pautada na diferença produzem os conhecimentos situados e/ou parciais.

não formal e seus desdobramentos e implicações no campo da militância e do ativismo político de pessoas trans. Abordo novas experiências de cidadania, políticas de existência (Melo, 2016) na qual as pessoas trans têm acessado e construído, fugindo da ideia até então mapeada e constatada de exclusão e violência, enfrentando a noção de cidadania precária (Bento, 2014).

Esta dissertação opera com alguns deslocamentos sobre o fazer político, de como se tecem as negociações e os enfrentamentos são pontuados (e nem sempre solucionados) de forma, por vezes, paradoxal, de modo que o discurso retrógrado pode ser um dos elementos potencializadores dessas experiências estéticas do fazer política. Também busquei mapear espaços educativos alternativos, que através de suas ações constituem um espaço político para as pessoas trans, que garantem novas formas de existência e concebem outros modos de acesso a cidadania. Esse é um trabalho sobre resistência, sobre vidas abjetas, que têm sido excluídas e de como essas vidas têm resistido e inventado ao seu próprio modo possibilidades de respirar e de inspirar.

Escolhas teóricas e metodológicas

A antropologia ao longo da sua constituição científica tem elaborado vários conceitos e paradigmas, abrindo novas áreas de investigação, mas mantendo a sua preocupação com a diversidade. Durante muito tempo as pesquisas tinham como característica a centralidade em determinados objetos ou localidades. No entanto, nos anos de 1980, o debate etnográfico, passa a ser fortemente norteadado pelo paradigma pós-moderno, pelo qual o próprio fazer etnográfico, uma espécie de assinatura metodológica da disciplina, é questionado e até mesmo as produções antropológicas clássicas e referentes. Em seus desdobramentos positivos, isto é, de produção e não apenas de negação da metodologia, essas críticas desdobraram-se em profícuas discussões sobre outras formas de se estar em campo, pensar a relação com interlocutores/as e com a própria escrita.

A crítica pós-moderna, leva em conta as relações de poder, os seus jogos e como a antropologia interpretativa tornava a cultura um conceito essencializado. Segundo Patrícia Jordão (2004) a crítica contemporânea a respeito da etnografia, tem levado em conta o modo em como os antropólogos têm aparecidos nos trabalhos etnográficos, a relação entre os antropólogos, o texto e sujeito de pesquisa. Tal crítica tem desestabilizado textos que ainda estão comprometidos com o positivismo, assim outros métodos e

técnicas tem aparecido para se pensar essa nova realidade.

Jordão (2004) faz a divisão da antropologia pós-moderna americana em três perspectivas de crítica, embora este tipo de divisão não comporte todos os autores possíveis, são elas: 1) Meta-etnografia ou meta-antropologia, estuda a etnografia como um texto e gênero literário, apontando outras possibilidades de escrita etnográfica. 2) Etnografia experimental busca redefinir as maneiras de se fazer a observação participante no trabalho de campo e na sua relação com os sujeitos pesquisados. 3) A terceira corrente é mais extrema e de vanguarda, está voltada para as questões referentes à crise da ciência, buscando uma ruptura com o fazer antropológico que foi constituído até então.

Na realização desta pesquisa, me apropriei da perspectiva da meta-etnografia, especificamente a etnografia multissituada na perspectiva de George Marcus (2001), tal perspectiva está associada ao pensamento pós-estruturalista, e o seu intuito é “[...] *ao invés de examinar lugares e situações locais, a investigação etnográfica irá examinar a circulação de significados, objetos e identidades culturais em um tempo-espaço difuso*” (Marcus, 2001) Tal metodologia discute a construção de uma prática etnográfica que exceda a unidade como espaço pesquisado, tecendo teias e redes entre estes múltiplos lugares. Grosso modo, não é somente pesquisar na “aldeia” como locus privilegiado de observação, mas articular o local com um sistema social mais abrangente que está envolvido, traçar as conexões entre objeto, pessoas, coisas, contexto político, social, histórico, perceber como os trânsitos se constroem e, assim, constituem os próprios sujeitos. Neste marco, cabe também examinar a relação do que se produz academicamente, perceber o que reverbera nas políticas públicas e como essas políticas influem no cotidiano das pessoas para as quais estas se voltam. É preciso, então, relacionar tais dimensões, política, acadêmica e campo, que tendem a ser vistas separadamente.

A partir desta perspectiva metodologia construí o campo nos trânsitos que as questões mobilizadoras foram traçando e os sujeitos foram me convocando. Ao longo da pesquisa associei às fontes teóricas, os achados empíricos. Um destes foi constatar que as redes sociais digitais se tornaram mais que um canal para o contato e entrevistas, mas espaço fundamental para compreender como gênero, sexualidade, educação, direitos e certas estéticas do fazer político se expressam, se articulam e constituem subjetividades. Neste sentido, os grupos de discussão criados na plataforma *Facebook*, os quais se identificam com a temática das travestilidades e transexualidade, foram um fértil território etnográfico. Por meio destes grupos fui direcionada também ao acompanhamento de

páginas pessoais, bem como as páginas dos *cursinhos trans* que pude acompanhar durante o tempo de pesquisa e contatar para as entrevistas e diálogos algumas das pessoas que eram atuantes naqueles espaços. Acompanhei sete grupos de discussão, dez perfis pessoais de usuárias e as páginas dos *cursinhos*. A partir deste acompanhamento, me situei acerca de alguns debates. No entanto, este trabalho não é uma etnografia digital, mas me apodero do espaço online como um dos lócus da etnografia multissituada. Iara Beleli (2012, p. 55) entende o ciberespaço como um lócus que se comunica com outros contextos, uma vez que “*não faz sentido marcar a separação entre on-line e off-line, mas refletir sobre essa interação.*” Essa concepção norteou o entendimento que fiz dos espaços digitais que acompanhei. Através de alguns contatos on-line que pude adentrar em alguns espaços off-line como a sala de aula do *cursinho*, realizar entrevistas com algumas/ns alunas/os, ter conhecimento da realização de alguns eventos que participei ao longo da experiência etnográfica. Assim, este trabalho associa o entrecruzamento de dados etnográficos obtidos nos diversos trânsitos traçados entre Uberaba e Uberlândia e, em cada uma destas cidades, entre diversos circuitos, como irei apresentar aqui.

As fontes empíricas foram coletadas por técnicas diversas, como entrevistas semi-estruturadas, observação participante, conversas informais, e a observação participante em eventos que tinham relação com a proposta desta dissertação, além de eventos da militância institucionalizada. Participei dos seguintes fóruns de reunião e discussão, os quais discrimino a seguir: *I Conferência LGBT Triângulo Sul* (2015); *II Conferência LGBT Triângulo Norte* (2015); *I Fórum LGBT em Uberaba* (2016), *XI Encontro de Travestis e Transexuais do Triângulo Mineiro* (2015); *XII Encontro de Travestis e Transexuais do Triângulo Mineiro* (2016); *Lançamento da Parada LGBT de Uberaba*; *Jornada LGBT de Uberaba* (2016); *Workshop da Rede Trans Brasil - Etapa Sudeste* (2016), *Dia da Invisibilidade Trans Uberaba* (2016).

Os dados obtidos desta etnografia são analisados a partir do aporte teórico dos estudos de gênero e sexualidade, especificamente a teoria queer, bem como uma literatura sobre políticas públicas voltadas para os direitos sexuais e aportes pós-estruturalista.

A teoria queer surge a partir de um movimento político que nasce nos Estados Unidos como enfrentamento ao pânico social causado pela epidemia de aids. Questiona não só a pretensa naturalidade e normalidade da heterossexualidade, como também as políticas identitárias dos movimentos homossexuais que, segundo esta vertente crítica, tende a capturar sujeitos em discursos prescritivos e normativos, quando a preocupação seria a de se interrogar como essas mesmas normas são criadas, algumas identidades

legitimadas e outras recusadas. A influência dos Estudos Culturais Norte-americano e o Pós-estruturalismo Francês são flagrantes. Tal perspectiva teórica problematiza as noções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação, assim, a partir do método desconstrutivista, tal teoria questiona os discursos normalizadores que classificam e hierarquizam identidades. Ao compreender a identidade como uma relação, uma relação que não é fixa e está sujeita ao poder, a teoria queer foca em compreender quais são as estratégias que nos fazem criar a ilusão de sujeitos estáveis. (Miskolci, 2009)

Questionando os processos de normatização, no qual os movimentos identitários de gênero, sexualidade e raça estão historicamente submetidos, a teoria queer é um espaço de luta política, uma arena de embate de ideias que procura enfrentar a naturalização de uma série de opressões: evidenciando o caráter compulsório da heterossexualidade; desconstruindo binarismos que enrijecem possibilidades de transformações; politizando o desejo; ou apontando para as crueldades dos discursos hegemônicos que são revestidas de um cientificismo. (Pelúcio, 2014)

A teoria queer problematiza o domínio da sexualidade, a forma como construímos o gênero e a sexualidade considerada normal. Para Judith Butler (2008), a maior expoente da teoria queer no Brasil, as práticas das pessoas são configuradas através de normas que são socialmente instituídas e mantidas, no qual a identidade de cada indivíduo é construída a partir de conceitos fixos e estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade. De acordo com esses conceitos a identidade de gênero que é considerada correta/inteligível é aquela que mantém relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.

Tomaz Tadeu da Silva (2010) ao apresentar a teoria queer no campo do currículo e refletir sobre a imposição de significados, sobre a relação de poder que constitui a identidade sexual, aponta que a percepção da homossexualidade como um problema está relacionado ao fato de que, *“A heterossexualidade é a norma invisível relativamente à qual as outras formas de sexualidade sobretudo a homossexualidade, são vistas como um desvio, como uma anormalidade.”* (p.106)

Em partes a escolha deste aporte teórico, se deve a focalização da pesquisa em sexualidades dissidentes, travestis e transexuais, já que o percurso da pesquisa evidenciou as estratégias que regulam e normatizam a sexualidade, desconsiderando, muitas vezes, seu caráter histórico, regulador e político. Privilegio também aportes pós-estruturalistas. tal vertente oferece aportes epistemológicos que, ao valorizarem a superação dos grandes esquemas clássicos de interpretação do mundo, desconstroem os binarismos da

linguagem, questiona a produção de verdade e a forma como o poder é construído e partir deste aporte que alguns deslocamentos analíticos são possíveis. Também utilizarei o aporte teórico foucaultiano para trabalhar a construção do discurso e o biopoder, tendo em vista como o discurso sobre sexo produz efeitos sobre os corpos e as subjetividades. A literatura sobre políticas públicas e direitos sexuais subsidiará a reflexão destas discussões, para tentar estabelecer uma reflexão analítica acerca dos processos micro e macro que serão trabalhados na pesquisa.

Percurso, as entrevistas e as colaboradoras/es

O primeiro capítulo, de caráter bibliográfico, intitulado “*Alinhavando teorias e pesquisas*” se propõe situar o contexto das políticas públicas educacionais destinadas às pessoas trans e o movimento de travestis e transexuais. Afinal, como as pessoas trans se tornaram sujeitos de políticas públicas e o que se produziu, em um plano institucional, para estes sujeitos desviantes das normas de gênero e sexualidade? Dividido em três seções, no qual a primeira intitulada “*Pessoas trans: Como estas vidas importam no espaço escolar?*”, aborda como a vida escolar de pessoas trans ainda é marcada por aspectos excludentes, no entanto, esse lugar de exclusão, assim como o movimento de travestis e transexuais está em constante transformação e embates políticos, o que permite que histórias transgressoras possam existir; já segunda seção “*Educação, ativismo e suas tensões*”, aborda um breve histórico de como o movimento de travestis e transexuais se constituiu e os embates existentes em torno da militância e da academia e por fim, a última seção “*Trilha das políticas públicas: com quantos corpos se faz uma política?*” perfaz uma trilha de como as políticas públicas voltadas em torno dos direitos sexuais têm sido constituídas num plano institucional no Brasil.

Já segundo capítulo “*Experiências que desalinham*”, traz em seu cerne as experiências etnográficas da constituição do espaço político em Uberaba. Contrariando as expectativas de que não existe mobilizações efetivas LGBTs na cidade, o capítulo reflete sobre a construção do fazer política em um lugar onde o acesso a algumas linguagens políticas é precário. Dividido em duas seções, no qual a primeira trabalha a tríade “*Uberaba, Política e Gênero*”, discuto como o espaço de política e reivindicação tem sido constituído em Uberaba, embora nem sempre seja visível e reconhecido como tal. Já a seção “*Só existe política na Parada?*” tem como discussão norteadora as tensões dos marcadores da diferença, neste caso gênero e sexualidade junto a educação, como as

polêmicas da inserção do gênero nos planos educacionais, “a ideologia de gênero” tem sido importantes para a delimitação de um novo contexto de mobilização, possibilitando agências e ativismo, mesmo em lugares com características tidas como coronelistas e conservadoras.

Por fim, o terceiro capítulo “*Que máquina de guerra é essa?*” através da seção única “*Cursinhos trans: protagonismo e empoderamento*”, traz em seu bojo a experiência etnográfica multissituada no que tange as experiências educativas realizadas às pessoas trans. Tal experiência busca refletir sobre o significado de cursinhos voltado para que as travestis, mulheres e homens e transexuais concluam o ensino médio e adentrem na universidade, dentre outros objetivos. Afinal, como tem sido a rotina das iniciativas? Qual o impacto destas iniciativas para as pessoas trans que não estão protagonizando a luta nos moldes oficiais e institucionalizados? Qual o significado que esses sujeitos atribuem a conclusão do ensino médio através do *Enem*?

Ao longo do segundo e terceiro capítulo apresento meus trânsitos etnográficos, nos eventos que participei utilizei a estratégia do caderno de campo, em alguns momentos anotava as minhas impressões e vivências, tais anotações poderiam ocorrer durante os eventos ou não, tudo dependeria do que vivenciava no contexto. Em alguns dos espaços, através de um gravador, registrei o áudio dos eventos, utilizando a transcrição para somar ao meu caderno de campo; a transcrição desses áudios quando utilizadas no decorrer do texto tiveram nomes fictícios utilizados para preservar a identidade dos sujeitos. Os dados obtidos através dos trânsitos nas redes sociais digitais também se somaram ao caderno de campo, mas este era produzido a partir de arquivos em meu computador. Todos esses dados que constituíram o caderno de campo foram analisados e tratados para a construção deste texto.

Sobre as entrevistas realizadas no decorrer da pesquisa, todas foram transcritas e enviadas para as pessoas entrevistadas para que fossem realizadas devidas correções e autorizado o uso das suas falas para compor o texto. No segundo capítulo utilizo duas entrevistas para compor as análises etnográficas, as entrevistas foram realizadas nas casas das travestis e utilizo nomes fictícios para preservar a identidade das interlocutoras. Já ao longo do terceiro capítulo apresento duas entrevistas realizadas com um ex-aluno e uma ex-aluna do cursinho *Transenem* de Belo Horizonte: Sofia, que atualmente cursa biblioteconomia na UFMG e Raul Capistrano que cursa filosofia. A escolha não se deu modo metodologicamente intencionado, de fato, as imprevisibilidades do campo e no contexto das possibilidades, este foi o único cursinho que se dispôs a conversar e acolher

a pesquisa. Por meio de contato via *Facebook* e *Whatsapp* com uma voluntária do projeto, iniciei contatos que derivaram nas teias e circuitos comentados mais acima. Todas as entrevistas, relativas a este recorte do campo foram realizadas no campus da universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A/os alunas/os optaram por divulgar seus nomes com a finalidade de visibilizar o cursinho e as suas trajetórias.

CAPÍTULO 1 - Alinhando teorias e pesquisas

Este capítulo, de caráter bibliográfico, se propõe a situar o contexto das políticas públicas educacionais destinadas às pessoas trans e o movimento de travestis e transexuais. Assim, esta seção retrata como as pessoas trans se tornaram sujeitos de políticas públicas e o que se produziu, em um plano institucional, para estes sujeitos desviantes das normas de gênero e sexualidade.

Dividido em três seções, a primeira intitulada como “*Pessoas trans: Como estas vidas importam no espaço escolar?*”, aborda como a vida escolar de pessoas trans ainda é marcada por aspectos excludentes, no entanto, esse lugar de exclusão, assim como o movimento de travestis e transexuais está em constante transformação e embates políticos, o que permite que histórias transgressoras possam existir; a segunda seção “*Educação, ativismo e suas tensões*”, aborda um breve histórico de como o movimento de travestis e transexuais se constituiu e os embates existentes em torno da militância e da academia; por fim a última seção, “*Trilha das políticas públicas: com quantos corpos se faz uma política?*”, perfaz uma trilha de como as políticas públicas voltadas em torno dos direitos sexuais têm sido constituídas num plano institucional no Brasil.

1.1. Pessoas trans: Como estas vidas importam no espaço escolar?

Em 2015, alguns portais de notícias e páginas do Facebook, foram ocupados pela notícia de que uma travesti⁶ que realizou o *Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)* usando nome social teve seu ingresso aprovado na universidade pelo *Sistema de Seleção Unificada (Sisu)*. O acontecimento não está relacionado diretamente com políticas públicas voltadas para as pessoas trans e seu acesso ao sistema educacional, neste caso especificamente, se trata de uma travesti que através de seus esforços pessoais conseguiu matricular-se em um curso pré-vestibular, o que possibilitou aporte suficiente para adentrar ao espaço universitário.⁷ Esta história abre precedente para que outras pessoas trans recorram a recursos similares, buscando a inserção no espaço educacional e reconhecimento de seu gênero frente à sociedade, assim, o acontecimento junto a outros

⁶ Me refiro a aprovação da Maria Clara Araújo Passos no curso de pedagogia da UFPE, militante afrotransfeminista e escritora do blog: Blogueiras Negras.

⁷ Outras pessoas trans já haviam adentrado na universidade, é como é o caso de Luma Andrade que em 2012 também ganhou destaque por defender a sua tese “*Travestis na escola: assujeitamento e/ou resistência à ordem normativa*”. Este trabalho será abordado no decorrer do capítulo.

fatores tem fortalecido um novo contexto de questionamentos acerca de alguns estigmas e lugares marginais historicamente atribuídos às pessoas trans, conforme tem sido constatado em diversas pesquisas⁸ e reivindicado pelo movimento social organizado.

Estas condições de vulnerabilidade e estigma estão relacionadas ao que Butler (2000) aborda no texto:⁹ *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. Butler mostra que a formação dos sujeitos exige uma identificação com a normativa do sexo, no qual o imperativo heterossexual possibilita e nega algumas identificações sexuais. O funcionamento dessa matriz excludente está ligado à produção simultânea de um domínio de seres abjetos. Este domínio são as zonas da vida social, habitadas por aqueles que não são considerados sujeitos e no qual esta zona inabitável é necessária para que o domínio do sujeito possa ser delimitado. O abjeto diz respeito às vidas que não são consideradas importantes, são os corpos sem reconhecimento social e legitimidade. Pessoas trans, tem ocupado essa zona de abjeção. Para Butler, os corpos abjetos não encontrariam legitimidade social por não se referenciar nos ideais hegemônicos de gênero, sexualidade e raça, por exemplo. Daí não conseguirem se materializar, no sentido de não terem relevância político-social, o que levaria esses sujeitos a perderem, pelo menos parcialmente, seu status humano (Butler. 2000).

Tais condições de vulnerabilidade e abjeção em relação a exclusão no trabalho e a vida escolar, têm sido exploradas em algumas pesquisas. Marcos Roberto Vieira Garcia (2007) a partir do enfoque da Psicologia Social, investigou a constituição da identidade social de travestis de baixa renda, articulando em sua pesquisa os universos do gênero, corpo, trabalho e violência. Especificamente, a pesquisa constatou entre as interlocutoras, que a prostituição é uma atividade inseparável da constituição social da travesti de baixa renda; neste universo, a baixa escolaridade também é uma marca social que potencializa a ausência de alternativas profissionais.

Heloisa Aparecida de Souza (2012) também produziu dados de pesquisa no campo da Psicologia Social que expõem tais condições. Ao buscar identificar os espaços laborais, que costumeiramente as travestis estão inseridas, Souza constatou três espaços ocupacionais: o tele atendimento, o salão de beleza e a prostituição. Este mapeamento, de perspectiva qualitativa, foi realizado a partir de contatos feitos por Souza com transexuais e travestis através de sites de relacionamento, site de prostituição, de um grupo de apoio

⁸ Kulick, 2008; Pelúcio, 2009; Peres, 2005; Silva, 2007; Andrade, 2012; Bento, 2014.

as pessoas transexuais de uma cidade do interior do estado de São Paulo e, também, através da indicação de pessoas conhecidas.

A ausência de alternativas profissionais não está ligada unicamente a exclusão escolar, a exclusão profissional é fruto das tecnologias utilizadas na produção do saber e das normativas de gênero. Outro trabalho significativo é a tese de Luma Andrade (2012) que aborda a vida de travestis e transexuais no espaço escolar. Andrade ao pesquisar a inserção de travestis e transexuais do Ceará no ambiente escolar identificou alguns dos elementos que influenciam a presença e/ou ausência de travestis naqueles espaços:

1- Não reconhecimento do nome feminino da travesti no momento da frequência e mesmo no cotidiano escolar; 2- Impedimento de acesso ao banheiro feminino; 3- Projeto Pedagógico que não reconhece a existência e singularidades da travesti na escola; 4- Ausência no currículo escolar de livro didático de conhecimentos sobre diversidade sexual; 5- Falta de formação para a comunidade escolar sobre a diversidade sexual, em especial no que se refere às travestis; 6- Desrespeito ao princípio laico do estado; 7- Regimento Escolar que simbolicamente pune as expressões culturais das travestis na escola; ou a ausência deste induzindo os gestores a determinarem normas fundadas em um habitus heteronormativo. 8- Não aceitação ou criação de artifícios para o impedimento da participação das travestis na festa de formatura e em outras celebrações. (p.245 e 246)

Embora estes elementos existam na escola formal e, de fato, contribuam para o afastamento de pessoas trans do ambiente escolar, possibilidades de existir nos espaços educacionais têm sido construídas. Andrade (2012) aponta que o cotidiano da escola é constituído entre o assujeitamento e a resistência; assujeitamento, porque o discurso e as práticas das/os gestoras/es, professoras/es e alunas/os posicionam as travestis e as transexuais à margem por elas não se enquadrarem na inteligibilidade do gênero, assim são excluídas e transformadas em desviantes, camuflando a evasão, que na verdade é um modo de expulsão e resistência porque:

ao recusarem algumas regras do sistema de educação, quando subvertem as normas da escola, ao quererem organizar suas vidas de outro modo, elas estão produzindo formas de resistência capazes de gerar novas sociabilidades na escola, na família, na vizinhança, na vida profissional. (p.249)

Há de se pontuar que existem diferenças geracionais, se as travestis pesquisadas por Hélio Silva (2007), Don Kulick (2008), Marcos Benedetti (2005), Larissa Pelúcio (2009) estavam confinadas ao universo da prostituição, as travestis e meninos afeminados pesquisados por Tiago Duque (2009) através da montagem estratégica¹⁰, extrapolam o universo da prostituição e transitam por vários espaços: escola, trabalho, família, lazer; o

¹⁰ Conceito analítico que pensa a construção e a desconstrução da feminilidade das jovens travestis e meninos afeminados a partir da manipulação da vergonha e do estigma para se conquistar, entre outras coisas, parceiros sexuais e transitar na escala de exposição à violência.

que pode permitir concluir o ensino básico. Além disso, a prostituição não é mais o único espaço importante para a constituição da travestilidade. Késia Melo (2016) acompanhou em sua pesquisa, as trocas de dicas de técnicas de modificação corporal de algumas de suas interlocutoras que ocorreram através de grupos no *Facebook*. Ali se promovia, ainda, discussões sobre direitos políticos, faziam-se denúncias e se articulavam micro ações de combate ao preconceito e de promoção de apoio a alguma das pessoas do grupo. Travestis e mulheres trans engajadas em ativismos e/ou inseridas na vida acadêmica também compunham o grupo, provendo o espaço de um novo vocabulário teórico e pautando, nem sempre de forma intencional, discussões que ofereciam outros horizontes aspiracionais para as travestis de diversas localidades que, até há pouco, só vislumbravam a prostituição como atividade.

Isto não significa que o espaço da prostituição perdeu a sua importância, ou que os elementos que influenciam a ausência de pessoas trans na escola apontados por Andrade (2012) desapareceram. A experiência de Duque (2009) e Melo (2016) coexistem com as demais. É importante sinalizar a temporalidade e a localidade de tais pesquisas, a pesquisa de Silva (2007) com as travestis da Lapa e de Kulick (2008) com as travestis de Salvador foram realizadas na década de 80 e 90, e neste contexto se vivia um período de ausência de direitos e reconhecimento da identidade trans, ao passo que Pelúcio (2009) e Duque (2009) falam de um momento pós-epidemia da Aids, no qual o Estado, mesmo que precariamente formulou políticas públicas para os que eram lidos como dissidentes sexuais, enquanto Melo (2016) fala de um período distinto, em que o acesso as mídias digitais possibilita as pessoas trans a fomentação de outros espaços de discussão e de resistência, pluralizando o que é entendido como espaço de militância, além da crescente produção acadêmica no campo do gênero e da sexualidade e da politização e responsabilização do Estado frente as temáticas.

Neil Franco (2014) realizou um levantamento de dados com professoras trans, suas interlocutoras no período pesquisado eram filiadas a RedeTrans ou a Antra. Neste trabalho o autor mapeou como as normas de gênero são desestabilizadas pela presença de professoras trans no ambiente escolar, assim constatou algumas condições de como ocorreu o processo de escolarização destas professoras:

(...) ao contextualizarmos as posições de sujeito ocupadas por professoras *trans* na escola constatamos que são posições constituídas pelo resultado de processos constantes de resistências e enfrentamentos advindos da Educação Básica e também da Educação Superior. Essas professoras representam uma pequena parcela de pessoas *trans* que conseguiram suportar as imposições heteronormativas em razão da vulnerabilidade social à qual foram expostas

desde as fases iniciais da Educação Básica, associadas a processos de exclusão anteriores. (p. 104)

Franco (2014) aponta a escola como um dos principais espaços de desencadeamento de processos de exclusão, seja através da violência anunciada ou velada do corpo discente ou outros agentes escolares como docentes e funcionários que se calam ou não oferecem proteção, segurança ou apoio às pessoas que são alvo de discriminação ofensiva. A violência, seja velada ou anunciada, “*se consagra em outra forma de violência que definimos como violência materializada, incidindo diretamente na possibilidade de prejuízo e/ou violação física sobre a pessoa exposta*”. (p. 107)

A conclusão do ensino básico é uma etapa inconsistente na trajetória de sujeitos que escapam as normas de gênero e sexualidade. Através da resistência (Andrade, 2012) e do enfrentamento (Franco, 2014), que muitas das vezes se encontra num âmbito pessoal, é que as pessoas trans concluem essa etapa o que proporciona a reviravolta de lugares historicamente atribuídos a estes sujeitos.

A exclusão escolar não é pertinente apenas aos sujeitos transgressores das normas de gênero e sexualidade, tal fato perpassa toda a história das políticas educacionais brasileiras. Otaíza Oliveira Romanelli (1986) ao constituir a história da educação brasileira relaciona a sua característica excludente a constituição escravocrata, latifundiária e patriarcal do Brasil. Para Romanelli (1986) o ensino foi conservado a margem para determinados sujeitos por não encontrar utilidade prática, devido a característica econômica do Brasil que tinha como base a agricultura e o trabalho escravo, assim o ensino serviu apenas aos que eram sustentados pela produção econômica, pois estes podiam se dar ao luxo de interessar e cultivar seus espíritos ociosos.

Guacira Lopes Louro (2004) identifica que diversos modos de educar foram constituídos na história brasileira, enquanto “*A educação das crianças negras se dava na violência do trabalho e nas formas de luta pela sobrevivência*” (p. 372); os imigrantes alemães, italianos, espanhóis, construía suas escolas com suas próprias práticas educativas, embora diferenciassem a educação destinada aos meninos e as meninas; já os indígenas, que embora tivessem sua presença vedada nas escolas, eram alvos de ações educativas de cunho religioso.

Ao remeter a história da educação, especificamente ao período colonial, no qual as políticas educacionais eram responsabilidade da *Companhia de Jesus* que permaneceu em território brasileiro de 1549 a 1759, percebe-se a importância da educação jesuítica para a catequização da população ameríndia e dos colonos, e também para a organização

da colônia brasileira. A educação tinha como marca a disseminação da cultura cristã europeia, embora inicialmente os colégios jesuítas tivessem como proposta a catequização dos nativos, posteriormente, a instrução se limitou aos descendentes dos colonizadores. (Rosário, Melo; 2015). Tal sistema educacional exerceu um efeito colonialista sobre as culturas e sociabilidades existentes anteriormente ao processo de colonização brasileira.

Mesmo com tais características de exclusão, os sujeitos excluídos têm organizado vias alternativas para a conclusão da escolarização, como é o caso que iniciou este capítulo. O acesso à educação por meio de iniciativas não estatais também é uma característica constatada na história da educação brasileira, “*São registradas como de caráter excepcional e de cunho filantrópico as iniciativas que propunham a aceitação de crianças negras em escolas ou classes isoladas (...).*” (p. 372, Louro, 2004).

Embora a escola seja um espaço marcadamente colonializador, nos últimos anos mudanças têm sido ensaiadas, a ocupação do espaço escolar tem sido mais plural e tensionamentos têm sido potencializados pelos discentes, docentes e outros sujeitos do espaço escolar. Thiago Ranniery Moreira de Oliveira (2016) em sua tese aborda que o gênero e a sexualidade devem ser pensados não apenas como temáticas abordadas em sala de aula, que atuam regulando a vida dos sujeitos que estão passando pelo seu processo de escolarização, pois mesmo que exista um esquema de inteligibilidade para o gênero e a sexualidade, há uma “*atualização de experiências marcadas pelo lugar etário.*” (p. 64)

As relações com escola também mostram o potencial de agência que gênero e sexualidade acionam, transformando os currículos de acordo com circunstâncias. Isso, obviamente, não significa inferir que escolas são, agora, um paraíso, mas são um espaço e um tempo onde fluxos culturais de gênero e sexualidade esculpem o contorno da vida. (p.86)

No mesmo período que realizava o trabalho de campo, também lecionava sociologia para adolescentes de uma escola pública. Sempre tentei propor uma prática pedagógica na qual os discentes falassem de suas experiências e na qual as minhas vivências também estivessem presentes. Um dia estava sentada no refeitório da escola e uma aluna havia cortado o seu cabelo curto, até então a aluna se reconhecia como lésbica, no entanto neste dia ela veio me apresentar o seu corte novo, e por algum motivo que dificilmente saberei o porquê, brinquei com ela e a indagando se ela seria trans, naquele momento ela disse que sim, e inúmeras vezes usávamos os nossos intervalos para conversar sobre questões relacionadas ao seu processo de transição.

Esse meu registro docente é possível por existirem atualizações de experiências no campo do gênero e da sexualidade na escola, tal como Oliveira (2016) aborda. Estes marcadores, gênero e sexualidade, tencionam e constituem um novo cenário escolar.

A conclusão do ensino básico das pessoas trans e o acesso destes sujeitos a universidade é uma das formas de reconhecimento do Estado a experiência de gênero destes sujeitos. O reconhecimento do Estado ocorre através de negociações e tensões, são frutos de lutas históricas, encampadas pelo movimento social organizado, o reconhecimento do nome social é um exemplo. Indianara Siqueira em entrevista a Jaqueline Jesus (2013) relata o que vivenciou do processo de disputa política para o reconhecimento do nome social:

Em 1996, teve a Conferência Municipal de Saúde em Santos e participamos como Filadélfia¹¹. Eu disse da importância do nome social e que deveríamos brigar por isso. Então pleiteamos isso e que, em caso de internação, trans fossem internadas na ala feminina, também que os companheiros de pessoas LGBT fossem considerados como cônjuges no prontuário médico (sabíamos que um laudo médico derruba um presidente, então, entre outros casos, e um deles de morte, esse prontuário poderia ser usado pra garantir direitos). Tivemos que negociar e fazer acordos pra aprovar e foi por muito pouco que conseguimos vencer. Já hormonioterapia e redesignação sexual foram rechaçadas. Então, oficialmente, foi a primeira vez que, em um evento com poder de impor e deliberar diretrizes, o nome social foi reconhecido. Isso deu uma polêmica muito grande até no exterior; a imprensa não saía do pé. (p. 63)

Atualmente o nome social, possui inúmeras resoluções e portarias no território brasileiro. Berenice Bento (2014) aponta um paradoxo nestas normatizações, pois embora elas possibilitem regular a vida das pessoas trans em algumas instituições, como a escola, possibilitando que as/os estudantes tenham as suas identidades reconhecidas, esse reconhecimento convive ainda com a inexistência de leis que garantam a diversidade sexual. Ao apontar o nome social como uma gambiarra legal, Bento (2014) também aponta que tais resoluções e portarias produzem a cidadania precária, *“uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas.”*(p. 167) Embora possua contradições, o nome social representa o reconhecimento do Estado da experiência de gênero das pessoas trans, e a partir desta luta realizada na década de 1990, o acesso destas pessoas em lugares que lhes foram interditados, como a escola, tem se tornado em alguns contextos menos vexatórias.

¹¹ Grupo fundado em Santos no ano de 1995 através do programa Programa Municipal de DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS.

Em Uberaba, quando comecei a pesquisa de campo, passava algumas tardes em uma das pensões das travestis da cidade, esse convívio me permitiu observar o quanto as terminologias trans, transexual, travesti e homossexual tinham usos diversos. Por vezes os termos eram usados com a finalidade de deslegitimar algumas experiências, a fim de dizer que a pessoa não era travesti ou transexual, mas sim “viado”¹², outras vezes, esses termos também eram usados como auto definição, já o uso do termo cisgênero¹³ raramente era usado pelas minhas interlocutoras de Uberaba, talvez isso ocorra devido ao seu afastamento da militância institucionalizada e também de ambientes acadêmicos. Percepções similares também foram captadas e discutidas por outros/as pesquisadores/as.

Bruno César Barbosa (2010) procurou discutir os usos das categorias travestis e transexuais com base em suas observações e entrevistas entre as participantes do aparelho social de São Paulo, o *Centro de Referência da Diversidade (CRD)*. Barbosa (2010) em uma das atividades do CRD que tinha o objetivo de diferenciar travestis de transexuais, identificou a seguinte percepção de diferenciação entre as interlocutoras na questão de como a cirurgia de redesignação sexual marca esta diferença:

(...) a questão que as diferencia das travestis é o grau de desconforto que estas têm com o órgão genital. As transexuais teriam um maior grau de desconforto e as travestis teriam um menor grau. Isto se explicaria inclusive pelo próprio gênero de cada uma, as transexuais reivindicam serem mulheres, e desta forma, o gênero feminino, enquanto as travestis reivindicam uma ambiguidade, pois mesmo querendo serem tratadas pelo feminino, elas permaneceriam com o principal aspecto masculino, o pênis. (p. 10)

A diferença trabalhada por Barbosa (2010) não é homogênea dentre as travestis e transexuais, que podem se reivindicar como transexuais sem o desejo da cirurgia, ou até mesmo se reivindicando como ativas. Willian Peres (2004) em relação aos diversos comportamentos das travestis cunhou o conceito de *travestilidade* que contempla:

uma maior variação das formas e modos de se constituir enquanto travesti, considerando que nem todas as travestis são profissionais do sexo, e nem todas tem aspiração para serem vedetes ou artistas. Trata-se de uma multiplicidade de possibilidades na qual nenhuma deve ser tomada como modelo absoluto, evidenciando processualidades infinitas de corpos que tomam a metamorfose como modos de felicidade. (p.26)

Barbosa (2010) identificou que o uso das expressões como trans/transex/transexual pode ser uma forma de fuga do lugar marginal que ocupa a

¹² Conceito êmico usado para definir homem homossexual.

¹³ Jesus (2012) no *Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião* se refere ao cisgênero como um “conceito “guarda-chuva” que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento”.(p. 25)

categoria travesti, mas que ao mesmo tempo o uso da categoria transexual desestabiliza o comportamento identitário do que se espera de uma transexual.

Mário Carvalho (2011), aponta em sua pesquisa que do ponto de vista político, o uso da categoria identitária “travesti” é mais recente que a categoria “homossexual”, já a “transexualidade” aparece no fim dos anos de 1990 e o início dos 2000. As organizações de travestis surgem a partir do binômio violência policial/aids, enquanto as transexuais buscam o esclarecimento da transexualidade e políticas de acesso às mudanças corporais. Há neste contexto uma produção do termo “travesti” como categoria de orgulho político. Barbosa (2010) também identificou esse aspecto em sua pesquisa. Em uma das reuniões que o pesquisador acompanhou no CRD, uma militante travesti foi convidada a falar, nessa ocasião de debates acalorados sobre as diferenciações entre as categorias, a militante ao mesmo tempo em que afirmava as definições clássicas de diferenças entre as travestis e transexuais, buscava construir o orgulho de ser travesti. *“Ela aponta para o uso do termo travestilidade, numa relação muito semelhante ao do movimento homossexual e a ênfase no “orgulho gay”. É uma experiência satisfatória, diz a militante, que aponta a importância de se ter orgulho de ser travesti.”* (p. 33)

A terminologia “trans” aparece tanto como abreviação do termo transgênero, quanto do termo transexual. A discussão surge no contexto de pressão por parte dos militantes internacionais para adequar os termos utilizados no Brasil para uma linguagem englobante, uma vez que categorias locais não encontram tradutibilidade cultural em outros contextos. (Carvalho, 2011)

No processo de disputa entre as identidades “travesti” e “transexual” surgiu a proposição do termo “transgênero”. (Carvalho, 2011, p. 38) As interlocutoras de Carvalho (2011) relataram dois elementos na proposição: *“a união política e ideológica entre travestis e transexuais que facilitaria o acesso a recursos e financiamentos, e a pressão por adequar os termos utilizados no Brasil àqueles utilizados internacionalmente”*. Neste contexto, o movimento social considerou a submissão às categorias identitárias internacionais mais maléficas do que benéficas, além da terminologia ser confundida com “transgênicos”, termo que, coincidentemente, passa a se popularizar no mesmo período da discussão em pauta. O movimento social começou a utilizar o termo trans: pessoas trans, homens trans, mulheres trans, ou trans, sem que essas multiplicidades compoñam a sigla do movimento LGBT no Brasil.

Jorge Leite Júnior (2008) ao sistematizar como as categorias “travesti” e “transexual” são construídas no discurso científico, nota que nesta busca histórica da

versão original da terminologia “transexualismo”, várias versões foram constituídas, estabelecendo uma batalha linguística para o estabelecimento da categoria “transexual”.

Assim, este debate linguístico, mais do que expressar um processo de descoberta ou identificação, revela como uma nova “patologia”, no caso, um “transtorno” ou uma “disforia” é criada e aprovada pelo discurso científico, em constante diálogo, nem sempre amistoso, com os movimentos políticos e militantes e as próprias teorias científicas que, como vimos, também são várias e estão longe de um consenso. (p.190)

É importante reconhecer que os usos dos conceitos, travesti, transexual e pessoas trans, devem ser entendidos dentro de algumas perspectivas: como categoria êmica, conceitos elaborados e disputados dentro discurso científico e também como frutos dos processos de disputas internas e externas do movimento social. Tais disputas não são por mera terminologia, mas possuem implicações políticas relevantes.

Neste contexto de tensões, disputas identitárias e implicações políticas, a escola ainda se constitui como um espaço colonial, no qual o Estado não abarca as pessoas trans como sujeitos efetivos de políticas públicas educacionais, e estes sujeitos através de seus esforços pessoais e/ou coletivos tornam a história que precede este capítulo real, a partir dessa trajetória, outras experiências têm sido potencializadas. O surgimento destas experiências está relacionado com a história do movimento de travestis e transexuais e de como as políticas públicas têm sido tensionadas, conforme abordarei na próxima seção.

1.2 Educação, ativismo e suas tensões

Com o boom da epidemia de HIV/aids, na década de 1980, vários sujeitos tidos como abjetos puderam vivenciar uma *sidadanização*¹⁴ o que proporcionou o acesso a alguns direitos, no entanto, a epidemia acabou permitindo um reforço da norma heterossexual, o que patologizou as sexualidades não hegemônicas desde o fim do século XIX. (Pelúcio; Miskolci, 2009). O reforço na norma heterossexual ocorreu porque se criou um imaginário que a epidemia estaria ligada as práticas das sexualidades não hegemônicas. É neste contexto que se forma o movimento organizado de travestis e transexuais.

¹⁴ Este conceito foi cunhado por Larissa Pelúcio (2009) para retratar que: “No que se refere especificamente às demandas das travestis em relação à saúde, o que pude observar é que são distintas daquilo que o sistema público de saúde lhes oferece. Ao não reconhecer o desejo das travestis como algo ponderável, o projeto de cidadanização do modelo preventivo se esvai: sai o “c” e entra o “s”. “SIDAdanizadas”, as travestis precisam abdicar de uma cultura própria, sem terem uma contrapartida que faça suas vidas mais habitáveis. “(p. 132)

Segundo Mário Felipe de Lima Carvalho (2011), foi em 1992 que surgiu a primeira organização política de travestis do Brasil, sendo a primeira na América Latina e segunda no mundo, a *Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL)*. A criação da *ASTRAL* foi possível devido ao apoio de um projeto de prevenção das Dsts/Aids chamado “*Saúde na prostituição*”. O início da cena política do movimento de Travestis e Transexuais está relacionado com o surgimento das ongs/aids e também foi uma resposta a repressão policial nos locais de prostituição, no qual prostitutas e travestis eram violentadas por sua condição, discriminadas e presas indiscriminadamente. A partir destas condições, várias organizações de travestis foram criadas, como: *Grupo Esperança* - Curitiba em 1994, *Associação das Travestis* - Salvador em 1995; o *Grupo Filadélfia* – Santos também em 1995, o *Grupo Igualdade-Porto Alegre* em 1999, e a *Associação das Travestis na Luta Pela Cidadania (Unidas)* - Aracajú.

No contexto de criação e sucesso da *ASTRAL*, em 1993 no Rio de Janeiro surge o primeiro *Encontro Nacional de Travestis e Liberados*, que viria a se chamar *ENTLAIDS*. O *ENTLAIDS* foi fundamental para a articulação de um movimento nacional, bem como a interlocução com o poder público. Nestes encontros anuais o movimento nacional de travestis foi constituído através da criação da *Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL)* que posteriormente se chamou *RENATA (Rede Nacional de Travestis)*. Os encontros nacionais surgem com o intuito de reunir as travestis de diversos estados. (Carvalho, 2011)

Em 1995, grupos de militantes travestis começam a participar de encontros nacionais de gays e lésbicas, quando também foi fundada a *Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis (ABGLT)* (Carrara, Vianna, 2008). No mesmo ano, no *VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas* foi incluído o termo “travestis” na sigla. As interlocutoras de Carvalho (2011) relatam, que o processo de inclusão das travestis ao ativismo foi permeado por brigas e discriminação, e que mesmo depois da aprovação, quando começaram a participar, ainda eram discriminadas. Em 2000 foi fundada a rede nacional de ONGs de travestis e transexuais, a *Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA)*. Em 2009, também foi fundada e registrada na cidade do Rio de Janeiro *Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (Rede Trans Brasil)*. Atualmente, entre as articulações nacionais mencionadas, atuam em território brasileiro a *Redetrans* e a *Antra*.

O movimento organizado de travestis e transexuais não possui homogeneidade e também não está presente em todo o território brasileiro; assim em algumas localidades

as travestis e transexuais se organizam junto ao movimento LGBT de modo estratégico para efetivarem sua reivindicação política. Deste modo, embora este trabalho se centre nas questões pertinentes a vida das travestis e transexuais, em alguns momentos me refiro ao movimento LGBT devido a inexistência do movimento específico de travestis e transexuais nas localidades pesquisadas.

O movimento LGBT¹⁵, anteriormente chamado de movimento GLBT¹⁶ e anterior a isso de Movimento Homossexual, despontou no fim da década de 1970, como alternativa aos guetos¹⁷ que existiam anteriormente. Segundo Regina Fachinni (2001, p. 60) os guetos “*apesar de reunir homossexuais, possuíam uma atuação qualificada pelos militantes como “não politizada”, por estar voltada exclusivamente para a “sociabilidade”*”(p.60). A construção do movimento LGBT numa perspectiva identitária, também está ligada ao enfrentamento da epidemia de HIV/aids no início da década de 1980. Embora o processo de diálogo do movimento LGBT junto ao Estado, tenha possibilitado o fortalecimento do movimento LGBT e o surgimento das organizações das travestis, o que configurou uma relação bem-sucedida com o Estado, este vínculo exigiu comportamentos submissos por parte do ativismo, o que afeta a atual configuração do ativismo e seus embates. (Miskolci, 2010)

No que concerne ao movimento de travestis e transexuais, Carvalho (2015) aponta os seguintes fatos relacionados a última década:

Após o afastamento de grande parte das ativistas envolvidas no CNT¹⁸ e na Aracê¹⁹, o contexto das disputas identitárias mudou nos últimos anos. Alguns fatos me parecem mais relevantes nesta mudança: (i) a organização política dos homens trans; (ii) o surgimento de novas redes nacionais como a RedTrans, formada inicialmente por dissidentes da ANTRA, a Associação Nacional de Homens Trans (ABHT) e o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT); (iii) uma maior valorização dos processos eleitorais como espaços de disputa política; e (iv) a democratização no acesso à internet e as novas tecnologias de comunicação e informação, especialmente o amplo uso de redes sociais como o Facebook e o Twitter. (p.25)

¹⁵ Ao buscar a origem do movimento homossexual, tem destaque na literatura o Somos – Grupo de Afirmação Homossexual de São Paulo, criado no fim da década de 1970, o mesmo se dissolveu em 1983, o seu fim teve relação com problemas financeiros, questões identitárias, e também pela divergência quanto a aliança política a grupos de esquerda, todos esses elementos resultaram em rachas dentro do grupo, que culminaram na dificuldade de conseguir novos membros e o seu fim. Desde então, o movimento hoje nomeado LGBT, passou por diversas mudanças de nomenclatura, o que ocorreu devido a necessidade da criação de novas categorias para reconhecimento das especificidades dos sujeitos que se sentiam invisibilizados ou de algum modo excluídos, este processo implica negociações políticas, alianças e conflitos entre as organizações ativistas e outros atores políticos presentes (Fachini, 2001)

¹⁶ Na I Conferência Nacional GLBT após diversos debates identitários acerca da representação das categorias que compõem o movimento foi convencionado o uso da sigla LGBT.

¹⁷ Iniciativas existentes que tinham o intuito criar um espaço de sociabilidade para os homossexuais, como pequenos jornais distribuídos em bares, fã clubes de artistas, bailes de carnaval, dentre outros.

¹⁸ Coletivo Nacional de Transexuais.

¹⁹ Rede Social em Direitos Humanos, Feminismos e Transexualidade.

Essa mudança do ativismo tem ajudado a proliferar termos que antes eram usados exclusivamente na esfera acadêmica, como a heteronormatividade²⁰ e potencializado terminologias criadas através do ciberespaço como a cisgeneridade.²¹ Na internet através das páginas do *Facebook* e fóruns de discussão de pessoas trans, sujeitos que nunca tiveram contato com movimentos sociais ou com discussões relativas a gênero e sexualidade são incorporados a esse universo e participam de debates políticos e ações ativistas online e off-line. “*Aparecem então ciberativistas que atuam em diferentes esferas a partir de um uso sistemático e articulado das novas tecnologias.*” (Carvalho, 2015, p.26)

O cenário voltado aos direitos das pessoas trans está envolto por tensões, lutas, e disputas políticas intrínsecas e exteriores ao movimento. Meio a este panorama de tensão, no qual as travestis e transexuais nem sempre foram bem-vindas ao ativismo político LGBT, uma disputa importante tem sido desenhada. No universo de pesquisas acadêmicas sobre as pessoas, a teoria queer têm se tornado um aporte teórico recorrente, se destacando enquanto vertente teórica no diálogo com as diversas etnografias e estudos de caso desenvolvidos, esse uso tem produzido tensões em relação as abordagens feitas pelo movimento de travestis e transexuais e LGBT.

O livro “*Stonewall 40 + o que no Brasil?*” é fruto de discussões do evento que ocorreu em 2010, organizado pelo grupo de pesquisa CUS (Centro Universitário de Sexualidade); o evento tinha como objetivo debater e avaliar os estudos e as políticas públicas e identitárias no Brasil. Segundo Leandro Colling (2011), o evento foi atravessado por algumas discussões, que foram fonte de polêmica entre os pesquisadores e militantes:

Nesse encontro, ficou visível uma diferença entre as avaliações e análises de algumas participantes das mesas redondas e da plateia. De forma simplificador e incompleta, parece ter sido recriada uma divisão entre acadêmicas e ativistas, traduzida por alguns como uma separação entre pós-identitárias *versus* identitárias ou entre *queer* e adeptos do essencialismo estratégico. (p. 8)

²⁰(...) a heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade. (p. 156 e 157, Miskolci 2009)

²¹ A dissertação de Viviane Vergueiro Simakawa intitulada “*Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*” busca fundamentar a cisgeneridade e a cisonormatividade como categorias analíticas.

Estas polêmicas que ocorreram em 2010, ainda continuam presentes no cenário político. Mas o que ensinam tais “divisões”? Na formulação da política identitária, que é apropriada em graus distintos pela militância, se busca a criação de categorias claras de identidade coletiva para a resistência efetiva e conquistas políticas, há uma aposta em marcos legais: casamento, adoção, discriminação, nomes sociais; enquanto a perspectiva pós-identitária se propõe a dissolver as categorias de identidade e as fronteiras de grupo para construir uma política baseada em categorias coletivas desconstruídas, priorizando a estratégia do campo da cultura: com performance nas ruas e manifestações culturais, mas desde que essas manifestações confrontem as normas de gênero e sexualidade. (Colling, 2015)

De acordo com Richard Miskolci (2010, p. 07-08) essa tensão que têm demarcado a perspectiva analítica de acadêmicos e ativistas, se deve parcialmente aos seguintes motivos:

A recusa de espaço político e acesso à ação social concreta aos intelectuais, ao menos no contexto brasileiro, esconde dois fatos. Primeiro, o **descontentamento e a perda de terreno daqueles que haviam se habituado a uma relação privilegiada com o Estado** e o acesso a verbas que agora são disponibilizadas por editais e abertas também às iniciativas nascidas dentro das universidades. Segundo, o fato de que **esta mudança se dá em meio a uma transformação na área de estudos de sexualidade no Brasil, a qual não mais auxilia os estabelecidos na manutenção de uma mesma forma de pensar, se reconhecer e agir**. Ao invés de comemorar a renovação teórica e conceitual que poderia auxiliar o movimento a se adaptar ao presente e planejar estrategicamente seu futuro tem sido mais simples culpar a Teoria Queer pelo fim de uma Era ou xingar de “queer” os novos adversários internos. **(Grifo meu)**

Assim, enquanto os/as acadêmicos/as têm se apropriado de uma visão pós-identitária, os/as ativistas, em grande parte, utilizam uma visão identitária. Tais apropriações não são características fixas. A crítica à perspectiva identitária é que ela não questiona a forma como é constituída a identidade das pessoas que escampam as normativas de gênero e não desafia os significados da opressão política que divide o mundo em: homem/mulher, homo/hetero, mas ratifica e fortalece essas categorias, o que acaba por normatizar as experiências, e marginalizar os que não se enquadram na normativa. A consequência desta perspectiva é a construção de desafios políticos distorcidos e incompletos, que ignoram o impacto político dos significados culturais e não fazem justiça aos aspectos subversivos e liberadores da frouxidão das fronteiras coletivas. (Gansom, 2002). No entanto, a perspectiva pós-identitária que, embora aposte na subversão e na resistência utilizando estratégias a partir do campo da cultura, não

consegue articular uma forma de resistência realmente efetiva do ponto de vista institucional, permanecendo surda e cega as violências institucionais. (Gansom, 2002) A respeito das formulações das políticas por uma perspectiva identitária ou pós-identitária, Joan Scott (2005) aborda que:

[...] identidade é um processo complexo e contingente suscetível a transformações. Elas também subentendem que política é a negociação de identidades e dos termos de diferença entre elas. De fato, gostaria de argumentar – inconclusiva e enigmaticamente, alguns podem pensar – que é precisamente onde os problemas são mais intratáveis e menos passíveis de resolução que a política mais importa. A política tem sido descrita como a arte do possível; eu preferiria chamá-la de negociação do impossível, a tentativa de chegar a soluções que – em sociedades democráticas – aproximam os princípios da justiça e da igualdade, mas que só pode sempre falhar, deixando assim aberta a oportunidade de novas formulações, novos arranjos sociais, novas negociações. **As melhores soluções políticas na atualidade reconhecem os perigos de insistir em uma solução final e totalizante (ou grupos ou indivíduos, ou igualdade ou diferença). De certa forma, estou afirmando que paradoxos do tipo que descrevi são o próprio material a partir dos quais políticas são construídas e a história é feita.** (Scott, 2005, p.29) (Grifo meu)

De acordo com Scott (2005) tal paradoxo identitário *versus* pós identitário no campo do gênero e da sexualidade não devem ser solucionados, mas sim, a partir dessa condição de não resolução, o fazer política, seja no campo acadêmico e/ou estatal deve ser constituído.

Jacques Derrida propõe que a teoria da desconstrução permite o desmonte do texto para descobrir os seus significados, neste processo de desconstrução, um dos princípios é o conceito de jogo, que é o campo que permite as substituições infinitas no campo da linguagem, essas substituições podem ocorrer porque o campo dos significados é inesgotável e não há um centro que organize, detenha e funde o jogo das substituições. Assim, o movimento da complementaridade é o movimento do jogo das substituições no campo da linguagem, o que permite anular a crença de significados únicos. A complementaridade põe fim aos dualismos, é um modo de ver como os significados se deslizam e que não possuem uma essência. O movimento da complementaridade, é importante para entender que o ato de assumir uma perspectiva pós identitária ou identitária, é uma posição assumida em relação ao que se opõe, e que estes significados só são possíveis quando relacionados entre si.

Leandro Colling (2015) em sua pesquisa realizada no pós-doutorado esteve em contato com coletivos queer e do movimento mainstream LGBT de alguns países ibero-americanos. Em contato com um militante na Argentina, que se recusou participar da

pesquisando alegando uma postura de afirmação de identidades, Colling alerta para a configuração atual da militância:

Em nome da afirmação identitária de pessoas trans, que necessitam, é obvio, dessas afirmações, de reconhecimento e legitimidade, as pessoas que não são trans (nomeadas de cisgeneras) passaram a ter seus trabalhos automaticamente questionados ou considerados como objetificadores/exotificadores simplesmente porque seriam pessoas cis falando sobre o universo trans, (Colling, 2015, p. 58 e 59)

Já Carvalho (2011, 2015), que pesquisou a movimento de travestis e transexuais brasileiro, ao apontar que alguns acadêmicos são acusados de utilizar a miséria das travestis e transexuais para seu sucesso acadêmico, deixou claro que durante o seu processo de pesquisa de campo não teve dificuldades de acessar os espaços e as militantes, o que se deve a sua relação de militante com o movimento LGBT anterior ao início da pesquisa, sendo reconhecido pelas interlocutoras numa categoria de “aliado” ou “parceiro”, não de “pesquisador”. No entanto, esta recusa a determinadas pesquisas que ocorrem em alguns espaços não tem relação apenas por ser visto como “aliado”, é preciso perceber que este reconhecimento está atravessado por outras tensões, inclusive internamente ao movimento.

Ainda, sobre a tensão academia *versus* militância, perspectiva identitária *versus* pós-identitária. A pesquisa de Melo (2016) versa sobre como as pessoas trans têm se apropriado dos espaços online nos debates políticos, um dos debates potencializados nos espaços online tem sido sobre o lugar de fala e de produção de conhecimento sobre as questões concernentes a transexualidade:

A tensão estabelecida entre academia e ativismo torna-se um dos pontos de maior tensão nos debates online entre pessoas trans. Mais especificamente, a relação entre quem produz conhecimento sobre vivências trans e as próprias pessoas trans, ainda que estas não estejam tratando de temas que sejam considerados representativos ou centrais para a luta. (Melo, 2016, p. 92)

Melo também registrou que uma de suas interlocutoras, travesti militante, foi agredida num encontro oficial da militância; a agressão foi justificada no contexto pela interlocutora não ter seu ativismo online validado pelas demais militantes. De acordo com a Melo (2016, p.79): *“Os argumentos que tentavam justificar a violência sofrida por Mari se valiam da desqualificação da forma de luta online em contraste às exigências de uma militância nos moldes clássicos”*.

Entendo que através das reiteraões discursivas mantidas pela performatividade se delimita quem está apto a fazer política e qual prática é considerada política. Sobre a performatividade, o termo tem origem com o trabalho de John Langshaw Austin, filósofo

e linguista inglês. Posteriormente o termo foi desenvolvido por Jacques Derrida, e apropriado nos debates de gênero pela filósofa Judith Butler, ao entender o gênero como atos performativos. A performatividade se refere a discursos e normas que são permanentemente reiterados e que conformam comportamentos e valores, é uma forma de manter os discursos atualizados, é dizer, postos em ato pelos sujeitos que os corporificam (Borba, 2014). Assim como a performatividade atualiza o gênero binariamente, há um processo que produz a partir das normas de gênero e sexualidade os espaços de política internamente, traduzindo em quais condições relativas a gênero e a sexualidade os sujeitos estão aptos a fazer política.

Berenice Bento (2011) ao fazer uma breve revisão bibliográfica sobre pesquisas relacionadas a sexualidade, homossexualidade, transexualidade, indicou mecanismos de funcionamento das margens, donde é possível perceber que mesmo entre os sujeitos que não se identificam com a heterossexualidade compulsória há uma produção de normatizações, assim:

Para além de pensar o feminino como uma estrutura que se desloca entre os corpos, essas pesquisas também nos revelam as margens produzidas dentro das margens e como a binariedade margem versus centro é mais uma das dicotomias enganosas. No entanto, essa afirmação não pode ser diluída em uma despolitização e o apagamento das violências contra gays, lésbicas, travestis, transexuais, os meninos femininos e os intersexos. (p.98)

Este mesmo mecanismo de produção de “*margem entre as margens*” identificado dentro das revisões bibliográficas feitas por Bento (2011), também produz situações onde determinadas práticas políticas são validadas em detrimento de outras, como foi o caso apontado por Melo (2016).

A pesquisa de Carvalho (2011, 2015) se dedica a compreender a militância travesti e transexual num contexto nacional, a de Colling (2015) se refere a militância LGBT em países ibero americanos e Melo (2016) trata das interações online que tem produzido novas formas de militância e repercutido nas vidas destas pessoas. Todas estas pesquisas trazem em seu bojo perspectivas identitárias ou pós-identitárias que perpassam pela militância. As percepções são plurais sobre os diversos modos de militância. Se o movimento nacional de travestis e transexuais é fortemente marcado pela perspectiva identitária, ao olhar microscopicamente essa perspectiva pode não ser encontrada, que é o caso da militância LGBT do Espírito Santo, que foi pesquisada por André Tosta (2015):

(...) o caso específico do Espírito Santo apresenta outros desafios: um movimento LGBT relativamente pequeno, fragmentado e com pouco acesso a recursos para a mobilização coletiva leva a uma conjuntura mais focada na coalização do que na segregação. Nesse sentido mais do que a necessidade de

um movimento de travestis e transexuais separado da luta geral do movimento LGBT, as duas categorias se 'fundem' em uma coalizão estratégica. (p.11)

As singularidades do movimento LGBT no Espírito Santo, como a fragilidade das entidades locais, ausência de disputas com atores nacionais, fazem com que os atores locais utilizem a *coalizão estratégica* performando um movimento que se une em momentos estratégicos preocupado em demarcar as semelhanças do que as diferenças entre as experiências identitárias. Ainda segundo Tosta (2015) “*dentro do campo LGBT do Espírito Santo a situação é diferente. Todas as ativistas entrevistadas apontavam que o principal desafio do movimento no estado era produzir a união entre seus militantes, e que as disputas internas estavam enfraquecendo o movimento*”. (p.92)

O discurso das políticas identitárias não é homogêneo em todo o território, e inclusive o vocabulário das militâncias a nível nacional não tem alcance em todo território brasileiro, mesmo com a potencialidade das redes sociais na disseminação de informações.

Neste contexto de tensões, donde em alguns lugares as polêmicas apontadas por Colling (2011, 2015) e Melo (2016) não fazem sentido, é que políticas públicas são desenhadas e ensaiadas pelo Estado, que os sujeitos constituem um fazer político próprio, mas o que de fato tem se produzido neste campo? Quais dificuldades são inerentes nestas políticas públicas? No próximo tópico abordo tais produções e características deste campo institucional.

1.3 Trilha das políticas públicas: com quantos corpos se faz uma política?

O acesso à *cidadania* está ligada a constituição de vários elementos como a construção do *Programa Nacional de Combate às Doenças Sexualmente Transmissíveis e aids* (PN-DST/aids), oficializado em 1988, mesmo período da promulgação da *Constituição Federal de 1988*²², que tornou os *direitos sexuais*²³ campos legítimos de

²²Embora o texto naturalize e essencialize determinadas categorias jurídicas como “mulher”, ele tem se configurado uma ferramenta importante do judiciário na concessão de uma série de direitos LGBT’s. (Carrara, 2010). No que diz respeito, ao plano legislativo federal nenhuma lei relativa ao reconhecimento de direitos para as pessoas LGBT’s foi aprovada, mas no âmbito municipal e estadual, há leis, portarias que têm reconhecido o direito das populações que vivem em desacordo com normas hegemônicas de gênero e sexualidade.

²³ “(...) se referem a prerrogativas legais relativas ou à sexualidade ou a grupos sociais cujas identidades foram forjadas sobre formas específicas de desejos e de práticas sexuais” (Carrara, p.135, 2010),

exercício de *direitos*²⁴ e quando houve a criação do *Serviço Único de Saúde* (SUS). Com a legitimidade dos direitos sexuais, as políticas públicas a estes sujeitos se tornaram uma possibilidade concreta no campo jurídico. Mas o que de fato foi realizado?

A respeito das demandas LGBTs, surge o primeiro marco documental, a segunda versão do *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH)*, divulgado em 2002 pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). O documento trazia entre as suas 518 ações, cinco ações que abrangiam a orientação sexual, a garantia do direito à liberdade de opinião e expressão e 10 relacionadas à garantia do direito a igualdade de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais. A primeira versão, aprovada em 1996, atribuía aos direitos humanos o estatuto de política pública, mas não se referia à população LGBT. (Mello, Brito, Maroja, 2012)

Apesar da referência documental, as demandas LGBTs não foram assumidas por nenhum órgão governamental. Outra fase que tange a participação social e a cidadania das sexualidades não hegemônicas, tem como marco o início do governo do Partido dos Trabalhadores, em 2003. Momento no qual o governo federal abriu canais de diálogo junto a movimentos sociais até então ignorados, como o movimento LGBT. (Cavalcante, 2015).

Tais canais de diálogo permitiram o surgimento de algumas iniciativas para o combate a homofobia e a garantia de direitos LGBT's²⁵ como a criação do *Brasil sem Homofobia*,²⁶ o *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e de Direitos Humanos LGBT*²⁷ e o *Programa Nacional de Direitos Humanos*²⁸, realização da *I Conferência*

²⁴ “Não se deve pensar, portanto, que a agenda de direitos sexuais resume-se às bandeiras de luta do movimento LGBT e muito menos concluir, equivocadamente, que políticas públicas de combate à homofobia e de promoção da cidadania dessa população contemplam todos os direitos sexuais.” (p. 414 Mello, Brito, Maroja, 2012)

²⁵ A sigla LGBT é utilizada no plural não somente para flexionar os verbos, mas também para significar a diferença entre os atores que compõem o movimento, suas pautas e necessidades diversas.

²⁶ Programa federal lançado em 2004, pela Secretária de Direitos Humanos junto à sociedade civil organizada para promover cidadania e os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Composto por ações de apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania LGBT e/ou no combate à homofobia, capacitação de direitos humanos para profissionais e representantes do movimento LGBT e disseminação de informações sobre direitos, promoção da auto estima LGBT; incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos da população LGTB.

²⁷ O documento é resultado da 1ª Conferência Nacional GLBT, ocorrida em Brasília entre 5 e 8 de junho de 2008, tem como objetivo geral orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas, promovendo assim os direitos fundamentais da população LGBT, os direitos sociais e combatendo o estigma por orientação sexual e identidade de gênero.

²⁸ O Plano foi desenvolvido em 1996 após mais de dez anos do fim da ditadura militar, dando inicialmente maior ênfase na garantia dos direitos civis e políticos. Com sua ampliação e revisão em 2002, incorporou direitos econômicos, sociais e culturais. Sua terceira e última versão, lançada em 2010, foi constituída por

*Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*²⁹, criação da *Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT*³⁰, no âmbito da *Secretaria de Direitos Humanos*; e a implantação do *Conselho Nacional LGBT*³¹ com representação paritária do governo federal e da sociedade civil.

Antes destes marcos as propostas de políticas públicas apresentadas estavam ligadas ao combate da epidemia de HIV/aids; A área da saúde, é o campo que mais tem produzido políticas públicas consistentes para as populações em contextos marginais e que vivem em desacordo com normas hegemônicas de gênero e sexualidade. Esse traço das proposições políticas em nível de Estado tem relação com a história da institucionalização do movimento LGBT, que foi influenciado pelas políticas públicas de combate à epidemia de HIV/aids, uma vez que havia verbas de diferentes fontes para viabilizar ações promovidas por agências públicas, assim como prover fomento a pesquisas acadêmicas (Fachini; França, 2009). Nesta vaga, o lugar de direitos alcançado pelas travestis e transexuais na esfera pública esteve, nas últimas três décadas, associado ao âmbito da saúde, inicialmente centrada exclusivamente nas questões relativas às doenças sexualmente transmissíveis e à aids e, mais recentemente têm se voltado, em alguns estados, para a atenção ao processo de feminilização. A saúde também tem se ocupado em discutir temas como violência policial, hormonioterapia³², articulação e manutenção de organizações políticas representativas, mercado de trabalho, que, dada a abrangência não puderam ser tratados em toda sua profundidade por um único setor. (Pelúcio, 2009) Conforme indica Pelúcio, em sua pesquisa etnográfica com travestis atendidas por um projeto de prevenção de DST/aids em São Paulo, capital, embora as travestis não sejam um problema de saúde pública, (...) *“tem sido nos espaços das*

um processo de ações compartilhadas entre governo e sociedade civil. O respeito à orientação sexual e identidade de gênero são contemplados dentre seus eixos, diretrizes e objetivos estratégicos.

29 Ocorreu entre os dias 05 e 08 de junho de 2008 na cidade de Brasília. O evento foi coordenado pela Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República, foi neste evento que se convencionou o uso da sigla LGBT. A segunda conferência ocorreu em 2011 e a terceira em 2016.

30 Tem a responsabilidade de coordenar a elaboração e implementação dos planos, programas e projetos relacionados aos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em âmbito nacional. É também competência da Coordenação a articulação de ações pró-LGBT junto aos demais órgãos da Administração Pública Federal.

31 Órgão colegiado composto por trinta membros, sendo quinze representantes da Sociedade Civil e quinze do Governo Federal, tem por finalidade formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT.

³² Diz respeito às técnicas de terapia hormonal destinadas as pessoas trans com a finalidade da mudança corporal.

unidades especializadas em DST/aids que elas têm encontrado possibilidades de serem ouvidas, vistas e, assim, experimentado uma cidadania possível, ainda que esta esteja associada a doenças sexualmente transmissíveis e à aids.” (p. 132, 2009)

Quanto ao programa “*Brasil sem homofobia*”, Bruna Irineu (2014) avalia que o mesmo efetivou algumas metas, tais como, a realização da I Conferência Nacional GLBT, em 2008 e a II Conferência Nacional LGBT, em 2012; a criação do Plano Nacional LGBT e a implantação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT. No entanto, o programa foi executado de forma precária: “*Até 2008, realizaram-se atividades no BSH, contudo dispersas e sem continuidade, envolvendo muito mais as próprias ONGs que fazem ativismo do que órgãos estatais*” (p.199). Ainda, segundo Irineu (2014) as práticas neoliberais do Estado impossibilitaram a efetivação das políticas sociais para estes sujeitos, além de verbas escassas, o mesmo terceirizou a responsabilidade das ações para as ONGS. Além disso, o programa foi escrito de forma abrangente, o que tornou impossível o monitoramento e avaliação do mesmo.

Não me proponho a avaliar o “*Brasil sem Homofobia*” de forma pormenorizada, mas pelos dados recolhidos em pesquisas realizadas sobre o tema é possível perceber avanços relativos às questões que tangem o campo dos direitos sexuais e de gênero. Se anteriormente não havia discussão pública sobre os marcadores da diversidade, com o lançamento do Programa, esses debates se tornaram pautas públicas, tirando alguns assuntos das sombras. O fato de se pautar assuntos que são tidos historicamente como tabus, confluem na cena pública e na reorganização dos saberes. Há outros elementos que também se somam na construção destes saberes, a implantação do Programa não é o único.

Quanto a efetivação das políticas públicas LGBT’s elas não possuem homogeneidade no território brasileiro, ainda continuam precárias e escassas em alguns espaços do território brasileiro, e concentradas nos grandes centros e em algumas cidades de médio porte quando possuem movimento social organizado ativo. Luiz Mello e colaboradores (2012) consideram que:

As ações e programas esboçados pelo Governo Federal – e também pelos governos estaduais e municipais – parecem marcados pela fragilidade institucional e por deficiências estruturais, a) ausência de respaldo jurídico que assegure sua existência como políticas de Estado, livres das incertezas decorrentes das mudanças na conjuntura política, da homofobia institucional e das pressões homofóbicas de grupos religiosos fundamentalistas; b) dificuldades de implantação de modelo de gestão que viabilize a atuação conjunta, transversal e intersetorial, de órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, contando com a parceria de grupos organizados da sociedade civil; c) carência de previsão orçamentária específica, materializada no Plano

Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA); e d) reduzido número de servidoras públicas especializadas, integrantes do quadro permanente de técnicas dos governos, responsáveis por sua formulação, implementação, monitoramento e avaliação. (p.416)

As iniciativas existentes no território brasileiro não se constituem como objeto de políticas públicas de forma orgânica e com alcance nacional. A política do nome social³³ é um exemplo, há inúmeros decretos, leis, portarias e resoluções em todo território brasileiro. Isso ocorre devido a inexistência de uma legislação federal, o que incumbe o movimento social na busca de apoio com órgãos executivos e legislativos na busca da garantia de seus direitos civis. (Mello, Brito, Maroja, 2012). Ainda em 2016, antes do seu afastamento da presidência³⁴, Dilma Rousseff assinou o decreto nº 8.727 que permite o uso do nome social no serviço público federal. No entanto, o decreto tornou objeto de questionamento por alguns deputados federais que apresentaram o Projeto de Decreto Legislativo 396/16 para suspender o direito concedido do uso do nome social nos órgãos públicos.

Com o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, uma das primeiras ações do presidente Michel Temer, até então interino, foi a extinção e criação de alguns ministérios, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos foi um dos extintos³⁵, posteriormente foi criado o Ministério dos Direitos Humanos³⁶ abarcando as pastas do ministério até então suprimido. Tal extinção exemplifica como as políticas LGBTs acabam se tornando políticas de governo, ao invés de políticas públicas, podendo ser extintas a partir de mudanças conjunturais na política estatal.

Como abordado anteriormente a institucionalização do movimento de Travestis e Transexuais se deu durante o enfrentamento da epidemia de HIV/aids. O que propiciou uma relação bem-sucedida com o Estado, relação que também exigiu comportamentos submissos por parte do ativismo, o que afeta a atual configuração da militância e seus embates (Miskolci, 2010). Essa relação bem-sucedida com o Estado oferecia cursos de capacitação e financiamento de projetos, para que as travestis se constituíssem como sujeito nos campos jurídico e político (Carvalho, 2015). No entanto essa relação bem

³³ Nome pelo qual as travestis e pessoas transexuais se identificam e preferem ser identificadas, enquanto o seu registro civil não é adequado à sua identidade e expressão de gênero. (p. 30, Jesus, 2012)

³⁴ Foi instaurado um processo de impeachment alegando crime de responsabilidade fiscal. A presidenta Dilma Rousseff foi afastada por 180 dias para esperar o julgamento final. No dia 31 de agosto de 2016, o senado votou pelo afastamento definitivo da presidenta.

³⁵ A extinção ocorreu por intermédio da Medida Provisória Nº 726 de 12 de maio de 2016.

³⁶ A criação ocorreu através da Medida Provisória nº 768, de 2 de fevereiro de 2017.

sucedida na captação de recursos não se mantém, Richard Miskolci (2011, p. 42) aponta que:

As verbas, antes disponibilizadas a ONGs e similares, cada vez mais são oferecidas – por meio de editais – também para universidades. Assim, percebe-se que aqueles/as que antes quase monopolizavam o acesso às verbas e sua aplicação social agora competem com nov@s atores/as de dentro do movimento, da academia e, porque não também dizer, de gestores públicos que, progressivamente, tem incorporado demandas relacionadas à sexualidade na criação e implementação de políticas. As transformações – breve e sinteticamente apresentadas acima – têm mudado as políticas estatais na esfera da sexualidade, o papel das universidades nestas políticas até mesmo o perfil do movimento LGBT.

Esta não monopolização das verbas ocorre junto à abertura de outros canais de políticas públicas, *“as demandas sociais, felizmente, não se voltam mais apenas para a área de saúde e ganham cada vez mais espaço em políticas na área de educação, cultura e, por fim, mas não por menos, nas demandas de reconhecimento de direitos”*. (p. 42, Miskolci, 2011) Este universo de políticas tem vivenciado outros marcos, o que não significa o abandono da área da saúde em projetos preventivos das DSTs/aids, mas o surgimento de outro espaço de cidadania para estas populações, como o espaço da educação.

Mas quais são as iniciativas educacionais para os sujeitos desviantes das normas de gênero e sexualidade? Luiz Mello e colaboradores (2012) identificaram as seguintes ações: os cursos *“Saúde e prevenção nas escolas” (SPE)* e *“Gênero e diversidade na escola” (GDE)*, ambos começaram a ser ofertados em 2006³⁷; a publicação de livros sobre o enfrentamento do preconceito e da discriminação relativo a orientação sexual e identidade de gênero na escola, como o volume dos *Cadernos Secad* produzidos pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – (Secadi)³⁸, intitulado *Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*; a promoção do *“Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero”*, que integra o *Programa Mulher e Ciência* que visa estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no País; além de editais lançados pelo

³⁷ “Se houve cursos dessa natureza em anos anteriores, o silenciamento das pessoas entrevistadas a respeito deles pode indicar baixo alcance, descontinuidade ou simples inexistência.” (Melo, 2012, p. 105)

³⁸ Órgão componente da estrutura administrativa do Ministério da Educação (MEC) e foi criada no ano de 2004, durante a gestão do ministro Tarso Genro. Sua principal função é articular junto as três secretarias do MEC responsáveis por gerir a educação formal (SEB – Secretaria de Educação Básica, Setec – Secretaria de Educação Tecnológica e Secretaria do Ensino Superior – SESU) políticas públicas voltadas a ampliação do acesso à educação a todos os cidadãos, levando-se em conta especificidades de gênero, idade, raça e etnia, etc.

Secadi dirigidos a universidades para o desenvolvimento de pesquisadoras dispostas a desenvolver, cursos de extensão direcionados a profissionais de educação, que tratem dos temas gênero, diversidade sexual e relações étnico-raciais; as organizações não governamentais também têm produzido material pedagógico dirigido a adolescentes, professoras e pais-mães, e muitas ativistas do movimento LGBT e feminista são convidadas para participar e/ou organizar as ações promovidas pelas secretarias de educação nos âmbitos municipais, estaduais e federais.

Sobre as ações promovidas pelo âmbito federal, Mello e colaboradores (2012) entrevistaram gestoras responsáveis pelas ações e perceberam que estas têm um viés preventista e com poucos resultados imediatos, além do caráter pontual e de curto prazo. Segundo estes autores, as gestoras apontam também que há outras demandas mais importantes para serem resolvidas, tais como o analfabetismo, a evasão escolar e o racismo, o que é uma estratégia de invisibilização de pessoas gays/lésbicas/travestis/transsexuais nos espaços escolares. Outra tendência também encontrada é de que a escola deve “*atender toda a população (políticas universalistas) e não criar políticas “específicas”*”. (Melo et. al., 2012, p. 113). É a ideia disseminada de que deve se promover o respeito à humanidade destes sujeitos, e de que os marcadores de gênero, sexualidade, raça não são relevantes neste processo. Tal perspectiva ignora que não é apenas a diferença que é resultado de relações de poder, mas também a própria definição do que pode ser considerado humano (Silva, 2010). Também foi destacado o fundamentalismo religioso como posição que obstaculiza a efetivação dos projetos. Desde o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que é quando surge o primeiro marco documental LGBT, os direitos sexuais e reprodutivos são alvos de resistência por parte de parlamentares vinculados a grupos religiosos:

No contexto das lutas em torno da definição do que seja uma sexualidade legítima e de quais pessoas estão socialmente autorizadas a exercê-la, mesmo Estados de longa tradição democrática vez ou outra têm sua laicidade explicitamente colocada em xeque, sendo este um fenômeno particularmente preocupante no âmbito de democracias de frágil tradição, como as latino-americanas, onde os debates sobre direitos sexuais e reprodutivos são marcados por fortíssima oposição religiosa. (p. 413, Mello, Brito, Maroja, 2012)

No governo da Presidenta Dilma Rouseff, foi instalado o Conselho Nacional LGBT e convocado a II e a III Conferência Nacional LGBT, realizadas respectivamente em 2011 e 2016. No entanto, apesar de diversas iniciativas, em decorrência da pressão por parte de alguns parlamentares religiosos considerados fundamentalistas, não se conseguiu dar continuidade efetiva as iniciativas anteriores, como ocorreu com o

cancelamento do *Projeto Escola sem Homofobia*, de iniciativa do Ministério da Educação.

A não laicidade do Estado é um problema na constituição de projetos de leis e políticas públicas voltadas para os direitos sexuais. O princípio da laicidade é importante para o respeito ao pluralismo religioso, e para que as políticas sejam acessíveis a todos os cidadãos:

Na laicidade, a irrelevância e o afastamento de conteúdos religiosos da esfera política estatal decorrem dos pressupostos necessários para o convívio democrático em sociedades plurais, cujo teor não se coaduna à dinâmica de argumentos de fé. Em sociedades democráticas, dada a valorização e o respeito ao pluralismo, os processos de tomada de decisão política e a execução das políticas públicas necessitam ser acessíveis a todos os cidadãos, tanto pelos instrumentos de participação disponíveis, quanto pela possibilidade de compreensão e debate público das razões invocadas no processo político. (Rios, 2015, p. 21)

Na laicidade não deveria existir argumentos religiosos nas deliberações das políticas estatais. Há no Brasil dificuldades para que a laicidade seja operada. *“Vivemos uma laicidade precária que prejudica significativamente a liberdade sexual no dia-a-dia das famílias, na organização dos espaços públicos estatais, na esfera civil não estatal, nas políticas públicas da saúde e educação etc.”* (Torres, 2015. p.105) O que assistimos é a interferência da bancada evangélicas nas legislações, o que não configura numa cooperação, mas sim uma tentativa de imposição de valores religiosos, negando a diversidade e a cidadania àqueles que não se encaixam na moral religiosa.

Mesmo com tais limites, é um marco importante ter os sujeitos que vivem em desacordo com as normativas de gênero e sexualidade como público de políticas educacionais. E se o problema da não laicidade for a questão catalizadora para a mobilização?

É tentador produzir um discurso de que nada tem sido feito, que transformações e resistências não têm sido ensaiadas e realizadas, no entanto, finalizo esta seção questionando tal característica. Afinal, se a educação no Brasil ainda possui perspectivas coloniais, como os sujeitos tidos como desviantes ressignificam essa exclusão? Se o espaço escolar tem se tornado repressivo as demandas das pessoas trans, quais estratégias têm sido desenvolvidas por estes sujeitos? Quais das características coloniais, de catequização e exclusão, ainda sobrevivem nas nossas políticas educacionais?

Até aqui abordei num plano mais institucional a política e a educação para sujeitos desviantes das normas de gênero e sexualidade, mas o que têm se construído para além

desse plano? É sobre experiências não institucionalizadas que verso nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2 - Experiências que desalinham

“Cuando se trata del poder, es siempre desde los márgenes desde donde suele ser más visto, y más temprano, porque entra en cuestión la totalidad del campo de relaciones y de sentidos que constituye tal poder”. (p.288, Aníbal Quijano,2000)

Em 2004 o governo federal lançava o programa “*Brasil sem Homofobia*”, alvo de críticas e de expectativas, após mais de uma década deste marco, que mudanças podem ser percebidas? A partir deste questionamento que esse capítulo se tece, explorando como as travestis e mulheres transexuais da cidade de Uberaba constroem seus processos de reivindicação política e o acesso a direitos, mesmo que num plano institucional tais mudanças não sejam perceptíveis.

Este capítulo é uma documentação dos meus trânsitos em diversos espaços da cidade, durante o período de agosto de 2015 até novembro de 2016. A dinâmica do campo está em mudança constante, provavelmente dentro de um ano, ou até menos, alguns aspectos trabalhados neste texto tenham se reconfigurado. Um aspecto visível foi quanto a presença de homens trans na cena pública, se no período da pesquisa não entrei em contato com homens trans, tenho percebido que este cenário tem se alterado e a presença destes atores tem sido visível.

Como já sinalizado na introdução, a fim de tentar conhecer esse cenário de acesso a direitos e política na cidade participei de eventos relacionados às referidas temáticas, visitei e dialoguei com algumas travestis e donas de pensão que me indicaram as travestis que elas consideram mais engajadas na cidade, algumas delas eu já conhecia devido as redes sociais e outros contatos que havia realizado nos eventos que participei ao longo do período de campo. Apresento ao longo do capítulo o meu trânsito nos seguintes espaços: *I Conferência Regional LGBT, Lançamento da Parada LGBT, I Fórum LGBT, 12º Parada LGBT*, e no decorrer do texto a contribuição de duas entrevistas realizadas com duas travestis da cidade, Jacqueline e Leandra.

Este capítulo está subdividido em duas seções, a primeira “*Uberaba, Política e Gênero*” que discute como o espaço de política e reivindicação tem sido constituído em Uberaba, embora nem sempre seja visível e reconhecido como tal, já a seção “*Só existe política na Parada?*” tem como discussão norteadora as tensões dos marcadores da diferença, neste caso gênero e sexualidade, junto a educação, como as polêmicas da inserção do gênero nos planos educacionais, a questão da “*ideologia de gênero*”, tem sido

importantes para a delimitação de um novo contexto de mobilização, possibilitando agências e ativismo, mesmo em lugares com características tidas como coronelistas e conservadoras.

2.1 Uberaba, Política e Gênero

Cheguei cedo no ponto de saída da Parada LGBT, havia poucas pessoas no evento, mas aos poucos a rua foi enchendo. Fui para o ponto de encontro onde as pessoas que compõem a Jornada LGBT marcaram de se encontrar, isso não ocorreu de pensamento prévio, mas é que o grupo possui pessoas que me identifico (...) A Parada LGBT teve dois trios elétricos, tocou música eletrônica durante todo trajeto até chegar no lugar que seria as apresentações culturais do evento, achei “engraçado” que no início da Parada os letrados dos carros estavam com a sigla GLBT, no decorrer da parada corrigiram a sigla. Esse ano a Parada estava diferente, percebi que todo mundo a minha volta estavam “doidinhos” pro show da Mc Glendha. (Trecho do diário de campo, 24 de julho de 2016)

Uberaba é uma cidade do interior de Minas Gerais localizada na região do Triângulo Mineiro. Sua população de acordo com a estimativa do IBGE referente a 2016 é de 325.279 mil habitantes. Esta cidade tem em suas raízes o tradicionalismo ligado à agropecuária, que ocorreu com a introdução do gado zebu³⁹ no final do século XIX e início do século XX. Atualmente, a cidade é referência mundial na criação e aprimoramento genético, sendo atribuído ao mês de maio o maior evento dos criadores de gado do mundo, a *Expozebu*. Ironicamente a feira acontece no parque Fernando Costa, que têm proximidade com um dos principais espaços de prostituição feminina, masculina e travesti da cidade, a avenida Marcus Cherém e a rua São Lourenço. A avenida Deputado José Marcus Cherém e a rua São Lourenço são associadas no imaginário social pela violência, prostituição e bordeis. Estes lugares têm um cerne dúbio, ora lugar de importância econômica e política, ora lugar marginal, violento e sexualizado.

A constituição de Uberaba ocorreu a partir das oligarquias agrárias; as elites e famílias tradicionais da cidade foram decisivas para a produção e reprodução do espaço urbano, sendo que muitas ações giraram em torno da *Associação Brasileira de Criadores*

³⁹ A importação pelo do gado zebu pelo Brasil, se deu em 1898. Foram realizados pelos fazendeiros Triângulo Mineiro com uma diferença marcante: ao contrário dos demais compradores de zebu que adquiriam seus animais por meio de casas importadoras, eles próprios iam buscar os animais na Índia. Vendo como uma forma lucrativa, o Governo de Minas Gerais foi pioneiro em incentivar e regulamentar as importações a partir dos anos de 1907, obtendo apoio também dos representantes dos criadores mineiros na Câmara dos Deputados. As importações tiveram início e os tempos eram considerados difíceis devido às ações impostas pelo Neocolonialismo e a deflagração da "Grande Guerra". A Índia Britânica, além de outras peculiaridades, impunha certos obstáculos burocráticos nas negociações. Disponível em: <<http://www.crbpz.org.br/Home/Conteudo/13442-Uma-breve-historia-sobre-a-introducao-do-Zebu-no-Brasil>>.

de Zebu (ABCZ), sendo ela o maior centro de registro genealógico de gado zebu do mundo. Tal atividade favoreceu ainda mais a disparidade entre as cidades de Uberlândia e Uberaba, essa disparidade explica em termos o porquê experiências como a do cursinho *Transpondo* que será documentada no próximo capítulo são possíveis em Uberlândia.

De acordo com Maria Terezinha Serafim Gomes (2015), antes do prolongamento da ferrovia até as cidades de Uberlândia e Araguari, Uberaba desempenhava papel polarizador da região. Contudo, essa característica começou a se enfraquecer a partir de 1940. Um dos motivos, é que após o prolongamento da ferrovia, Uberlândia se tornou capaz de absorver os impulsos da economia nacional, mantendo-se articulada a economia de São Paulo. Diferente de Uberaba, a cidade vizinha implantou novas formas de organização das atividades produtivas, conduzidas e investidas pela elite uberlandense. O resultado foi uma divergência entre as duas cidades, sendo que Uberlândia passou a ser o polo dinâmico da região a partir de meados do século XX. Um exemplo destas divergências é a criação das universidades federais nas cidades: enquanto em Uberlândia a *Universidade Federal de Uberlândia (UFU)*⁴⁰ foi criada em 1950 e federalizada em 1978, em Uberaba a *Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)*, com origem em 1953, como *Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM)*, se transforma em universidade em 2005 e pluraliza o perfil dos seus alunos e cursos, principalmente, a partir de 2007 com o Decreto Nº 6.096 que instituiu o *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)*.

As características ruralistas de Uberaba têm relação com suas elites que dominaram o cenário político e ainda dominam, freando medidas desenvolvimentistas. Roberta Afonso Vinhal Wagner (2013) aponta que com a reconfiguração do poder oligárquico na cidade, as práticas coronelistas⁴¹ se adaptaram; os novos coronéis da cidade são os médicos, empresários da construção civil, do mercado financeiro, e também do agronegócio que controlam o cofre público e criam uma imagem de competência e honestidade, para que os privilégios e a manutenção de poder sejam mantidos.

Segundo pesquisa realizada pelo IBGE o *Produto Interno Bruto (PIB)* anual do município em 2013 correspondia ao valor de R\$ 10.882.907.000, enquanto o per capita é

⁴⁰ Um dos exemplos de como a discussão sobre as pautas trans possui mais espaço em Uberlândia é a presença do *Programa Em Cima do Salto: saúde, educação e cidadania* desenvolvido desde 2006 através do departamento da Faculdade de Medicina da UFU.

⁴¹ José Murilo de Carvalho (1997), ao buscar diferenciar o coronelismo do mandonismo, indica que o coronelismo é característica de um período histórico particular, de 1889 a 1930, já o mandonismo é uma característica da política tradicional, na qual um personagem específico, quando possui um recurso estratégico, exerce domínio sobre a população, impedindo o seu acesso à política.

de 34.509,47 por habitante. Embora o PIB seja superior à média nacional, o *Censo de 2010* constatou que 74% dos domicílios Uberabenses possuem renda de 0 a 2 salários mínimos, enquanto 17% possui renda de 2 a 5 salários mínimos e apenas 5,93% possui mais de 5 salários mínimos.

Uberaba, possui junto as suas características conservadoras, abriga muitas travestis que ocupam e que fazem de Uberaba sua rota de trabalho e de sociabilidade. Afinal que elemento nessa cidade atrai tantas travestis? As entrevistas que realizei ajudam a responder tal questionamento.

Conheci Jacqueline através de indicações que obtive ao caminhar na avenida Marcus Cherém quando conheci as travestis Manuela e Bianca, ao falar do meu interesse na pesquisa elas pediram que eu conversasse com elas em outro horário porque eu poderia atrapalhar a clientela, assim, me indicaram as casas em que moravam e pediram que eu as visitasse em suas casas no período vespertino. Nunca mais encontrei Manuela e Bianca, mas através desta conversa conheci Jacqueline. Jacqueline possui trinta anos, é negra e reside há mais de dez anos em Uberaba, natural de Uberlândia, mãe de santo, prostituta, aqui constituiu sua vida abrigando outras travestis em sua casa, onde mora com sua família e trabalha com a prostituição. Em nossos diálogos sempre deixou claro a sua boa relação com a vizinhança e seu afeto por Uberaba. Quando falei do que se tratava o meu contato imediatamente ela se prontificou e conversamos durante vários dias antes de realizar a entrevista, na qual ela esperava ansiosamente e me cobrava pelo momento, ela me dizia “*menina, quando é que você vai me entrevistar?*”. Já Leandra, conheci no evento de *Lançamento da Parada LGBT* da cidade, ela é natural de Uberaba, possui vinte e sete anos, negra e sempre morou na cidade. Cuidadora de idosos e crianças especiais, confeitadeira, salgadeira e cozinheira. Marcamos a conversa por *Facebook* e também nos encontramos no encontro regional da *RedeTrans* que ocorreu na cidade de Uberlândia em 2016. Um marcador da fala de Leandra é a sua boa relação com o bairro onde mora, sendo bem aceita pela vizinhança, o que torna a vida possível em Uberaba, mesmo com a dificuldade de acesso a trabalho na cidade.

De acordo com as minhas interlocutoras Uberaba faz parte da sua rota de trabalho, pois mesmo com o seu caráter coronelista e de violência, a dificuldade de viver na cidade é inferior a outras cidades de maior porte, como Uberlândia, Ribeirão Preto ou São Paulo. Esta dificuldade está relacionada com brigas de ponto de prostituição, assaltos, violência na rua, dificuldade de fazer programa pela grande concorrência:

Tem diferença assim, igual em Ribeirão Preto que é maior que aqui, lá é bem diferente que aqui, lá é mais assalto mas também ganha mais dinheiro. Agora aqui é uma cidade mais pacata é um pouco mais devagar, mas também é mais calmo, dá pra viver mais tranquilo. (Entrevista realizada na casa de Jacqueline no dia 15/06/ 2016)

Olha na minha vivência, eu vou ser sincera, sobre a questão de perigo, acho que está perigoso pra todos os lados, em todos os lugares no mundo incluído aqui no Brasil. Sobre a questão da prostituição, Uberaba, pelo que eu vejo em várias histórias, hoje em dia não tá dando muito dinheiro como dava antigamente. Isso acontece porque antes quem fazia programa aqui na cidade, era da cidade. Casa de prostituição tanto pras mulheres ou pras transexuais era uma ou duas, resumindo, era pouco profissional de sexo pra muito homem. Hoje têm aproximadamente quase 10 casas de prostituição ou mais, e cada casa dessa é 15, é 20, profissionais do sexo. Então hoje tá muito profissional do sexo pra pouco homem, então acho que Uberaba não tá rendendo tanto dinheiro igual rendia antes com a prostituição, porque eu conheço pessoas que hoje com quase 40 anos de idade, mas na sua adolescência estudava e não trabalhava com a carteira registrada, preferia ir pras avenidas de Uberaba se prostituir pra adquirir tudo aquilo que necessitava pessoalmente, suas necessidades e também pra continuar estudando. Hoje eu conheço várias que são formadas, independente de orientação sexual ou raça, são várias que se formaram, isso há 20 anos, 25 anos atrás, tenho vários amigos. Acho que Uberaba até dá dinheiro, mas não é igual antes, principalmente pra quem não é da cidade, às vezes os clientes podem ficar com algum receio, ou por falta de conhecimento, ou cultura, ou intimidade, ou algo assim. Geralmente muitos preferem pegar pessoas de fora. (Entrevista realizada na casa de Leandra no dia 27/10/2016)

Elisabeth Anhel Ferraz e colaboradores (2006) ao estudarem a vulnerabilidade dos comportamentos sexuais das travestis em Uberlândia, apontam que a escolha da cidade para as travestis se deve a sua localização estratégica. A cidade está situada na região do Triângulo Mineiro, que liga as cinco capitais: Campo Grande, Cuiabá, Goiânia, Belo Horizonte, São Paulo e a Capital Federal, Brasília, constituindo uma ligação entre o Sul e o Norte do país. A localização estratégica, também se estende a Uberaba, que é uma característica que traz diversas travestis a cidade e que também facilita e incentiva o trânsito de travestis entre Uberlândia e Uberaba.

Ao buscar trabalhos analíticos que verssem sobre as temáticas que norteiam esse trabalho, ou que se aproximam, constatei duas pesquisas: *Os territórios do (a) "homoerotismo/homossexualidade no município de Uberaba (MG)*, de João Fábio M. Anunciação (2016), que trata da constituição dos territórios homoeróticos da cidade e a pesquisa de Cristian Vicente Rodrigues (2009) *Vislumbrando os sujeitos "invisíveis" sob o foco das práticas de controle social – Uberaba 1865/1935*, que a partir de uma perspectiva histórica aborda como Uberaba foi constituída invisibilizando a memória e a história de alguns sujeitos.

Embora estes trabalhos sejam relevantes, há ainda uma defasagem sobre tais temáticas em Uberaba, o que fundamenta a importância de trabalhos como este, não

apenas para construir um acervo sobre a militância e ativismo LGBT, mas para que este dialogue com outras discussões já encetadas no cenário nacional, contribuindo para construir perspectivas analíticas não essencializadas, ou seja, que não investiguem as suas realidades de modo estável e unilinear.

Costumeiramente a cidade é referida como *terra do zebu*, essa referência compôs a *II Marcha das Vadias* que aconteceu em 2014, que tinha como slogan “*Em terra de zebu, falar de sexo e violência é tabu*”. Participei da organização da marcha, junto a outras mulheres da cidade, erámos em sua maioria, mulheres universitárias e professoras da rede básica. Além do ato, também foi organizado *I Jornada de discussões de Gênero*, os encontros discutiram os seguintes temas: Dominação masculina; Mulher negra; Violência de gênero; Gênero e educação; e Identidade trans.

O *Diagnóstico de violência doméstica e familiar nas Regiões Integradas de Segurança Pública de Minas Gerais* realizado pelo *Centro Integrado de Informações de Defesa Social* constatou 6.310 casos de violência doméstica e familiar na Risp 05 Uberaba⁴² no ano de 2015, sendo que a cada 100 mil habitantes há 806,27 registros de violência doméstica contra a mulher. Esses dados foram produzidos porque existe a *Delegacia da Mulher* e o *Centro Integrado da Mulher* que consolidam uma rede de apoio as mulheres violentadas na região. Até então, não existem dados sobre violências a partir dos marcadores de sexualidade e/ou identidade de gênero.

A cidade é desprovida de políticas públicas efetivas para as pessoas trans, a única iniciativa existente está centrada no âmbito da saúde. O *Centro de Testagem e Aconselhamento – CTA*, que foi criado em 1999 através de um convênio entre a *Secretaria Municipal de Saúde de Uberaba* e o *Ministério da Saúde*, visando a implantação do projeto de controle das DST e Aids. O *CTA* desenvolve o *Programa Municipal de DST/Aids* de Uberaba que nasce com recursos oriundos do acordo de empréstimo BIRD 4392/BR e do Governo Federal. Dentre as ações do *CTA*, a única que é voltada para as travestis e transexuais é o *Projeto Profsex*, que visa atender a demanda de profissionais do sexo em seus locais de trabalho, levando orientação, preservativos e o encaminhamento necessário para a realização de exames laboratoriais. Atuação semelhante também é realizada pela *ONG – Saiba viver com Aids*⁴³.

⁴² A Risp 05 compreende as seguintes cidades: Uberaba, Campo Florido, Veríssimo, Conceição das Alagoas, Pirajuba, Água Comprida e Delta.

⁴³ Fundada em 26 de outubro de 2009, a ONG Saiba Viver com HIV tem como missão estimular a prevenção e o tratamento do HIV e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis e transformar a forma de viver daquelas pessoas diagnosticadas soro positivo. Promovendo a integração, dignidade e a qualidade de vida.

Como este projeto, é a única iniciativa voltada para as pessoas trans, busquei contato com a coordenação. Após muita insistência fui recebida, mas o apoio à pesquisa de campo não foi concedido; a motivação da recusa foi para evitar confusões quanto ao papel do CTA e da pesquisa que seria realizada, pois a minha presença poderia atrapalhar a realização do projeto, criando expectativa nas travestis de serem ofertadas benefícios inexistentes.

Neste contato com a equipe do CTA, percebo que há um receio sobre a palavra “pesquisa”, e como na perspectiva da instituição o trabalho realizado têm obtido sucesso não existe possibilidade para mudanças. Isso está relacionado com uma das características da cidade de afirmação do espaço, ali o espaço público é visto como privado, as confusões de papéis impedem algumas ações. É a visão “*o que está dando certo, não se muda, não se mexe em time que está ganhando*”, mesmo que esse ganhar esteja relacionado com uma prática que não amplia as possibilidades de ação.

Ao iniciar o campo e conversar sobre a iniciativa do CTA com minhas interlocutoras, tive alguns relatos importantes sobre este projeto e divergências quanto a sua atuação, enquanto algumas travestis apontavam para a ausência do projeto desenvolvido pelo CTA, e que o fato de não existir o projeto é o que desencadeia a não participação das travestis nos eventos em que são convidadas pelo poder público.

Para Jacqueline o CTA realiza o seu trabalho adequadamente, pois ela recebe as visitas mensalmente da instituição recebendo os kits de preservativos que ajudam na manutenção do trabalho, no entanto:

Então, o CTA tem até algumas coisas que ajuda bastante. Tem ajuda de dentista de médico, que ajuda bastante. Porém a travesti tem que ter o vírus. Se não for portador, você não pode ter aquele benefício. Então, para a gente, não adianta nada. Tem uma amiga minha que fez tratamento, por aparelho, tá linda e maravilhosa, e a gente não pode fazer porque a gente não tem. Ainda bem claro, eu prefiro não fazer do que ter. O CTA vem aqui mais ou menos uma vez por mês trazer os preservativos. (Entrevista realizada na casa de Jacqueline no dia 15/06/ 2016)

O trabalho de prevenção de DST/aids realizado pelo CTA no que tange a vida das travestis consiste na distribuição gratuita de preservativos e lubrificantes, e em partes a sua precariedade é porque não existe interesse institucional. Então alguns indivíduos por se sensibilizarem as causas se organizam dentro da instituição para que o projeto seja realizado, mesmo que precariamente. Esta característica de ação do indivíduo marca as ações da cidade, as políticas acabam “*indo pra frente*” devido a características pessoais dos envolvidos.

Pelúcio (2009), em seu contexto etnográfico, cunhou o conceito de *sidadanização*, que propõe que através das políticas da saúde as travestis têm acessando a alguns direitos de modo precário e no qual precisam abdicar de sua cultura própria para acessá-los, sendo o acesso a direitos circunscrito ao marco da saúde, na qual só se reconhece a legitimidade do acesso a direitos por este meio. Embora se mantenha, em Uberaba, a relação de pegar a camisinha para ir trabalhar, me questiono, em que medida nestas circunstâncias é possível falar sobre *sidadanização*? Percebo, que esse acesso a direitos num plano institucional, mesmo via saúde é inconsistente neste contexto.

As políticas públicas para as travestis não estão prioritariamente centradas na saúde, e como abordado no primeiro capítulo, o campo da educação surge como um dos âmbitos de acesso a direitos, as demandas da população trans foram ampliadas. Neste contexto de ampliação de demandas de pessoas trans surge o que Melo (2016) aborda como “políticas de existência”, que são estratégias de manutenção de vida, estratégias de sobrevivência. Melo, ao pesquisar a apropriação dos espaços online, indica que o uso das redes sociais no âmbito do ativismo é um modo de construção de visibilidade, é uma forma de fazer políticas de existência, na qual a exposição da vida íntima se torna um ato político, e se assegura o reconhecimento da sua existência.

Embora neste contexto etnográfico muito pouco tenha sido produzido num plano institucional, há políticas de existência exercidas por estes sujeitos. É sobre alguns destes mecanismos de existência que abordo ao longo deste capítulo. Quando perguntei a Leandra sobre seu engajamento e participação em junto aos movimentos sociais em Uberaba, ela o definiu da seguinte forma:

Pouco, muito pouco, pouquíssimo, ou melhor nenhum muita das vezes. Só quando tem um evento muito grande, às vezes eu apareço. Agora começaram a me chamar, mas tá muito pouco, o movimento é fraco. (Entrevista realizada na casa de Leandra no dia 27/10/2016)

Ao perguntar a Leandra se as travestis têm se organizado ou tentando se organizar, foi me respondido o seguinte:

Olha, tá muita desunião e muitas aceitam a vida do jeito que tá, porque já lutaram e não tiveram conquistas, tiveram conhecimento mas tá muito fraco, muito desunido, muitas decepções. Muitas não acreditam muito que um dia as coisas podem melhorar pra gente. Essa é a minha visão. (Entrevista realizada na casa de Leandra no dia 27/10/2016)

A cidade possui uma relação com os movimentos sociais que *aparenta ser pouco consolidada, inconsistente e de poucos enfrentamentos*, principalmente quando se analisa a partir de cidades de grande porte, está condição está ligada ao histórico coronelista da

cidade, mas é também a característica mobilizadora da cidade. Esta aparência de inconsistência está vinculada a fragmentação histórica dos movimentos, bem como a ausência de registros históricos sobre estas lutas. Tais grupos têm se potencializado a partir da criação e expansão da *Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)*, que anteriormente, enquanto *FMTM* se concentrava na formação de médicos, atendendo majoritariamente elites da cidade e região. Uma das marcas da criação e expansão da *UFTM* foi o surgimento de coletivos universitários ligados a questões raciais, de gênero e sexualidade, que criam formas distintas de combate político, até então, praticamente inexistentes na cidade, como oficinas, marchas, enfrentamentos em espaços públicos. Julião Gonçalves Amaral (2013) ao buscar compreender a atuação política de três Coletivos Universitários de Diversidade Sexual do estado de Minas Gerais, os definiu como:

Os coletivos universitários de diversidade sexual podem ser considerados como uma das novas formas de militância construída pelos jovens. Organizados dentro das universidades, a militância desses grupos se expande para toda a sociedade através das mais diversas formas de ação. Entre os membros dos grupos, há a percepção de que essa militância configura um novo meio de atuação política (...) os jovens estão, cada vez mais, descobrindo novas formas de se fazer política. Pensar a militância e o engajamento por meio de concepções fechadas do que seja a política e como se deve dar a participação efetiva (...) (Amaral, 2013, p. 236)

Há três anos atrás, quando eu nem me imaginava escrevendo uma dissertação de mestrado, fui em um evento em uma casa noturna de Uberaba⁴⁴, o evento era a apresentação de uma Mc de funk⁴⁵, que pelo menos no meu círculo de amizades tinha popularidade, a artista era travesti e suas letras falavam de sexualidade, desejo e visibilidade trans. O que não esperava é que pouco tempo depois conheceria a *MC Glendha* em Uberaba, cidade que moro desde que nasci e que sempre reconheci como a terra do *Chico Xavier*⁴⁶, do gado e do sertanejo universitário.

MC Glendha é artista na noite LGBT de Uberaba desde 2003, durante 10 anos realizou trabalhos como *drag queen*, utilizando o nome artístico de *Ginger Lee*, sua carreira como MC foi lançada em 2014. Desde então a artista tem ocupado diversos espaços culturais da cidade, como festas universitárias, festivais de danças, eventos promovidos pela *Fundação Cultural* e também realizado trabalhos beneficentes. Além destes espaços festivos, a artista tem sido convidada para ocupar espaços universitários

⁴⁴ Extinta Weekend Club, casa noturna LGBT da Uberaba.

⁴⁵ A artista é a MC Xuxu.

⁴⁶ MEDIUM espírita reconhecido em todo território nacional por suas ações filantrópicas.

que se propõem a discutir a cena LGBT e a visibilidade trans na cidade, configurando um episódio importante na cidade. A MC morou um tempo fora e quando retornou para a cidade abriu um salão de beleza de onde tira seu sustento e voltou a se apresentar artisticamente junto ao *Bonde Glam*⁴⁷. A partir de uma brincadeira com amigos próximos se aventurou no universo do *eletrofunk*; em partes se enveredou por esta trajetória artística devido a facilidade de aprender o estilo musical e a disponibilidade das bases do funk⁴⁸ que podem ser baixados facilmente na internet. A apresentação da artista possui músicas autorais e composições de outros artistas, o seu trabalho é divulgado através do *youtube*⁴⁹, na página oficial no *Facebook*⁵⁰ e perfil no *Instagram*⁵¹. O funk é uma linguagem política no contexto das lutas LGBTs de Uberaba, é um estilo que se localiza nas fronteiras, assim como a existência das pessoas trans e ao mesmo tempo o estilo musical é uma possibilidade de ascensão econômica.

Na Parada LGBT da cidade em 2016 o show da *MC Glendha* era o momento mais esperado do evento, a artista e o seu grupo tem se transformado em referência LGBT da cidade. *Glendha*, não tem relação com nenhum grupo institucionalizado, mas através da sua performance como Mc, a artista tem mobilizado ações e pessoas, ocupando espaços até então negados as travestis da cidade. Por que é tão importante que uma travesti, Mc de *eletrofunk* ocupe estes espaços? A artista através deste trabalho tem constituído uma forma distinta de política na cidade? Como que essa experiência atualiza a inteligibilidade de gênero e também produz outras formas de se fazer política que não estão pautadas em modelos clássicos de manifestação?

Durante muito tempo me convenci que as características de inconsistência e poucos enfrentamentos no campo dos movimentos sociais em Uberaba estaria ligada ao histórico coronelista da cidade, traço este, que sempre analisei numa perspectiva essencialista, na qual o conservadorismo, seria um aspecto identitário, fixo, quase

⁴⁷ Dançarinas e dançarinos que se apresentam junto a MC.

⁴⁸ É uma melodia musical, no qual pode ser baixada e a partir dela o artista trabalha suas letras musicais.

⁴⁹ É uma plataforma de compartilhamento de vídeos, na qual os usuários podem criar um canal para divulgar seu trabalho. No canal da MC, além de vídeos das suas apresentações também é possível encontrar clips e vídeos ilustrativos de suas músicas autorais:

<https://www.youtube.com/watch?v=lywe--HAjHw> Clip da música *Clap Boom*

<https://www.youtube.com/watch?v=-sPShezE6jU> Clip da música *Poder Travesti*

<https://www.youtube.com/watch?v=K8rnNn-qgWM> Clip da música *Dia De Maldade* com McValverde

<https://www.youtube.com/watch?v=Gq4e-5bu53M> Vídeo ilustrativo da música *Mega Hair do Paraguai*

<https://www.youtube.com/watch?v=LekYLblUKTk> Vídeo ilustrativo da música *O babado é no salto*

⁵⁰ Perfil da artista no Facebook: <https://www.facebook.com/McGlendha/>

⁵¹ É uma rede social de compartilhamento de fotos para usuários de Android e iPhone, a artista divulga seu trabalho no perfil: https://www.instagram.com/mc_glendha/

atemporal, uma prática política estabilizada. Contudo, é necessário tencionar para além disso, do que é dado, do que é posto e do que tem circulado na produção dos discursos, que ocorrem nas ruas, nos pontos de ônibus, na fila do Sus e que também está presente nas produções e discursos acadêmicos, o que numa concepção foucaultiana, exerce função reguladora e normativa.

Para Michel Foucault (1988), a explosão discursiva sobre o sexo trouxe interditos e normativas que se respaldavam em diversos campos de saberes científicos, as quais desempenharam mais um papel de regulação, mais do que de proibições. As coisas ditas, precauções meticulosas e análises detalhadas, foram procedimentos que tiveram a finalidade de pautar verdades sobre o sexo. As características de inconsistência e pouco enfrentamento dos movimentos sociais, assim como o conservadorismo, é também um discurso, mas quais são as implicações políticas deste discurso? Sobre o que falam os silêncios, como as lacunas se constituem e/ou se fecham nessas inconsistências? Como regimes de verdade que regulam o sexo e o gênero atravessam e obstaculam enfrentamentos?

A produção deste discurso, é um dos modos de produzir verdades e de validá-las de tal modo que seja impossível observar movimentos de resistência, que consigam escapar da normalização do discurso, para além do que é dado como resistir. Afinal, resistir ocorre apenas por via de passeatas, partidos políticos e faixas? O fazer política está ligado a modos de codificação diversos e que também possui significados diversos, será possível delimitar o que se considera política e o que não se considera política?

Léa Tosold (2010) ao avaliar o embate entre as políticas de diferença e o essencialismo aponta que o foco excessivo nos problemas da política da diferença *versus* os limites da política essencialista, conforme discuti no primeiro capítulo os embates entre a militância *versus* academia, tem abandonado outra pauta tão importante, que é o questionamento do que é fazer política:

Como consequência, tanto a estrutura política através da qual os atores coletivos vêm a ser politizados quanto as desigualdades estruturais dela advindas permanecem inquestionadas. No lugar de se vislumbrar novos horizontes para um fazer político transformador através da politização de diferenças, acaba-se por reificar diferenças e identidades enquanto categorias problemáticas de análise. Com o ônus em relação ao problema do essencialismo recaindo exclusivamente sobre a definição de diferenças ou identidades coletivas, deixa-se de questionar por que essas categorias de análise permanecem sendo tão estranhas e alheias ao próprio fazer político. (p. 176)

Esse não questionamento do fazer político explica o porquê algumas categorias analíticas, mesmo quando observadas e tratadas acabam se remetendo a uma percepção

essencialista, quando comecei o trabalho de campo tinha uma perspectiva do que desejaria encontrar a respeito de mobilizações sociais em Uberaba, ou do que de algum modo eu queria constatar a partir da minha vivência: a dificuldade de se mobilizar numa cidade conservadora, mas não conseguia perceber o quanto estava sendo tomada por minhas pré-definições do que é fazer política e do que são movimentos sociais.

O que a *Mc Glendha e os coletivos universitários* nos mostram, é que mesmo com todo o histórico conservador de Uberaba, existe uma rede de apoio que circula conhecimento, que modifica e cria espaços de resistência na cidade. A experiência relatada torna possível outras performances que não acompanham as normativas e sujeições referendadas pela heteronormatividade e atualiza outras possibilidades de ser travesti e transexual numa cidade conservadora.

A característica conservadora da cidade, por si só, já não é mais capaz de regular as redes de conhecimento, pois estas estão esparramadas, tal como o conceito de rizoma de Deleuze e Guattari:

O rizoma é um sistema a-centrado não hierárquico e não significativo, sem General, sem memória organizadora ou autômato central, unicamente definido por uma circulação de estados. O que está em questão no rizoma é uma relação com a sexualidade, mas também com o animal, com o vegetal, com o mundo, com a política, com o livro, com as coisas da natureza e do artifício, relação totalmente diferente da relação arborescente: todo tipo de "devires". (p.15, Deleuze; Guattari, 1995)

O rizoma Deleuze-guattariano crítica o pensamento ocidental arborescente, pois este é baseado em processos dicotomizantes e hierárquicos. As intensas revoluções científicas da contemporaneidade impõe relações aos homens muito complexas e velozes na qual o pensamento dicotomizante dificilmente significa tal heterogeneidade. (Souza, 2012)

Entendo que as redes de conhecimento experienciadas em Uberaba são possíveis, tal como o rizoma, que não possui unidade, centralidade e hierarquia. As redes de conhecimento se movem, possuem vários pontos, no qual qualquer um dos pontos pode se conectar a outro. As características oligárquicas de Uberaba são suplantadas por outras características encetadas do cenário social, alguns elementos corroboram para essa superação, tais como o ativismo digital que fortalece as discussões trans e as democratiza.

O trabalho de *MC Glendha* também enfrenta resistência na cidade, a artista relatou que teve seu trabalho negado quando procurou a *Fundação Cultural de Uberaba* para apresentar seu projeto artístico num evento realizado em uma das praças da cidade, chamado *Domingo na Concha*. O público deste evento, é conhecido por seu perfil

aparentemente de classe média baixa e alta, embora o projeto tente abarcar estilos musicais variados é possível constatar que estilos mais populares como o funk e o Hip-hop não são abarcados pelo evento.

O trabalho da *MC Glendha* mostra como os espaços informais têm sido delineados e a resistência tem se constituído, no entanto há também na cidade a constituição de espaços formais. Um dos espaços formais que acompanhei nesta pesquisa foi a *I Conferência Regional de Direitos Humanos LGBT*, que ocorreu em 2015 na cidade.

As conferências e os conselhos⁵² são mecanismos que concretizam os princípios constitucionais de democratização e controle social instituídos na elaboração da Constituição de 1988. O período da constituição desses espaços está assolado pela contradição, ao mesmo tempo que a elaboração da Constituição apontava para o Estado de Bem-Estar Social, a política adentrava a era neoliberal com a eleição do Fernando Collor de Mello (Moroni 2005). Ainda segundo José Antônio Moroni (2005) ambos discursos tinham coincidências em relação à descentralização e à participação.

O movimento social falava em descentralização no sentido do poder de decisão estar mais perto da população (...) A concepção neoliberal entendia a descentralização como estratégia de enfraquecimento do Estado (desregulamentação) e a participação como meio de repassar para a sociedade atribuições do Estado, sobretudo na área social. (p.287)

Segundo Moroni (2005) no Governo Lula as conferências e os conselhos se multiplicaram e tornaram um espaço de responsabilidade também estatal, se tornando um espaço de disputa política. No entanto uma das marcas do Governo Lula⁵³, é que mesmo com a multiplicação desses espaços, eles se tornaram espaços de interlocução sem o fortalecimento do sistema descentralizado e participativo. *“A participação ficou reduzida a estratégia de governabilidade e faz de conta, sem ter-se configurado como elemento essencial nas transformações sociais, políticas, culturais, ambientais e econômicas.”* (Moroni, 2015, p. 299)

⁵² O sistema descentralizado e participativo é um espaço essencialmente político, instituído por representações governamentais e não governamentais, responsáveis por deliberar e fiscalizar a implementação de políticas públicas, estando presentes nos âmbitos municipal, estadual e nacional. Dessa forma inauguram uma nova concepção de espaço público ou mesmo de democracia. Podemos afirmar, também que a concepção do sistema descentralizado e participativo (especialmente os conselhos e conferências) criado na Constituição de 1988 está relacionado à questão da democratização e da publicização do Estado. Em outras palavras, é uma das possibilidades criadas para enfrentar a ausência de mecanismos eficazes de controle da população sobre os atos do Estado. (Moroni, 2005, p. 289)

⁵³ O trabalho de Moroni (2005) analisa o primeiro mandato do Governo Lula, no entanto tal característica perdurou até o fim do governo PT que se findou em 2016 com o processo de impeachment da presidenta Dilma Roussef.

Sobre a realização das conferências e suas etapas, Bruno Freitas (2016) aponta que na II Conferência LGBT de 2011, 11 estados brasileiros convocaram as etapas estaduais: Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Amapá, Goiás, Acre e Bahia. E dentre as cidades que convocaram as etapas municipais em 2011 estão nove capitais: Florianópolis (SC), Curitiba (PR), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Vitória (ES), Recife (PE), Fortaleza (CE), Macapá (AM) e Palmas (PA). E seis cidades do interior: Serra (ES), Campina Grande (PB), Uberlândia (MG), Campinas (SP), Picos (PI) e Santo André (SP). Estes dados apontam para o fato de que as conferências não possuem alcance em todo o território brasileiro. Em sua pesquisa, foi detectado também algumas questões sobre a importância da conferência realizada em Uberlândia no ano de 2011 e seu impacto:

Uma/m das/os representantes das ONGs pondera que essa conferência contou com 130 delegadas/os de 10 cidades da região do Triângulo Norte, que é composta por 30 municípios – dessas/es 130 representantes, foram encaminhados 35 para a 3ª Conferência Estadual realizada em Belo Horizonte, MG. O presidente da ONG acredita ter aumentado a representatividade dentro do próprio movimento LGBT, pois as/os delegadas/os vão defender propostas a nível estadual e nacional, para contemplar justamente a necessidade da nossa região. (Freitas, 2016, p.153)

Já na *III Conferência LGBT* em 2016, os 27 estados realizaram as conferências estaduais. Embora, a realização tenha alcançado a unanimidade no território brasileiro, nos resta indagar como estes espaços de participação de fato têm se concretizado.

Quando cheguei na conferência, me deparei com um quórum esvaziado, cerca de trinta pessoas entre sociedade civil, ONGs e membros do Estado. De algum modo já esperava isso, ao ficar sabendo do evento fiquei espantada, pois realmente não esperava que algo do tipo pudesse ocorrer em Uberaba. Ao observar as pessoas que estavam presentes, percebi um traço quando ao seu perfil, gays, lésbicas, homens e mulheres heterossexuais, mas apenas uma travesti participava. Não esteve presente nenhum representante das diversas secretarias municipais para compor a Conferência. A percepção é que o evento foi realizado por obrigações institucionais e sem a necessidade de convocar as pessoas interessadas. (Trecho do diário de campo, 14 de setembro de 2015)

A *Conferência Regional LGBT* gestada em Uberaba foi realizada no dia 14 de setembro de 2015, sendo divulgada no final de semana que antecedia a realização do espaço, realizada em uma segunda-feira, ocupando apenas um período do dia. Na comissão organizadora da Conferência, não houve nenhuma pessoa lésbica, bissexual, travesti, mulher transexual, ou homem trans, era uma comissão composta exclusivamente por homens gays. Apontar as condições que esta conferência regional aconteceu, é um dado importante para a documentação de como os mecanismos de participação existentes

podem ser precários, como são gestados a partir da lógica neoliberal, que esvazia a responsabilidade do Estado, e a transfere para a sociedade civil.

É importante pontuar, o caráter germinal de eventos LGBTs deste porte na cidade, embora a cidade organize há mais de dez anos a *Parada LGBT*, o desenvolvimento de espaços deliberativos ainda é uma prática recente.

O evento possuía quatro eixos de discussão, *o eixo I - Políticas Intersectoriais, Pacto Federativo, Participação Social e Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento da Violência Contra a População LGBT; o eixo II - Educação, Cultura e Comunicação em Direitos Humanos; o eixo III - Segurança Pública e Sistemas de Justiça na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBT e o eixo IV – Marcos Jurídicos e Normativos para o Enfrentamento à Violência contra a População LGBT*. Devido a quantidade de pessoas presentes na conferência, os quatro eixos não foram contemplados com inscrições, e o próprio tempo dedicado para as discussões nos eixos foi restrito.

No eixo que participei percebi que as pessoas não tinham entendido a dinâmica do funcionamento do espaço e o papel do evento, foi uma confusão para organizar as falas e focar no objetivo de discussão do eixo, que era pensar propostas em relação à segurança pública e os direitos humanos LGBTs. Tivemos cerca de uma hora para organizar a discussão e elaborar propostas para serem validadas na plenária final, percebi na fala das pessoas participantes diversas terminologias pejorativas, como o termo “*heterofobia*” e “*direitos héteros*”, que foram mencionados diversas vezes neste espaço. Mas qual era o contexto do uso das terminologias? O uso tinha o intuito de limitar os direitos apenas àqueles que performarem a estética do bom cidadão.

Há uma preocupação muito grande em se criar uma imagem da “boa travesti” e do “bom gay”, da “boa lésbica” e essa criação exclui os que não performam essa imagem. Ao pensar no eixo a necessidade de um núcleo jurídico que atenda a comunidade LGBT da cidade em suas diversas especificidades, uma participante disse o seguinte: “*bom, nenhuma travesti é santa também, tem que tomar muito cuidado com quem vai defender*”. Outra fala semelhante foi da *ONG – Saiba viver com Aids*, uma fala que restringe quem deve ter acesso a direitos, “*direitos humanos para humanos direitos*”.

Marcia Ochoa (2004) ao explorar o processo de como a marginalização afeta os projetos políticos e imaginário de cidadania alega que:

Sostengo que para elaborar proyectos de sociedad verdaderamente inclusivos hay que imaginar que no todos los ciudadanos van a ser buenos y conformes a las expectativas de participación social (educados, interesados, racionales, o

no-frívolos). Es vital para cualquier proyecto de transformación social bregar con la complejidad, y con los sujetos que frustran. (p. 242)

Neste contexto etnográfico, percebo que é produzido uma imagem de quem é considerado cidadão, e na exigência de direitos, se abre mão da criação de uma própria estética, passando a validar um regime de vida específico, referenciado na heteronormatividade e na ideia de quem pode fazer política e em qual contexto se é possível fazer política também.

O esvaziamento do quórum foi analisado por muitos como apatia da sociedade civil aos espaços de participação social, especificamente dos sujeitos que não correspondem as normativas de gênero, é a compreensão de que estes sujeitos só estão presente nestes espaços públicos se houver festa, fazendo uma analogia do público expressivo presente na Parada LGBT. Ali, existia claramente três grupos: pessoas ligadas ao Estado que se responsabilizaram pela organização da conferência, o que estou chamando de uma “*militância institucionalizada*”; indivíduos que não fazem parte de grupos organizados mas que se interessam na mobilização de recursos com a finalidade de diminuir o massacre cotidiano, e por fim o grupo do *Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro*⁵⁴ no qual a maioria de suas participantes são universitárias, professoras ou estão ligadas a profissões que vão de encontro com pautas sociais, estes dois últimos grupos irei me referir como uma “*militância de rua/coletivos*”.

Foi aprovado em 2015 a *Coordenadoria de Políticas Públicas LGBT* da cidade, essa coordenadoria foi gestada através da *Fundação Cultural* da cidade. Na plenária final, em uma das moções apresentadas, no qual se colheu assinaturas solicitando nomeação imediata da coordenação, que até então não havia sido nomeada, uma mulher do *Coletivo Ana Montenegro* questionou o seguinte: “*Afinal o que LGBT tem haver com a cultura?*”. A coordenação presente respondeu que a *Fundação cultural* foi a única secretária que abraçou a pauta LGBT na cidade e devido ao caráter de urgência do órgão os envolvidos não se preocuparam com os questionamentos de que a secretaria responsável pela coordenadoria deveria ser a desenvolvimento social, já que a orientação sexual e a identidade de gênero são questões sociais e não culturais.

Foi neste espaço da conferência que conheci Maria. Apresentei-me, trocamos contatos e conversamos. Maria tem 40 anos e atualmente é dona de um bar que funciona em sua residência, também abriga outras travestis em sua casa, considerada travesti antiga

⁵⁴ Coletivo gestado dentro do PCB voltado para organizar em torno dos debates de gênero e feminismo.

da cidade, foi mencionada em todos os pensionatos que conheci, principalmente pela sua relação com política. Maria esteve presente em diversos espaços que acompanhei ao longo da pesquisa, como as audiências que discutiram ideologia de gênero, votações no plenário, fóruns entre outros espaços de participação popular. No último ano, ela tem frequentado espaços de participação social e se aproximado de um partido político com tendência centro-esquerda. Ao perguntar porque se envolve nestes espaços, Maria disse que gosta muito desse ambiente e que estar em contato com a política movimenta a sua vida e que sair da sua casa para estar nesses espaços está relacionado com a possibilidade de expansão e de ter outras vivências que não estão relacionadas com o lugar que ela vive e trabalha.

Devido a sua inserção nestes espaços políticos, Maria possui uma opinião divergente quanto a atuação da *Coordenadoria de Políticas Públicas LGBT*. Para Maria o trabalho que tem sido desenvolvido pela coordenadoria LGBT não deve ser desvalorizado, pois as pessoas que estão à frente têm articulado o que é possível diante do contexto, recente constituição e falta de apoio político financeiro.

Tal questionamento feito pelas pessoas participantes na plenária final da conferência, rememora a discussão *identitária* versus *pós-identitária*. A perspectiva pós-identitária aposta na subversão e na resistência utilizando estratégias a partir do campo da cultura vendo as identidades de modo fluído, já identitária assenta-se nos marcos legais enquadrando os quais fixam termos e categorias que, ao mesmo tempo em que podem promover inteligibilidade aos sujeitos também normatiza e pode captura-los em teias restritivas, quando não excludentes. Neste caso a “*militância institucionalizada*” mobiliza a pauta LGBT na pasta da cultura, não por reconhecer o caráter cultural e as potencialidades do campo da cultura, mas sim por uma questão estratégica, de organizar a instituição onde é possível a sua existência, enquanto, a “*militância de rua/coletivos*” apontam a necessidade de enfatizar o caráter de exclusão social da demanda dos sujeitos LGBTs.

Uma das características desta coordenadoria, dentre outras, é que elas são gestadas sem verbas e acabam se tornando um “*espaço faz de conta*”, pois dependem de captação de recursos para o funcionamento da estrutura, as práticas neoliberais do Estado que impossibilitaram a efetivação do programa *Brasil Sem Homofobia* (Irineu, 2014) também estão presentes neste contexto.

As discussões nos eixos do evento foram marcadas pela dificuldade de evidenciar as reais necessidades da população LGBT. Esta característica está ligada a alguns fatores:

não há tradição de eventos deste porte na cidade, os grupos existentes anteriormente não conseguiram construir um legado aos seus sucessores, as universidades particulares que existem há um período mais tangível não se debruçam nas referidas temáticas, e a recente constituição da *UFTM* e sua ampliação não possibilitou ainda que as temáticas se tornem objetos de reflexão acadêmica, no entanto, como já abordado, têm surgido no interior da universidade coletivos e grupos auto organizados que se propõem a debater tais temáticas, como gênero, raça, classe, juventude, dentre outras.

No documento de orientação das etapas municipais/regionais e estaduais da III Conferência Nacional LGBT consta os seguintes objetivos:

1) Avaliar a efetividade das Políticas Públicas para enfrentamento a violência praticada contra a população LGBT, tendo em conta o pacto federativo e a relação entre os Três Poderes; 2) Propor estratégias para enfrentar a discriminação sofrida pela população LGBT em decorrência de sua orientação sexual e/ou Identidade de Gênero; 3) Articular e integrar, a partir de uma avaliação, o Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento a Violência com as demais políticas públicas. (p. 8)

Moroni (2005) delimita o seguinte significado de participação:

(...) participar significa incidir politicamente nas questões que dizem respeito à vida concreta das pessoas, mas também, nos processos de tomada de decisão do Estado e dos governos, o que por sua vez, afeta sempre de uma forma ou outra a vida concreta das pessoas (p.285).

Entendo que este objetivo das conferências, de caráter mais burocrático, não tenha se efetivado nesta conferência regional. No entanto, não é possível dizer que naquele contexto não houve participação efetiva, embora a conferência tenha se realizado de modo precário e com participação irrisória, a mesma é um marco de realização na cidade, que até então não havia sediado conferências específicas LGBTs e partir deste marco outras possibilidades de atuação têm sido articuladas na cidade. A próxima seção aborda o surgimento destas outras possibilidades de participação social gestadas na cidade, pensando a constituição política da Parada LGBT em 2016 e quais mecanismos têm sido importantes para a delimitação de um novo contexto de ativismo e protagonismo.

2.2 Só existe política na Parada?

Em 13 de junho de 1980 aconteceu o que talvez possamos de chamar do *Stonewall*⁵⁵ brasileiro, tratava-se do protesto contra o delegado Richetti, que promovia

⁵⁵ Se refere as revoltas espontâneas que ocorreram no bar nova-iorquino “Stonewall in” no dia 28 de junho de 1969. O enfrentamento foi motivado devido a repressão e perseguição de policiais, esses protestos

uma ampla operação de “limpeza social” no centro de São Paulo prendendo arbitrariamente prostitutas, homossexuais e travestis. (Camargo, 2007; Fachinni, 2001). A Parada LGBT, tal como conhecemos atualmente surge no ano de 1997 em São Paulo, nomeada de “*Parada Gay*” com o tema “*Somos muitos, estamos em todas as profissões*”. Após vinte edições, que abarcam temáticas relativas à visibilidade, orgulho LGBT, casamento civil, homofobia e sua criminalização, diversidade, educação para a diversidade, em 2016 o tema da Parada LGBT paulista foi direcionada para as travestis e mulheres transexuais e homens trans.⁵⁶

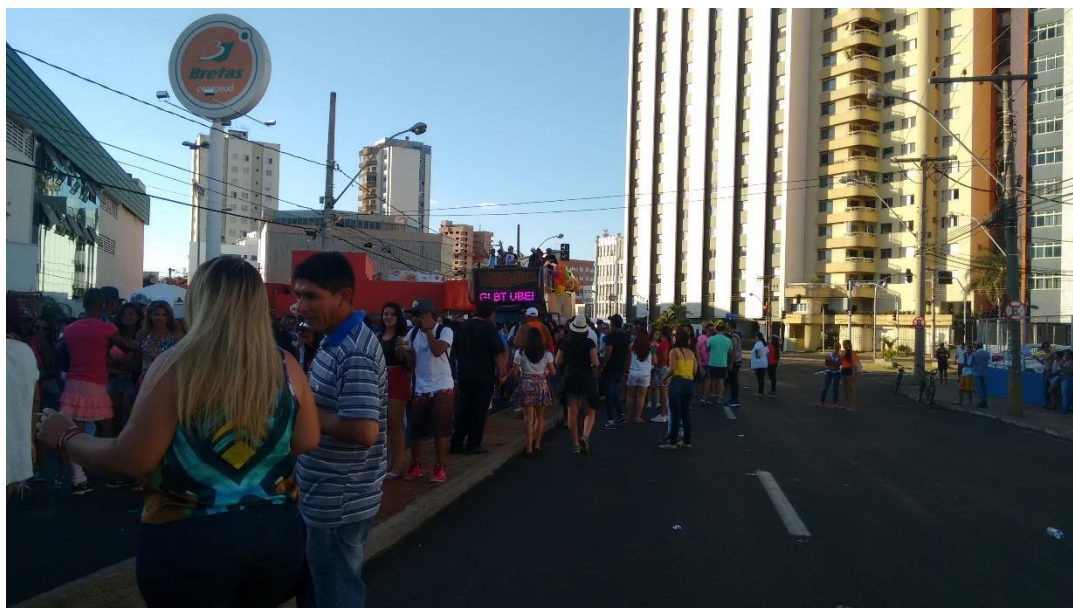
Após 21 anos, é possível constatar como o evento tem se disseminado em cidades de pequeno e médio porte e em muitas dessas localidades se torna o único momento que a violência de gênero e a diversidade sexual se tornam pauta pública.

Em Uberaba, um dos principais eventos para as travestis da cidade é a organização da Parada LGBT, que tem acontecido desde 2005. Em 2016 a cidade realizou sua décima segunda edição. Costumeiramente o evento possui em seu calendário as seguintes atividades: palestras sobre os Direitos LGBTs e Prevenção de DST/Aids, a Praça Pink que é ocupação da Praça Dom Eduardo com apresentações, show e grupos de dança da cidade, o concurso que elege a Miss e o Mister Gay, Miss Trans e Miss Lésbica, o “Futebol das Drags” e a “Festa Arco-Íris”. A Parada é um evento que possui apoio do poder público, e tem sido o único momento que os sujeitos que não se enquadram nas normativas de gênero e sexualidade conseguem se fazer visível na cidade e participar do gasto orçamentário diretamente.

A 12º Parada LGBT em Uberaba trouxe como tema “*Todos juntos pela mesma causa, respeite as diferenças!*”, como abordei anteriormente os letreros dos trios elétricos que compunham o ato estavam escritos com a sigla GLBT e no decorrer do evento a sigla foi corrigida para LGBT, qual o significado desta mudança e do uso antigo da sigla ressaltando o G? Talvez seja um erro técnico das pessoas responsáveis pelo trio, que possivelmente não possuem relação alguma com a organização do evento e de suas pautas. Mas e se não for? O que esta cena representa?

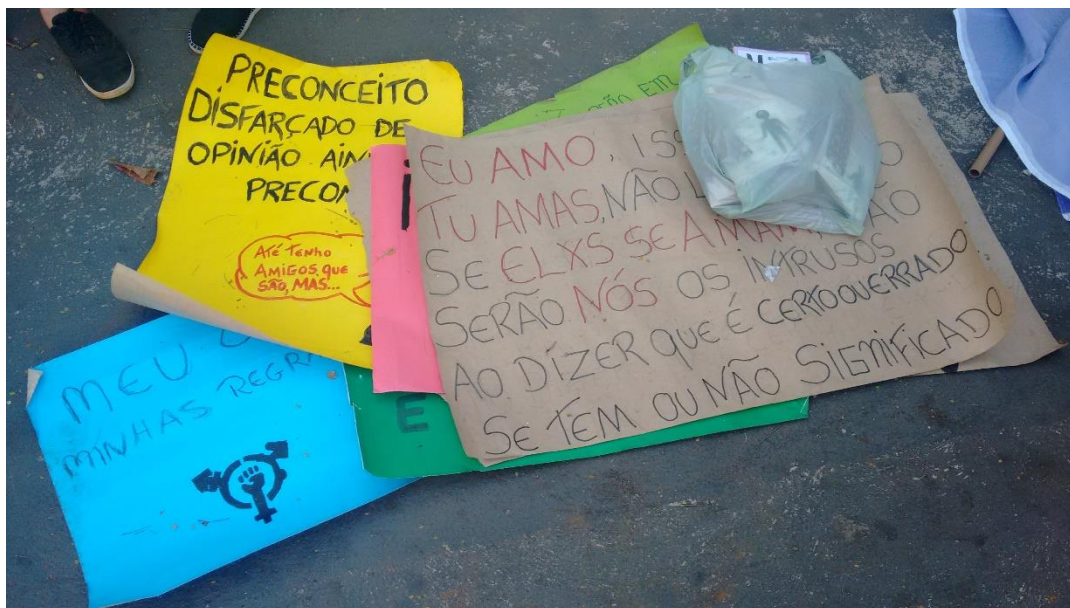
marcaram a história do Movimento LGBT, ainda hoje, a data é celebrada como o Dia Internacional do Orgulho LGBT.

⁵⁶ “Lei de identidade de gênero, já! - Todas as pessoas juntas contra a Transfobia!”



Acervo Pessoal: A foto registra a avenida Santos Dumont, na qual se iniciou a 12ª Parada LGBT de Uberaba, que ocorreu no dia 24 de julho de 2016. A imagem exhibe o letreiro do trio elétrico que compôs o ato com a sigla GLBT.

Em 2015, foi possível perceber timidamente a tentativa de ocupar esse espaço com outra estética política por alguns coletivos universitários. Em 2016 essa ocupação se expandiu. Enquanto os trios elétricos, há todo instante, incessantemente, gritavam as seguintes palavras de ordem “*Uberaba é Gay*”, “*Vamos fazer beijaço*”. No chão da avenida, mesmo que timidamente, se percebia blocos de pessoas que buscavam reiterar palavras e cartazes que ressaltavam as diversas violências que as pessoas sofrem devido a heterossexualidade compulsória e ao regime heterossexista ou por borrarem as fronteiras dos binários de gênero. Este espaço foi constituído pelos coletivos universitários da cidade, que tem ocupado estes espaços os pluralizando, vi dois grupos com este teor o bloco “*Fora Temer*”, no qual a maioria dos membros compõem o coletivo “*Levante Popular da Juventude*” e o bloco da “*Jornada LGBT*”. A perspectiva destes grupos não era de moralizar e higienizar estes espaços, excluindo o afeto e o aspecto de festa próprio da parada.



Acervo Pessoal: A Foto registra alguns dos cartazes que foram utilizados no ato pelo bloco da Jornada LGBT.

Em 2015, paralelamente as atividades da Parada LGBT, surgiu a *I Jornada LGBTT Uberaba-MG* a partir do Coletivo Ana Montenegro. A Jornada se tornou um coletivo que abriga pessoas vários grupos, os seus integrantes em sua maioria estão ligados ideologicamente a esquerda e a UFTM. A Jornada realiza diversos eventos que vão na contramão da organização da Parada LGBT, reivindicando que estes espaços fossem mais produtivos e que promovessem melhorias no cotidiano do público alvo.

Há uma popularização e democratização da Parada LGBT, não é um evento marcado por um público de faixa etária, classe social específica, identidade de gênero e sexualidade específica.

Encontrei um ex-aluno, que dentro do espaço da sala de aula sempre se preocupou em performar um comportamento heterossexual quando me viu ele disse, “*hoje eu sou gay, aqui tudo pode professora*”. Essa fala dele não necessariamente se remetia a assumir a homossexualidade ou transexualidade, mas a justificar a sua presença, seu comportamento na parada e possíveis experimentações. Percebi que para ele, e para muitos, ali era o espaço de extrapolar, de beber e “*meter o louco*”⁵⁷. Percebo a Parada como um momento de vadiagem permitida, da possibilidade de experiências não heterossexuais sem julgamento, ali é o lugar que tudo pode.

Se observarmos o contexto da Parada, pode-se notar como o caráter ritualístico da linguagem carnavalesca proporciona um direito de gozar a liberdade, de familiarizar-se, de quebrar tabus e regras habituais da vida cotidiana em sociedade e fazer ousadias como beijar o(a) namorado(a) em plena avenida,

⁵⁷ Gíria que se refere a extravasar.

mostrar os peitos siliconados, os pêlos hormonizados, ou o derrier, o que, na vida extracarnavalesca da ordem é considerado imoral, obsceno. (Camargos, 2007, p.213)

Como disse no decorrer, ao me remeter a Parada LGBT, alguns interlocutores a interpretaram como um espaço depreciativo e apolítico, comparando-a ao carnaval. Moacir Lopes de Camargos (2007) ao acompanhar algumas Paradas LGBTs paulistas, contrasta a diferença destes dois espaços, se referindo as Paradas paulistas.

Por não haver divisão entre atores e espectadores, há uma liberdade na manipulação de uma série de signos verbais e não verbais que permitem a criação de personagens que subvertem a ordem. É necessário enfatizar que na Parada, pelo fato de acontecer em um espaço aberto da cidade (Avenida Paulista) e, embora tenha uma organização que coordena e planeja a festa, qualquer pessoa (independente de sua orientação sexual) pode participar das reuniões semanais, trabalhar, desenvolver um projeto, ser voluntário da Associação da Parada e participar tanto dos preparativos da festa quanto se jogar nela. Diferente do carnaval no sambódromo (local fechado, de acesso restrito), a festa da Parada não tem um *script*, não segue uma ordem, ela é informal, dionisíaca. (p.211)

O carnaval, em seus moldes antigos, tem uma influência na Parada, mas esta influência é no sentido criar uma forma de relativizar as verdades e o poder a partir da alegria e da festa (Camargos, 2007). Em alguns contextos, eu me questionei se as pessoas quando se remetiam a mim relacionando a Parada com um caráter apolítico não estavam manipulando opiniões no intuito de dizerem aquilo que acreditavam que era o que eu queria ouvir, uma vez que a pesquisa trata de pensar política, cidadania e direitos. E essa palavra política remete ao institucional, então numa festa, certamente não era possível fazer política. Mas onde está a política da Parada?

Segundo Camargos com o fim da Parada, enquanto evento, as performances e os participantes voltam ao cotidiano com as regras pré-estabelecidas, tal como no carnaval. Porém, esse intervalo entre uma Parada e outra, é o espaço onde podem ocorrer transformações até a próxima festa. A festa, de acordo com o autor, é o lugar da inversão da ordem, é o momento de neutralizar os preconceitos e mostrar a necessidade da renovação da sociedade. A inversão durante a festa pública, possibilita renovações e mudanças no âmbito privado, pois o sujeito que vive a festa, leva consigo a memória “*que permanece viva e o acompanha com o tempo cíclico, não estático, e é isso que faz surgir o diálogo com o outro (sociedade) que o recria.*” (Camargo, 2007, p.231)

Ao questionar sobre a importância da Parada LGBT em Uberaba uma das interlocutoras manifesta-se:

Sobre a questão da Parada Gay, acho que já deu o que tinha que dar no Brasil, acho que agora é hora de (...) seguinte, muitas pessoas são a favor e outras são contra a parada gay no Brasil. Acho que o mais certo é que da mesma forma

que os brasileiros foram as urnas votarem a favor ou contra o desarmamento no Brasil eu acho que deveria sim votar a favor ou contra a parada gay do Brasil, é o mais certo a se fazer. Envolver toda a nação brasileira. Porque se votarem a favor, que continue, mas se votarem contra a parada gay, devemos reconhecer que tem uma verba que é destinada a nós, então que essa verba seja empregada a oportunidades de curso profissionalizantes e emprego, e que estes profissionais sejam do próprio meio LGBT. (Entrevista realizada na casa de Leandra no dia 27/10/2016)

Sobre a organização da Parada LGBT, é muito comum ouvir a expressão “é só mais uma festa”. Essa expressão tem esvaziado o sentido simbólico e político da Parada. A Parada é vista como um evento desnecessário da cidade. No entanto, as travestis ajudam a construir o evento e dão um significado ao mesmo. Há também críticas que se expressam em comentários desqualificadores como “só tem sexo”, “baixaria”. Há uma necessidade de evidenciar que os sujeitos não se enquadram na normatividade de sexualidade e gênero devem ser considerados como sujos e abjetos e que está condição é o que lhes nega o acesso a cidadania.

Ao questionar sobre o a organização da Parada, seu funcionamento, Leandra, me responde que:

Durante o mês tem algumas reuniões, uns dias antes da parada, a gente participa, eles fazem algumas palestras e só. Mas infelizmente não tem o ano todo, certo?! É um trabalho voltado, isso já foi conversado entre eu e o Antônio Carlos [Presidente da Fundação Cultural], ele já reclamou diretamente para o Valdir [Coordenador de Políticas Públicas LGBT] que a parada gay, ele também é contra a parada gay, que não vê resultado. (Entrevista realizada na casa de Leandra no dia 27/10/2016)

Camargos (2007) ao pesquisar as Paradas LGBT, atentou para estas discussões sobre a deslegitimação destes eventos como um espaço de exercício político:

Concordando com a transexual Bárbara Graner: *A Parada por si só é um fato político. O próprio fato de estarmos com nosso corpo na Paulista já é político.* Ou como afirma Kates e Belk (2001:424) o poder da Parada pode estar na sua capacidade de desafiar, subverter e inverter – e também estender – categorias culturais hegemônicas comumente aceitas, tais como tradições, normas e discursos. Esse fato de achar que a Parada se recusa a ser séria e política, talvez seja a sua tendência para desafiar toda a autoridade e convenção, o que pode garantir a sua vitalidade ritual, a sua renovação continuada e sua longevidade futura, pois ela é uma estrutura aberta (Prigogine). (Camargos,2007, p. 234)

Ao acompanhar o período de gestação da Parada LGBT em 2016, participei de algumas ocasiões interessantes para pensar como a construção da Parada é gestada, o que se soma a discussão realizada anteriormente de construção de um espaço de política e de reivindicação LGBTs em Uberaba distinto da ideia formal do que é fazer política.

No evento de *Lançamento da Parada* em 2016, o poder executivo da cidade⁵⁸ estava presente, sendo exibido na ocasião um vídeo institucional, que abordava as conquistas estruturais da cidade tais como a como expansão do sistema de saúde e educacional, bem como o lançamento de novos conjuntos habitacionais. Neste dia ao contrário da conferência, a plenária estava cheia, havia estudantes secundaristas, estudantes universitários, travestis, transexuais, coletivos LGBTs e feministas. Fiquei sabendo do evento de lançamento através de um evento criado no *Facebook*, como a presença do poder executivo havia sido anunciada, bem como a divulgação do evento, a plateia estava cheia. Quando o vídeo começou eu já sabia que teria “*bafão*”⁵⁹, as travestis se entreolhavam, cruzando olhares de fúria, indignação; a agitação se devia ao fato de não constar no vídeo nenhuma conquista ou projeto para as pessoas lésbicas, gays, trans ou bissexuais, que na ocasião eram as maiores interessadas no ato. Com o término do vídeo as travestis presentes “pegaram” o microfone e se valeram daquele momento para reivindicar direitos. A fala inicial⁶⁰ foi de Mary que deu a tônica das discussões que marcariam o evento.

Não tem nenhum grupo aqui que acolhe os LGBTs, nenhuma pessoa, nenhuma causa e depois os vereadores vão na Parada, ficam estendendo faixas e o povo vai pelo partido ou o vereador que apoiou. Mas eles falam os travestis, o povo de Uberaba não tem acesso nenhum, não tem capacitação nenhuma para falar sobre LGBT. Aqui eles colocam os travestis no jornal, aqui o próprio prefeito vem na inauguração da parada não sabendo qual era o intuito. (...) Eu estudei, eu tenho cultura, eu sei o que eu faço e sei o que falo. Agora o que eu tô falando não é a nossa despreparação, mas o povo que olha a gente com maus olhos, porque até mesmo o prefeito, você vai me desculpar não veio preparado pro assunto que a gente vai debater hoje. E não é assunto, é a realidade, Uberaba na questão LGBT é um lixo. Quem vive a realidade na vida somos nós e é a gente quem sente. Agora vem aqui um hétero de terno e gravata nos falar o que é LGBT e o que a gente precisa. Isso é vazio, porque ele não sabe o que eu passei. (Fala de Mary no evento de Lançamento da Parada LGBT da cidade 16/06/2016)

A partir dessa interlocução o evento foi marcado por diversas pautas e reações, no entanto o poder executivo presente reagiu com desconhecimento às temáticas, prometendo estar mais atento as demandas LGBTs. Discutirei aqui algumas pautas que tiveram visibilidade nesta ocasião e que demonstram como algumas resistências são constituídas.

⁵⁸ Paulo Piau Nogueira eleito pelo PMDB em 2012 e reeleito em 2016.

⁵⁹ Terminologia que se refere a uma ocasião de conturbação, de embate junto as pessoas que estavam presentes no evento.

⁶⁰ Na ocasião, eu havia feito uma das minhas visitas de campo e estava com o gravador, gravei a reunião e posteriormente entrei em contato com as referidas pessoas solicitando a autorização.

O ano de 2015 foi marcado pelas discussões relativas ao *Plano Nacional de Educação (PNE)*⁶¹, o documento foi sancionado pela presidente Dilma Roussef em 2014, mas continuou sendo objeto de questionamentos no ano decorrente, pois os municípios e os Estados ainda tinham que implantar seus planos.

Tatiana Feitosa de Britto (2015) relata o processo de construção do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, neste registro histórico uma das polêmicas que permearam a constituição do documento foi a seguinte:

Outra inovação controversa do texto foi a substituição da diretriz de promoção da igualdade de gênero e de orientação sexual na educação por uma redação que previa a promoção da equidade, da justiça social e da não discriminação de modo geral. O texto proposto pelo relator era apoiado por grupos religiosos de diferentes denominações, mas criticado por defensores dos direitos humanos e da diversidade sexual. (p. 33)

Tais discussões também ocorreram em Uberaba entre grupos que se posicionavam pró-debate de gênero e os contrários a este debate dentro do ambiente escolar. Com a finalidade de atender a demanda daqueles que se posicionavam contra o debate de gênero, os vereadores Samuel Pereira (Partido da República), Afrânio Cardoso de Lara Resende (Partido Progressista), Luiz Dutra (Partido Democrático Trabalhista), Ismar Vicente dos Santos (Partido Socialista Brasileiro), Edmilson Ferreira de Paula (Partido Republicado) e Marcelo Machado Borges (Partido Republicano)⁶² apresentaram o Projeto de emenda à lei orgânica N° 05/2015, que acrescentava um parágrafo único a lei orgânica do município. Este parágrafo dizia o seguinte:

Não será objeto de deliberação qualquer proposição legislativa que tenha por objeto a regulamentação de política de ensino, currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo gênero ou orientação sexual.

Embora o projeto tivesse parecer de inconstitucionalidade, o mesmo foi votado e aprovado nos dois turnos de votação. Anteriormente ao Projeto de Lei, foi realizado na cidade uma audiência pública⁶³ para discutir o que era chamado de Ideologia de Gênero. Neste espaço de discussão foram convidadas as autoridades da Câmara e da Secretaria de

61 Este documento determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais. Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior.

62 Vereadores da gestão do Prefeito Paulo Piau de 2013 a 2016 eleito pelo partido Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

63 Evento ocorreu no dia 17 de agosto de 2016 no Teatro Municipal Vera Cruz.

Educação, bem como representantes da igreja católica e evangélica. Nenhum/a pesquisador/a da temática foi convidado para compor a bancada do evento, a ocupação deste espaço pelo movimento social só ocorreu devido à pressão dos manifestantes no dia da audiência. Outra marca da audiência, é que esta que não tinha caráter deliberativo pois o Plano de Ensino do Município já havia sido votado sem referência a gênero.

O vereador Samuel Pereira⁶⁴, que também é pastor, editou e lançou uma cartilha alertando aos pais do perigo que as crianças estavam correndo ao se levar para as escolas debates sobre gênero:



⁶⁴ Parlamentar do Partido da República (PR) desde 2008, está na sua terceira gestão na Câmara Municipal.

AGORA É LEI

Você sabia que em Uberaba, a Ideologia de Gênero **NÃO** poderá se aplicar nas escolas?



NÃO SABIA!

O que é Ideologia de Gênero?

A Ideologia de Gênero afirma que ninguém nasce homem ou mulher, mas poderá definir sua opção ao longo da vida.

Gênero seria uma construção pessoal auto-definida, e ninguém deveria ser identificado como "homem" ou "mulher"



ISSO É UM ABSURDO!

Como surgiu essa loucura?

UAI!

O Governo Federal através da Secretaria Geral de Direitos Humanos publicou uma normativa, que cada município tem a liberdade de aplicar esta ideologia.



MELI DEUS, COMO EXISTE PESSOAS DESTE NÍVEL ...

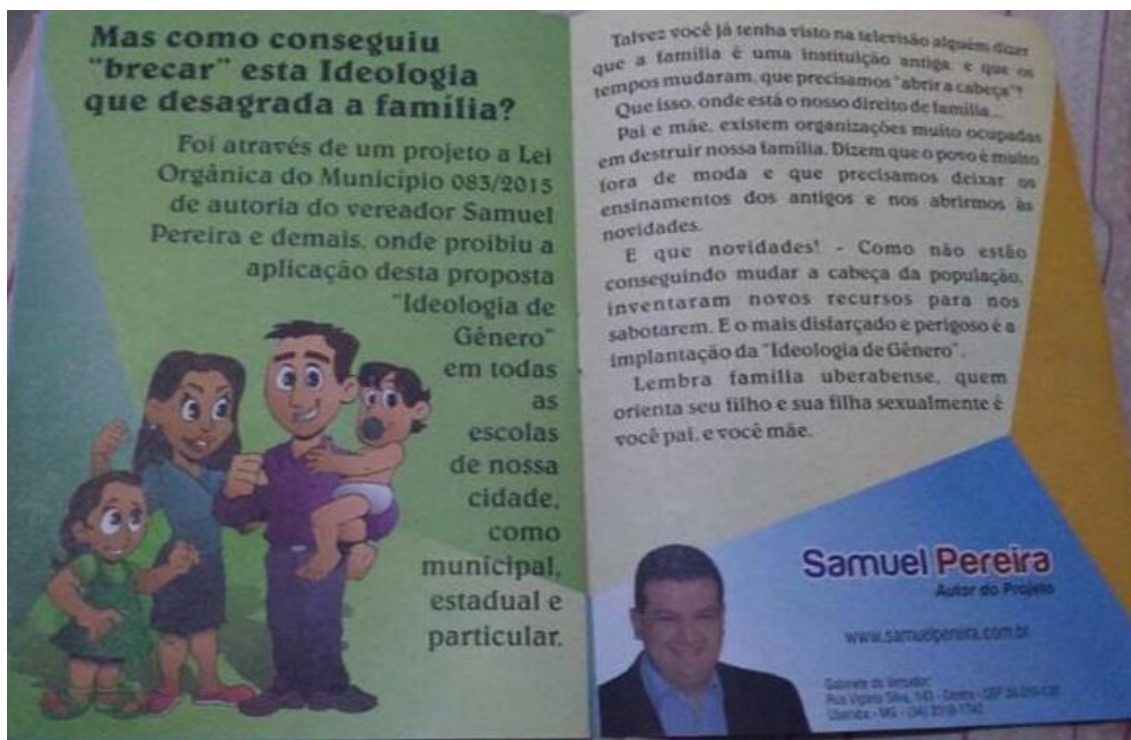


Como seria se existisse essa tal ideologia em nossa cidade?

UAAAI!!!

Todas as nossas crianças iriam aprender que não são meninos e nem meninas, e que eles iriam inventar seu próprio gênero (sexo), também iriam receber material didático destinado a informação.





A cartilha parte de uma premissa do que é considerado uma família e convoca os pais para fiscalizarem a educação que os seus filhos recebem na escola, pois a ideologia de gênero representa um perigo para a manutenção de suas famílias. Este material possui um discurso normativo e tendencioso na sua abordagem de gênero e sexualidade, tratando a temática a partir de uma noção unívoca de família, sexualidade e gênero, além de confusões/simplificações conceituais entre gênero e sexualidade. O que contribui para uma disseminação falaciosa do real intuito da abordagem de gênero e da sexualidade no âmbito escolar. A cartilha não foi distribuída pela Secretária de Educação do município, mas aos arredores das escolas públicas por pessoas ligadas ao parlamentar. A distribuição da cartilha foi noticiada pelo portal de notícia da Globo após viralizar nas redes sociais.

Devido a estes aspectos, muitos ali presentes se sentiram violentados pela existência de tais discussões. Assim a ocasião serviu para que o poder Executivo fosse pressionado mediante os fatos. Breno, homossexual, dançarino e professor disse o seguinte:

Há um tempo atrás, eu não lembro se foi no começo do ano ou no final do ano passado teve uma audiência sobre as discussões de gênero dentro das escolas e isso me deixou muito revoltado porque chamaram uma bancada evangélica, só tinha evangélico, não tinha pessoas LGBTs pra falar sobre isso. Foi aprovada a lei pra não falar sobre ideologia de gênero dentro das escolas... só que é o seguinte, todo esse furdução tá acontecendo aqui, todo mundo que tá apanhando lá de fora, inclusive eu que já apanhei muitas vezes, já tacaram cerveja em mim por eu estar de mão dada com meu namorado, acontece por um motivo: não tem educação dentro das escolas. (...) eu queria saber porque foi aprovada essa lei, saiu a cartilha do vereador Samuel Pereira sobre a

ideologia de gênero, e eu queria saber a sua opinião sobre isso. Primeiro porque eu não sou a favor da bancada evangélica, bancada católica, não sou a favor porque o Estado é laico. Não deveria ter religião dentro da política. Eu queria saber a sua opinião sobre isso, porque isso aconteceu, porque a prefeitura não vetou, não houve veto, o negócio continua rolando, vai continuar ou vai mudar. Por que a cartilha foi lançada? (Fala de Breno no evento de Lançamento da Parada LGBT da cidade 16/06/2016)

João, estudante de história e de Direito, homossexual, participou do Grupo União⁶⁵, atualmente extinto, mas que atuou durante dez anos na cidade. A sua interferência no debate apontou a historicidade da invisibilidade LGBT, mesmo com lutas de grupos anteriores que foram apagadas pela ausência de trabalhos históricos que se propusessem a registrar e analisar tais articulações e como as pautas defendidas por estes grupos estrategicamente apagados ainda perduram:

O que está acontecendo aqui senhor Prefeito, essa tensão toda é justamente por sermos invisíveis, por não existirem políticas. As pessoas estão aqui com os ânimos exaltados, justamente porque elas não têm espaço e nesse sentido a gente tem que aproveitar esse momento pro diálogo, porque há anos atrás nem isso acontecia. Há uns 10, 11 anos atrás quando ingressei na faculdade, eu participei de um grupo, que era o Grupo União e esse grupo militava junto com as questões LGBT, (...) enfim, existia um movimento, de certa forma tímido por falta de apoio político. Então, de lá pra cá, na época que eu comecei a participar disso as nossas pautas eram violência, direitos iguais, acesso à educação, a trabalho pras travestis, porque esse estereótipo de que travesti vai pra rua é consequência da sociedade que a gente vive, porque isso não é uma escolha, ninguém quer sofrer, passar fome, frio, ser agredida, aguentar humilhação. Então esse tipo de situação é resultado da sociedade que a gente vive. Então, há dez anos atrás as demandas eram essas, eu fiquei um bom período afastado dessas discussões. Hoje eu volto aqui e as demandas são as mesmas. O que evoluiu? O que precisa ser feito? E eu acredito sim, as sugestões são válidas, criar um órgão que nos represente, que efetive essas políticas (...) porque é muito importante a gente ter esse espaço pra falar, então eu compreendo o caráter político desse evento, o caráter de lançamento da parada (...) as pessoas estão gritando justamente porque é o espaço que nos resta. (...) Hoje o principal destaque aqui é com relação a educação, no dia 17 de novembro do ano passado foi votada a emenda à lei orgânica do município, todo mundo sabe que foi aprovado, e que não seria objeto de contemplação dos vereadores tratar políticas educacionais que tratassem da ideologia de gênero, não é o termo correto, mas da questão de gênero nas escolas. E aí, eu me pergunto, esse jovem que nasce numa família evangélica e é homossexual, onde vão falar com ele?! Não vai ser na igreja, não vai ser na família e muito menos na escola. Sabe o que me preocupa do fundo do meu coração, que essa alteração a lei orgânica foi aprovada pelos catorze vereadores e olha a maior contradição ainda, existia um parecer de inconstitucionalidade, eles não deveriam ter votado essa lei, ela não deveria ter passado, não é nem pela questão do gênero, pela polêmica, pelo conservadorismo, pelo fundamentalismo em Uberaba, ela não deveria ter passado pela ilegalidade, não deveria ter passado de jeito nenhum, pela incompetência do legislativo, o fundamentalismo falando acima da lei e aí quem vai proteger a gente? Quem são os representantes do povo, nenhum deles me representa e se eles forem na parada no dia 24 de julho, vocês por favor vão, vão e virem as costas porque nenhum deles representa vocês. (Fala de João no evento de Lançamento da Parada LGBT da cidade 16/06/2016)

⁶⁵ Grupo extinto de conscientização sobre diversidade sexual.

As tensões que a publicação da cartilha provocou nesta ocasião, sobre os marcadores da diferença, neste caso gênero e sexualidade, são importantes para a interpretar este novo contexto. É possível perceber como os discursos conservadores são operados na cidade, mas ao mesmo tempo tem se produzido um discurso reativo a lógica conservadora.

Estive presente em alguns eventos do coletivo da *Jornada LGBT*, que conta com a presença de palestrantes, estudiosos do campo de gênero e da sexualidade, para promover um espaço de empoderamento e conscientização sobre questões teóricas a respeito dos direitos sexuais. Estes eventos não estão relacionados com o poder público. A potencialização destes espaços está relacionada aos avanços dos discursos conservadores e normativos da cartilha, não que a existência destes espaços só exista para combater o discurso conservador, mas esse momento, no qual a violência já não é mais velada, é propício para a resistência.

O grupo da *Jornada* possui uma percepção mais crítica acerca do poder público, e dos possíveis usos do seu trabalho pelo poder público. O grupo está aliado, a uma perspectiva economicista, na qual o marcador de classe social é tomado como central para balizar a experiência das sexualidades e gêneros dissidentes. O coletivo se reúne periodicamente para fazer as análises destes momentos teóricos e tentar contrapor a lógica da *Parada LGBT* da cidade. Além destas ações, em 2016, o grupo se organizou também para apoiar o trabalho da *MC Glendha*, que foi convidada em 2016 para se apresentar na *Parada LGBT* de Belo Horizonte, assim ao buscar parcerias para angariar recursos o coletivo se dispôs a auxiliá-la. Esta parceria também decorre na presença da MC nos espaços de discussão promovidos pelo coletivo.

Percebi através dos espaços que participei que os eventos promovidos, comumente, não contam a presença de representantes do poder público e tem como característica a busca de um posicionamento dos integrantes de enfrentamento nos diversos espaços que pautem a diversidade sexual. O grupo que constrói a *Jornada* sempre está presente nos eventos públicos que tenham relação com temática LGBT. A presença nestes espaços tem a finalidade de contrapor as ideias e pressionar o poder público. Na ocasião da reunião de *Lançamento da Parada*, o grupo da *Jornada LGBT* convidou a Coordenadoria para interligar as agendas da *Jornada* e da *Parada*, pontuando a necessidade de que o evento não fosse apenas um marco cultural na cidade e que trouxesse pautas nacionais, discutindo a cartilha do vereador Samuel Pereira, e pensando

em mecanismos legais para que isso não aconteça, reiterando ainda a força da transfobia, da lesbofobia e homofobia da cidade. A interligação entre as agendas não foi feita no ano de 2016.

Alguns pontos que merecem ressalva quanto as suas ações. Há uma configuração deste espaço, como um espaço de crítica acadêmica as políticas uberabenses, no entanto, os acúmulos teóricos, que embora contribuam na perspectiva de mudanças culturais, não são expandidos para além do espaço acadêmico, como na formulação de políticas públicas, até porque não é função de coletivos a elaboração de políticas públicas, mas sim do Estado. Assim, embora tal crítica, tenha encontro com a realidade, a mesma acaba retornando aos grupos que organizam estas atividades, pois promovem um evento acadêmico, no qual as pessoas que são marginalizadas pela universidade, nem sempre estão presentes em sua fomentação, nem tão pouco “se empoderando”. Assim, ambas as perspectivas, da *Parada* e da *Jornada*, não conseguem organizar uma agenda que confluem em benefícios materiais e em melhorias na vida da população.

Outra discussão que merece destaque é quanto as falas que trazem a responsabilidade da violência para aqueles que sofrem, o discurso da união do movimento e auto responsabilização. Berenice, que também abriga travestis em sua residência e atualmente é dançarina, fez a seguinte fala no evento de *Lançamento da Parada* que me remete a situação:

O que acontece com a gente é o seguinte, a gente vive preconceito dentro do nosso meio. A comunidade LGBT em Uberaba não existe, a gente só é lembrada nesses momentos da parada gay, momentos festivos, caso contrário nós travestis não somos nada (...), então nós estamos aqui pra pedir união pros gays, homossexuais, pra todo mundo, porque isso não existe dentro do nosso meio nós só somos lembradas neste momento. Desculpa prefeito, eu sei que você não tem nada com isso, mas essa é a realidade. Onde nós encaixamos, sendo travestis? Os gays têm preconceito e vergonha da gente. (Fala de Berenice no evento de Lançamento da Parada LGBT da cidade 16/06/2016)

Maria também compartilha de opinião semelhante:

É muito fácil todo mundo que está aqui, o grupo GLS que tá aqui e metralhar. Porque na hora que faz as convocações, o grupo GLS não aparece, os militantes não aparecem, então como eles querem reivindicar uma coisa, direitos, se eles não participam. Tá certo?! Eu posso falar qualquer coisa de rua porque eu também sou da rua, só que toda vez que tem uma convocação os militantes não aparecem. (Fala de Maria no evento de Lançamento da Parada LGBT da cidade 16/06/2016)

Não é meu intuito questionar as interlocutoras e falsear os seus discursos, mas pensar criticamente que elementos forcem a constituições de suas percepções. A ideia é pensar como a prática discursiva de auto responsabilização constitui os sujeitos dessa realidade, ou seja, pensar em quais são os enunciados discursivos por meio dos quais as

travestis e as transexuais da cidade se constituem e como compõem seu próprio campo de enunciação.

A concepção foucaltiana, entende que os discursos são responsáveis por determinar as características das coisas e as verdades:

É a “economia” dos discursos, ou seja, sua tecnologia intrínseca, as necessidades de seu funcionamento, as táticas que instauram, os efeitos de poder que os sustentam e que veiculam – isso é, não um sistema de representações, o que determina as características fundamentais do que eles dizem. (Foucault, 1988, p.78.)

Através dos discursos, se estabelece os jogos de verdade, e, por conseguinte se organiza as relações sociais e as formas como são produzidas as subjetividades e objetividades. Os jogos de verdade são

(...) o mecanismo do qual dispomos para preencher o vazio que constitui nosso pensamento finito, ou a justificação racional que elaboramos para compreender nossas práticas cotidianas, ou ainda o escudo protetor que adquirimos diante das vicissitudes que nos ameaçam. (Candiotto, 2006, p. 73)

Na perspectiva foucaltiana, a verdade não é universal e nem constituída a partir dos sujeitos, mas sim com base na articulação das práticas discursivas e não discursivas. Cada momento histórico – tempo e espaço - cria as suas próprias verdades. A produção das verdades tem como objetivo justificar racionalmente as relações de poder, que possui como efeitos dividir, adestrar, examinar, sujeitar sujeitos as essas práticas de verdade. Até no final do século XVIII, três grandes códigos explícitos regiam as práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Uma modalidade de práticas estudadas por Foucault são as práticas confessionais, no qual são os próprios sujeitos que enunciam e falam de si próprios, produzindo um jogo de verdades entre quem fala e quem ouve.

Localizo o discurso da união como uma prática confessional, no qual as travestis e transexuais, emitem pareceres sobre a sua desmobilização, pareceres estes de auto responsabilização sobre as violências que elas sofrem, é dizer “*o nosso sofrimento é responsabilidade nossa, como não participamos logo podemos ser violentadas*”. Tal confissão produz verdades sobre si, disciplina e administra suas vidas e seus corpos através da adoção deste discurso. Pergunto-me a quem esse discurso da união favorece? Em que medida esse discurso não cria uma lógica de que o problema são os sujeitos, desconsiderando toda a constituição histórica e moral que sempre execrou a participação popular de determinados sujeitos? Embora, as falas proferidas no evento sinalizem um contexto de participação, é preciso pontuar que estes espaços políticos ocorrem apenas no período da construção da *Parada LGBT*, assim, tanto o poder público se mobiliza

apenas neste período como a sociedade civil. O discurso da união produz verdades sobre a participação política e estas verdades são incorporadas às práticas cotidianas e a sua disseminação auxilia na constituição e justificação da realidade de marginalização social.

O uso do espaço de *Lançamento da Parada* se tornou um mecanismo de pressão de demandas coletivas e individuais, além da pauta central da educação voltada para a diversidade sexual. No que concerne as demandas coletivas, o rechaço oportunizou um movimento interessante por parte do poder público em relação às demandas das pessoas trans.

Depois dos embates na reunião de *Lançamento da Parada*, foi agendado o 1º *Fórum LGBT* para discutir políticas LGBTs para a cidade. Neste espaço, devido ao rechaço dos participantes ao poder público, rechaço que se deve a inabilidade de organizar políticas públicas para a população LGBT da cidade, o poder executivo apresentou o Projeto de Lei nº 116/2016, que dispõe sobre uso do nome social para travestis no serviço público municipal, o projeto foi votado e aprovado na câmara municipal. A aprovação do projeto está ligada a criação dos espaços participação social constituídos a partir da Constituição Federal de 1988 e também está relacionada ao contexto de pressão que o poder executivo foi submetido na ocasião.

Nestes diversos espaços que participei, nas entrevistas e diálogos realizados, um elemento que também ficou pautado, foi a construção de uma ONG que trate das causas das travestis da cidade. No entanto, esse processo de construção, é remetido todos os anos, segundo relatos há mais de cinco anos que se tenta constituir a referida instituição. Essa espera acontece devido a desconhecimento dos processos burocráticos para a construção de uma organização não governamental. Além do fato de que o poder público não incentivar a constituição de espaços de formação e pela existência da necessidade por parte destes sujeitos que instituição seja criada a partir da prefeitura.

Michel Foucault com Gilles Deleuze (1979) fazem profícua discussão sobre o papel da intelectualidade.

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da "consciência" e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar "um pouco na frente ou um pouco de lado" para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da "verdade", da "consciência", do discurso. E por isso que

a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática. Mas local e regional, como você diz: não totalizadora. (p.2)

Gayatri Spivak (2010), a partir do texto citado acima, problematiza como o sujeito do terceiro mundo é representado pelo discurso ocidental. Na sua perspectiva os autores não compreendem a inserção do intelectual no capital, ignoram a ideologia e seu próprio envolvimento na história. Spivak (2010) aponta que a representação pode ser compreendida a partir de dois termos, *vertretung*, como assumir o lugar do outro/falar por e *darstellung*, como encenação/representação, no entanto há uma relação entre falar por e representar, em ambos os casos, a representação é um ato de fala em que há a pressuposição de um falante e um ouvinte. O processo de fala é um processo dialógico, mas essa interação não se concretiza para o sujeito subalterno, porque o mesmo está desinvestido de qualquer forma de agenciamento.

O funcionamento e o sentido de alguns espaços políticos não é conhecido por alguns atores, ainda que estes tenham organizacidae em relação às políticas que reivindicam e debatem. O discurso acadêmico e da política institucionalizada mobiliza conceitos complexos e trabalha com abstrações e referências teóricas nem sempre compartilhadas por aquela audiência. Essa linguagem específica que marca a escrita e a epistemologia racionalista, soa, por vezes hermética e distante para o público em questão.

O movimento LGBT que existe na cidade é fragmentado, não há nenhuma instituição ou ONG atualmente que defenda as pautas caras às pessoas trans. Ainda assim, as pessoas que estão ligadas a essas bandeiras, se articulam momentaneamente, algumas possuem uma ligação muito forte com a Coordenadoria de Políticas Públicas LGBT e as suas práticas, outras rechaçam a instituição. Aos que possuem uma relação forte com a Coordenadoria, não há uma outra forma de se fazer política, se não for ocupar um espaço dentro da máquina do Estado.

No primeiro capítulo trouxe a contribuição de Miskolci (2010), que avalia que a relação bem-sucedida com o Estado tendeu a configurar um ativismo submisso. Porém, no contexto aqui abordado, as pessoas não vivenciaram o surgimento do movimento LGBT a partir dos programas de DSTs/aids; o aspecto de submissão está relacionado com uma visão mais ampla de política que perpassa na cidade e pela formação destes sujeitos políticos que são frutos das políticas identitárias do primeiro Governo Lula, no qual o movimento LGBT, em razão do estreitamento de relações entre as organizações da sociedade civil e o Estado, limitou seu potencial crítico, concebendo práticas de clientelismo e cooptação. Assim, a submissão que me refiro está relacionada em partes,

com estes aspectos identitários de formação do movimento LGBT das últimas décadas. (Carrara, 2010)

Percebi que há mobilizações sociais em relação as pautas LGBTs e trans surgindo na cidade; embora as pessoas que têm protagonizado a luta nestes espaços estejam distantes do movimento institucionalizado, não tendo visibilidade e voz nestes espaços mais oficiais da militância a nível nacional. Ao entrar em contato com as travestis, todas, sem exceção, se prontificaram a me ajudar na coleta de dados, seja me colocando em contato com as reuniões de construção da Parada LGBT da cidade, dando entrevistas ou me encontrando para conversar informalmente.

Aponto que essa disponibilidade está relacionada com o afastamento do movimento LGBT institucionalizado, Colling (2015, p. 22) caracteriza este tipo de movimento como:

(...) movimento LGBT *mainstream* ou institucionalizado são aqueles que possuem sede própria, vários anos de existência, estrutura legal e uma administração organizada. São os que mais acionam e são acionados diretamente pelo Estado para interlocução e realização de políticas públicas em prol da população LGBT.

Embora seja difícil transpor essas características do movimento *mainstream* para o caso brasileiro, que apesar de possuir um movimento LGBT e trans como referência, é extremamente múltiplo e em grande medida não possui a estrutura física tal como o *mainstream*. O afastamento das pautas e debates nacionais, a distância das tensões da militância versus academia abordada no primeiro capítulo, também possibilita a perspectiva de coalizão estratégica que Tosta (2015) aborda na militância do Espírito Santo.

As discussões encetadas no cenário nacional da ideologia de gênero estimularam a criação de diversos espaços de debates de gênero e sexualidade na cidade, assim como foi evidenciado os discursos conservadores existentes na cidade. As características de Uberaba também têm relação com a disseminação de ativistas, abandonando a percepção até então disseminada de militantes e sua relação com partidos e instituições. A diferenciação da ação militante e ativista para Veiga-Neto (2012) é que a militância deve ser entendida como ações coletivas que possuem uma ideologia comum entre seus membros, já o ativismo embora se trate de um conjunto de ações não há necessariamente uma dimensão coletiva, o que é importante é o compromisso ético do sujeito com os outros e consigo:

O ativista é aquele que se tortura permanentemente, sempre tentando mudar a si mesmo e, ao mesmo tempo, tentando promover a mudança nos outros. Se

concordarmos com Foucault (2004, p. 295), para quem “o papel de um intelectual é mudar alguma coisa no pensamento das pessoas”, então o militante é, de certa maneira e em alguma medida, também um intelectual. Enquanto a militância é da ordem da disciplina, da resistência e da repetição, o ativismo é da ordem da liberdade, da contraconduta e da diferença. Assim, quem milita, limita; ao contrário, para o ativista não há limites. Essa diferenciação entre a militância e o ativismo não implica juízo de valor e nem pensar que se trata de funções desempenhadas por pessoas diferentes. Cada um de nós pode se comportar ora mais como um militante, ora mais como um ativista, dependendo das estratégias que queira ou precise adotar em razão de seus propósitos políticos. (Vieira-Neto, 2012, p. 274)

Cristina Camara (apud Pelúcio, 2002) também aborda tal distinção no contexto de luta contra a aids; na qual as ONGs que atuam contra a aids se aproximam de uma atuação ativista. Para a autora a militância está ligada a uma concepção de esquerda que supõe uma mudança na sociedade, baseada num caráter altruísta tendo em vista valores coletivos, com organização centralizada, consenso e liderança carismática. Já o ativismo supõe um movimento extremamente pessoal e íntimo, o ativista é fiel à sua convicção, as lideranças são difusas, a organização é segmentada, difusa e descentralizada. A luta coletiva é importante não apenas pela mudança social, mas porque se reverte em benefício próprio.

O uso da noção de ativismo tem fortalecido a ideia da possibilidade de atuação e enfrentamento sem a filiação a partidos e/ou quaisquer instituições. O fazer política em Uberaba, ora flerta com uma concepção militante, ora com uma concepção ativista. Alguns sujeitos podem se deslocar o seu fazer político nestas concepções, o *Coletivo Classista Ana Montenegro*, que embora esteja ligado a uma perspectiva economicista também possui características de moldes ativistas. A *MC Glendha* junto ao *Bonde Glam* atuam numa perspectiva individualizada, sem ligação com partidos e outros grupos, assim como os vários sujeitos presentes nos espaços que participei.

O fazer política abordado neste capítulo possui suas peculiaridades, no qual as pessoas se organizam em momentos específicos, de acordo com a demanda e em determinadas situações, ora abrindo mão da política institucional, ora a desejando, mas constituindo diversas estéticas possíveis de fazer política, e evidenciando que em Uberaba também há experiências que desalinham, enfrentam e resistem.

CAPÍTULO 3 - Que máquina de guerra é essa?

Fazer a educação menor como máquina de guerra, não como aparelho de Estado. (p. 176, Gallo, 2002)

Maria da Gloria Gohn (2011) aponta que os movimentos sociais realizam diagnósticos sobre a realidade social e a partir destes constroem ações coletivas que atuam contra a exclusão social e a favor da inclusão social. Tais ações são responsáveis pelo empoderamento⁶⁶ da sociedade civil e “*projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo.*” (p. 336) Essa característica dos movimentos sociais tem possibilitado de maneira frutífera a experiência que descrevo nesse capítulo.

Um dos desdobramentos do surgimento do espaço educacional como o espaço de promoção de cidadania para travestis e transexuais, é o surgimento e a proliferação de cursinhos educativos para travestis, mulheres transexuais e homens trans, *os cursinhos trans* no território nacional. Este capítulo através da seção “*3.1 Cursinhos trans: protagonismo e empoderamento*” traz em seu bojo a experiência etnográfica multissituada no que tange as experiências educativas realizadas às pessoas trans. Tal experiência busca refletir sobre o significado de cursinhos voltado para que as travestis, mulheres e homens e transexuais concluam o ensino médio e adentrem na universidade, dentre outros objetivos. Afinal, como tem sido a rotina das iniciativas? Qual o impacto destas iniciativas para as pessoas trans que não estão protagonizando a luta nos moldes oficiais e institucionalizados? Qual o significado que esses sujeitos atribuem a conclusão do ensino médio através do *Enem*?

3.1 Cursinhos trans: protagonismo e empoderamento

Os *cursinhos trans* são espaços preparatórios para a conclusão do ensino básico e a realização do Enem para pessoas trans. Tais iniciativas tiveram visibilidade em 2015, mas o *boom* deste se deu em 2016. Experiências semelhantes, foram implementadas anteriormente, no entanto voltada para outros marcadores de diferença, como raça e classe.⁶⁷

⁶⁶ A discussão dos usos do conceito empoderamento será realizada posteriormente.

⁶⁷ São exemplos as iniciativas da ONG Educafro, que possui uma Rede de Cursinhos Comunitários nos estados de Minas Gerais, Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo, que preparam para ENEM e vestibulares diversos. Há também os cursos pré-vestibulares organizados por diversas universidades públicas do Brasil, que são destinados a estudantes de escola pública de baixa renda. Camila Zucon Ramos

Os cursinhos, enquanto um espaço de complementação ao ensino regular, têm origem em 1910, quando foram criados os exames de admissão ao ensino superior no Brasil, que se chamariam posteriormente de Exames Vestibulares. Os cursinhos pré-vestibulares surgem a partir do esforço dos professores, que sendo donos dos empreendimentos, desenvolviam os conteúdos e as estratégias de ensino de modo artesanal. Nos anos de 1970, os cursinhos se expandiram através de redes empresariais, o que permitiu a construção de sistemas integrados de colégios particulares e cursinhos preparatórios voltado para jovens oriundos de classes médias. Os cursinhos pré-vestibulares eram ao mesmo tempo uma estratégia para garantir o acesso dos jovens a universidade, e um nicho atrativo de mercado. Uma das marcas dos cursinhos pré-vestibulares é o alto poder aquisitivo dos seus frequentadores, o que pode impossibilitar o acesso de jovens de classes populares ao espaço universitário. (Whitaker, 2010)

Os cursinhos populares, com foco em populações de baixo poder aquisitivo, surgem no final do século XX, no contexto democratizante dos movimentos sociais, pela luta contra exclusão social e o racismo. Outras experiências de educação popular existiram, principalmente entre a década de 60 e 70, os diretórios acadêmicos criavam cursos vestibulares de baixo custo, na qual os professores eram os alunos da graduação. Tais experiências ficavam eclusas na universidade e não tinham visibilidade, além de que seu marketing não tinha a potencialidade das iniciativas empresariais. Ainda segundo Whitaker (2010, p. 294) a singularidade dos cursinhos comunitários da década de 1990 não é a proliferação das iniciativas, mas sim a intenção e na visibilidade do fenômeno, “(...) *O que se deve observar é que a criação e expansão de cursinhos populares se insere num quadro geral de políticas públicas, ações afirmativas, luta contra desigualdades e preconceitos, quadro esse no qual se destaca a luta contra o racismo*”.

O viés inovador dos *cursinhos trans* são os marcadores que balizam o empreendimento: gênero e sexualidade.

Um evento que influencia o atual contexto é o *Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)*. O exame foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante no fim da escolaridade básica. Desde então o *Enem* assumiu várias funcionalidades: a nota obtida é utilizada no acesso as universidades públicas através do

Siqueira (2011) comparou as experiências dos cursinhos articulados pelo Movimento dos Sem-Universidade (MSU) e a Educação e Cidadania para Negros e Carentes (EDUCAFRO). Thiago Ingrassia Pereira (2007) mapeou os pré-vestibulares populares em Porto Alegre.

Sistema de Seleção Unificada (SISU) que é um sistema informatizado do *Ministério da Educação* por meio do qual as instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do *Enem*; algumas instituições privadas usam a nota obtida como parte de seus processos seletivos; a nota também é utilizada no acesso a cursos técnicos gratuitos pelo *Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)*; a realização do exame é obrigatória para obter financiamento de cursos superiores pelo *Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies)*; a nota é requisito na obtenção de bolsas de estudo em universidade privada pelo *Programa Universidade para Todos (Prouni)*; há obrigatoriedade do exame para os alunos de intercâmbios do *Programa Ciência sem Fronteiras*.

Até 2016 o *Enem* podia ser utilizado como certificação de conclusão de ensino médio, no entanto com as mudanças ocorridas no ano de 2017 a responsabilidade da certificação voltou a ser exercida *Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja)*⁶⁸. A funcionalidade, inicialmente do *Enem* e agora do *Encceja*, de certificação do ensino médio, tem atraído sujeitos que não se enquadram na escola formal a concluírem a educação básica; consequentemente pessoas trans que não conseguem frequentar os espaços da educação básica, podem se certificar sem frequentar o ambiente escolar formal.

Nota-se que as novas funcionalidades atribuídas ao *Enem* estão relacionadas com o processo de expansão das políticas de acesso ao Ensino Superior adotadas a partir do governo do PT (2003), o *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)* iniciado no ano de 2003 e finalizado em 2012.

Outro elemento que têm contribuído é que desde 2014 o *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)* tem permitido a inscrição no *Enem* utilizando o nome social, o que é um elemento que minimiza o constrangimento e atrai pessoas trans na realização do exame. Segundo o *INEP* em 2015 houve um aumento de 176 travestis e transexuais na realização da prova do *Enem*, relativo aos dados de 2014. Em 2016, 407 pessoas puderam usar o nome social.

⁶⁸ Exame gratuito, de participação voluntária destinado aos jovens e adultos residentes no Brasil e no Exterior que não concluíram seus estudos em idade própria. O exame deve avaliar as competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos.

As aprovações de alunas travestis e transexuais em universidades públicas, bem como a entrada em mestrados e doutorados têm também tencionado esta conjuntura. Se anteriormente as travestis e transexuais eram pesquisadas agora elas têm se colocado no universo de pesquisadoras, de estudantes, de fomentadoras de conhecimento sobre si. Ressalto que a entrada de pessoas trans na universidade não está exclusivamente relacionada a realização do *Enem* com o nome social, anteriormente pessoas trans já adentravam à universidade

A publicidade de travestis e transexuais que adentraram no espaço da universidade, tem se tornado um mecanismo de incentivo as iniciativas, assim como a implantação e continuidade do *Programa Transcidadania e Projeto Damas*.⁶⁹ Tais experiências produzem a autoestima dizendo: “*você é travesti mas também pode ser universitária*”. Essa perspectiva publicitária foi explorada por Carvalho (2015) na análise das campanhas de publicidade elaboradas pelo ativismo de travestis e transexuais de 2004 a 2015. No material das campanhas mais recentes⁷⁰, são utilizadas fotos de ativistas juntamente com informações sobre suas profissões, nível de escolaridade, atividades de lazer e frases de efeito sobre suas qualidades. Ali estas características são utilizadas para exigir respeito social, fazendo com que os espectadores se identifiquem com as ativistas. Conforme Carvalho (2015, p. 96) afirma:

A publicidade e seu processo de construção opera um regime de visibilidade que visa também os operadores de políticas públicas, assim como a própria população trans. Neste último caso, a conquista de reconhecimentos periféricos é ferramenta na promoção de autoestima dessa população, como se tais cartazes dissessem: “*você é travesti, mas também pode ser advogada*.”

As iniciativas possuem resultados que extrapolam o seu local de realização, um exemplo é o *Programa “Transcidadania”*, tal política possui um caráter interdisciplinar abarcando a assistência social, educação, saúde, trabalho. O lançamento da política em 2015 e sua ampliação em 2016 têm contribuído para discussões de que tipo de política deve ser implantada no território brasileiro. Ao acompanhar as *Conferências Regionais*

⁶⁹ Projeto desenvolvido pela Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual na cidade do Rio de Janeiro, desde 2011. A ação é voltada para a reinserção social e profissional de travestis e transexuais através de capacitação, incentivo a escolaridade, e empregabilidade. É ofertado oficinas de trabalho, ética e comportamento; representação dos espaços de trabalho disponíveis; orientação vocacional, educação, informações sobre prevenção e reduções de danos a saúde, noções de direitos humanos e visitas guiadas.

⁷⁰ Carvalho (2015) analisa as seguintes campanhas: “Respeito e dignidade. É isso que queremos” da Prefeitura de Vitória da Conquista – BA, 2012; Campanha “Sou cidadão, sou cidadã!” de, Barueri, 2014; “Diversidade T”, campanha realizada em parceria entre o Grupo Pela Vida – SP, o Centro de Referência da Diversidade (São Paulo-SP), o blog Mundo T, e as ONGs Barong e SOS Dignidade, com apoio da Levi Straun Foundation e da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo e a “Ação Educativa de Visibilidade e Cidadania Trans”, produzida pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, através do Programa Rio “Sem Homofobia”.

de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT que aconteceram nos municípios de Uberaba e Uberlândia, foi possível constatar na fala dos participantes o desejo que fosse implantado uma política semelhante em suas regiões, inclusive tais demandas foram encaminhadas às conferências posteriores. Tais propostas, que surgiram a partir da experiência e da visibilidade da política implementada no município de São Paulo, compõem o documento final *da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais* realizada em 2016:

Proposta 4 do Eixo 1⁷¹ - Federalizar o programa Transcidadania, garantindo bolsa de estudos para que travestis, mulheres transexuais e homens trans possam estudar e ter oportunidades de vida, garantindo o acesso e permanência desta população em programas como o de Educação de Jovens e Adultos (EJA), financiamento estudantil e outros programas sociais.

Proposta 17 do eixo 2⁷² - Garantir prioridade para as pessoas Trans nos programas de Bolsas Permanência, auxílio moradia e casa do estudante em todos os programas de graduação e pós-graduação das universidades públicas.

Proposta 18 do eixo 2 - Realizar campanhas midiáticas e incentivo à permanência de pessoas trans e travestis no âmbito escolar e acadêmico.

Proposta 19 do eixo 2 - Que o MEC abra em parceria com as Secretarias de Estados de Educação Instituições de Ensino Superior, Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, entidades do Sistema "S" e Centros de Referência em Direitos Humanos, cursos profissionalizantes, priorizando a população trans em situação de vulnerabilidade social.

Através de um mapeamento⁷³, encontrei as seguintes iniciativas de *cursinho trans* no território brasileiro no ano de 2016: Grupo Transdiversidade em Niterói – RJ; Cursinho Popular Transformação em São Paulo – SP; Transpondo o Enem em Uberlândia – MG; Transviando O ENEM em Salvador – BA; Prepara Nem em Rio de Janeiro – RJ; TransVest e Transenem em Belo Horizonte – MG, Cursinho Prepara Trans em Goiânia - Go, Transenem em Porto Alegre – RS, Transpassando em Fortaleza – CE, Projeto Manas na Escola em Porto Alegre – RS, e Tô passada em Curitiba – PR.

A partir de contato via *Facebook* por meio de mensagens privadas, em suas páginas ou grupos, com alguns destes cursinhos⁷⁴ realizei um levantamento a fim de conhecer e descrever seu funcionamento; tive muito mais respostas negativas do que

⁷¹ Políticas intersetoriais, pacto federativo, participação social e sistema nacional de promoção da cidadania e enfrentamento da violência contra a população LGBT.

⁷² Educação, cultura e comunicação em direitos humanos.

⁷³ O mapeamento foi realizado a partir do mecanismo de pesquisa da rede social Facebook, que foi um dos lócus da etnográfica que possibilitou através de palavras chaves encontrar as iniciativas; e também pelas informações acompanhadas nos grupos de discussão da plataforma.

⁷⁴ Não fiz contato com todos os cursinhos mapeados. Fiz contato com o Cursinho Transformação em São Paulo, Transvest em Belo Horizonte, Transenem em Belo Horizonte, Tô Passada em Curitiba e Transpassando em Fortaleza.

positivas, às vezes desconversas para evitar algum tipo de contribuição para a pesquisa, principalmente ao me identificar como pesquisadora. As respostas através das páginas de *Facebook* ou perfil pessoal só foram possíveis por meio de muita insistência. Realizei um diálogo frutífero com uma ex-aluna e um ex-aluno, que passaram pelo *Transenem em Belo Horizonte* e ingressaram na universidade. A escolha não se deu modo proposital, ao entrar em contato com os cursinhos, o *Transenem* foi o único cursinho que se dispôs a conversar e acolher a pesquisa. Ressalto que é um diálogo, e esses contatos não transformaram as/os minhas/meus interlocutoras/es em objetos de pesquisa, mas que este trabalho se constrói também, através da perspectiva das/dos envolvidos durante o processo etnográfico que se baseia a pesquisa, na qual os cursinhos trans se configuram como objeto de análise.

Ao perguntar sobre a possibilidade de visitar os cursinhos, algumas interlocutoras relatam a dificuldade de que em suas experiências de visitas anteriores, as/os alunas/os se sentiram incomodadas/os porque elas/eles pareciam objeto antropológico durante a visita de algumas pessoas e que por este motivo foi decidido que as visitas não aconteceriam sem autorização prévia das/dos próprias/os estudantes

Ao buscar contatos no *Facebook*, vi que o cursinho “*Transpassando*” tinha um grupo fechado, solicitei para entrar no grupo e postei uma mensagem perguntando quem estava à frente do projeto, imediatamente uma aluna respondeu que o projeto era de todas. Diante da resposta postei a seguinte mensagem:

Então meninas, eu tenho acompanhado via facebook iniciativas semelhantes ao do TransPassando e pensei que o grupo era um grupo de divulgação, por isso perguntei quem eu poderia conversar sobre o projeto. Esse acompanhamento faz parte de uma pesquisa que eu tenho desenvolvido na Unesp sobre o novo contexto de políticas públicas e ativismo voltadas para as pessoas trans. Tem alguém com quem eu possa conversar sobre? Se tiver podemos marcar uma conversa via inbox ou skype?

Após a mensagem elas me perguntaram se eu poderia passar na Universidade Estadual do Ceará (UECE), disse que morava em Minas Gerais, a aluna que respondeu a minha mensagem pediu que eu enviasse o meu projeto para que ela lesse e verificasse no que poderia me ajudar. Assim a chamei no *inbox*⁷⁵, a adicionei e começamos a conversa. Ao mandar o projeto de pesquisa para ela e perguntar o que ela havia achado do mesmo, ela me respondeu que eu deveria pedir para que uma pessoa que se identificasse como travesti ou transexual que fizesse parte de algum movimento de intervenção social LGBT

⁷⁵ É um mecanismo de conversa privada, no qual pode se conversar com uma ou mais pessoas. Através deste mecanismo é possível enviar e receber mensagens, bem como fotos, músicas, áudios, vídeos, links, dentre outros.

lesse o trabalho, pois de acordo com a interlocutora ele estaria complexo e pejorativo. Fiquei sem entender a classificação como “*complexo*” e “*pejorativo*”, acredito que as classificações apontadas deviam ao caráter da linguagem acadêmica do trabalho. Ao perguntar sobre o apoio no diálogo para que eu entendesse o funcionamento do *Transpassando*, ela me respondeu o seguinte:

Posso te auxiliar como pessoa, mais não como membro do projeto TransPassando. O seu trabalho é de pesquisa, onde nós, pessoas T somos o objeto pesquisado. Isso vai contra e toda qual quer política do projeto. Nós, Travestis e Transexuais membros do projeto não participamos como objeto de pesquisa, mais como sujeito da ação.

Posteriormente, em outros diálogos fui adicionada no grupo de Whatsapp⁷⁶ do projeto, ao me apresentar, apenas a professora da UECE se dispôs a dialogar, as/os demais integrantes entre professoras/es e alunas/os se mantiveram em silêncio. Não entendo a resistência de compartilhar ideias sobre o projeto como territorialismo, este posicionamento está relacionado com as ideias disseminadas de como as/os pesquisadoras/es são entendidas/os neste contexto, no sentido de que ser pesquisador/a cisgênero é acionada para deslegitimar pesquisas que objetivem pensar as vivências trans, conferindo esta prerrogativa àqueles/as qualificadas como pessoas trans. O que evoca também, um certo essencialismo sobre os papéis dos sujeitos. A postura também está relacionado ao medo que pode percorrer as iniciativas, o é que é justificável e se configura como uma proteção as diversas violências submetidas.

Não pretendo problematizar tal questão, pois esta mereceria um trabalho destinado para tal abordagem, no entanto quero registrar opiniões distintas que encontrei em campo. Quando procurei o *Transenem* e expus as motivações que levaram a procura, também contei de tais dificuldades que permearam a pesquisa. Assim, exponho a percepção dos dois alunos acerca da questão:

Quando você falou que se surpreendeu com a recepção que a idealizadora teve quando você procurou ela. Porque a gente sabe que essa informação ela tem que fluir, ela tem que acontecer, ela tem que estar, ela tem que estar em tudo quanto é canto. Uma preocupação que a gente tem é de expor os alunos e alunas, expor de forma arriscada né. Então por exemplo, no início do cursinho quando a Rede Minas foi lá e conversou, a Rede Minas o pessoal é muito bacana, conversa e tal, conversou com os alunos sobre quem queria aparecer e fez a matéria. Mas depois chega outras emissoras e já vem sentando a câmera na cara de todo mundo e a gente “não, não vai ter entrevista mais, acabou entrevista”. E não deixamos ninguém mais fazer entrevista. Porque a gente respeita muito e gosta muito, nós queremos que a informação seja divulgada,

⁷⁶ É um aplicativo gratuito para a troca de mensagens sincrônicas disponível para os sistemas IOS e Android e outras plataformas. Pode-se enviar áudios, fotos e vídeos, além de ser faze chamadas telefônicas e com imagens.

tanto a informação do cursinho quanto falar de questões trans, quanto falar de qualquer coisa, nós queremos que a informação seja divulgada. Eu na minha época não tive informação nenhuma, se eu quisesse isso ou soubesse essa possibilidade de transição nos meus 15, 16 anos, eu ia estar perdido, sem internet então eu não ia ter informação nenhuma. Isso espalhar é uma maneira de uma pessoa trans que tá lá saber... porque a gente tá deduzindo aqui que todas as pessoas tem internet e isso não é verdade. Então tem que espalhar pra chegar nessas pessoas porque a gente não tem perspectiva nenhuma de vida, não tem perspectiva de existência, não tem perspectiva. Eu por exemplo, pensava, “olha eu não vou tirar minha vida porque a minha vó me diz que quem suicida vai pro inferno”, mas você não consegue se ver em lugar nenhum, como é que eu vou me ver se eu não tenho ambição?! Como é que eu vou me ver como médico?! Como é que você se projeta no futuro como médico, você se vê a tua imagem vestida num jaleco, mas a minha imagem não é feminina, ah mas também nem pode ser masculina, porque eu não posso, porque você nasceu assim e tá fadado a morrer assim e acabou. Você não tem perspectiva de nada não, você toca a vida com a barriga. Quando você pensa no seu futuro você se projeta, você se imagina, você tem fantasia com o que você vai ser amanhã. A gente não tem isso não, porque você pensa “não tem nenhum lugar que me encaixa”. Você acha que alguém sonha, em ficar sentado numa cadeira fazendo ligação, ninguém sonha com isso não. Agora também, ninguém é obrigado a ser dono ou vai trabalhar no salão de beleza, não é todo mundo que vai ser assim, às vezes vai acontecer a sorte de você gostar de tudo isso, mas não são todas as pessoas trans que gostam disso. Então essa informação tem que correr como esperança. (Entrevista realizada com Raul no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG - 01/11/2016)

Assim, o que dá pra ser feito é o foco da pesquisa ser pra ajudar a população, pra aumentar a visibilidade, aumentar a luta contra a transfobia no geral. Não dá pra tratar a população trans simplesmente como objeto de estudo, que você vai lá e escreve um artigo e depois desaparece. Isso é meio complicado, é a mesma coisa que você ir no zoológico estudar os animais e sair. Tratar como uma coisa exótica, pouco estudada que vai dar boa nota. Mas com o foco da pesquisa sendo voltado realmente pra ajudar a população eu acho super válido e super importante também. E com a questão de lugar de fala, sempre quando for, por exemplo, dar uma palestra, fazer uma roda de conversa sobre a transexualidade, sempre ter o cuidado de chamar uma pessoa trans pra falar sobre o assunto. É a mesma coisa de você fazer uma roda que só tem homem branco pra falar da situação das mulheres negras do país. (Entrevista realizada com Sófia no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG - 02/11/2016)

Me aproximei também, enquanto professora voluntária de sociologia da iniciativa do cursinho “*Transpondo o Enem*” realizado no ano de 2016 na cidade de Uberlândia através do trabalho conjunto de duas ONGs da cidade o “*Grupo União*” ligado à Rede Trans e o “*Triângulo Trans*” ligado a Antra. A aproximação do cursinho “*Transpondo o Enem*” se deu no *XI Encontro Regional das travestis e transexuais de Uberlândia*, realizado em agosto de 2015. Quando me aproximei do campo, ainda tentava realizar a minha pesquisa na política pública gestada em São Paulo, no *Transcidadania* e estive presente naquele evento para obter contato com a coordenação da política pública que estava ali presente. O encontro foi organizado pela ONG “*Triângulo Trans*”, contando com presença e colaboração de professoras/es universitários, travestis militantes,

pesquisadoras/es e pessoas ligadas ao movimento LGBT da cidade, a maioria das travestis ali presentes não compunham o movimento social organizado e o evento tinha o intuito de aproximá-las da militância e de algumas de suas pautas. Foi neste evento que anunciaram a realização da iniciativa voltada para a conclusão do ensino básico das travestis e transexuais e realização do *Enem*. Tornei-me voluntária do projeto, junto a duas professoras de sociologia. A coordenação da iniciativa autorizou que o projeto pudesse ser objetivo analítico do trabalho de voluntários, assim como a minha experiência enquanto docente e o mapeamento para pensar tais iniciativas.

Os *cursinhos trans* funcionam a partir de trabalho voluntário. Geralmente as/os professoras/es e coordenadoras/es são pessoas que mantêm uma relação com a pauta trans⁷⁷ e se identificam com as suas lutas, sendo acadêmicos ou não. Nem todas as/os professoras/es são pessoas trans, mas existem professoras/es e coordenadoras/es trans nestas iniciativas. Essas iniciativas podem ter origem em dois grupos: universitários que se identificam com a causa trans e em conjunto com militantes trans organizam o *cursinho*, ou apenas de militantes trans. Raul, conta o que o *Transenem* vivenciou sobre o perfil das/dos professoras/es:

O interessante é que apareceram vários voluntários de uma área, nenhum de outra área, mas foi aparecendo. O mais interessante também é que a grande parte das pessoas que se voluntariaram eram pessoas LGBTs, não pessoas trans, mas pessoas LGBTs. (...) Os professores que são LGBTs, ou até os professores que não são LGBTs, é interessante, porque aqueles que não são LGBTs de alguma forma já sofreram por algum sentido. Porque você não precisa de ser exatamente LGBT pra sofrer com violências sexistas, não, com violências lgbtfóbicas, não. Você por exemplo, você com a sua pesquisa, se você chegar numa roda sua de convivência de amigos e falar que você faz pesquisa sobre *cursinhos* pra pessoas transexuais, a chance de você ouvir uma babaquice e você ser apontada como uma colaboradora de projetos que influenciam a promiscuidade é muito grande, você sabe disso. (Entrevista realizada com Raul no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG - 01/11/2016)

Ainda sobre o perfil dos professores, no *Transenem* o que foi decidido e avaliado é que as/os professoras/es-voluntárias/os fossem profissionais e competentes a fim de oferecer um ensino de qualidade, na qual as alunas e alunos tivessem conforto e tranquilidade para estudar, não seguindo a ideia de *cursinho* convencional, mas criando um ambiente acolhedor aos envolvidos.

Inicialmente, no *Transpondo o Enem* eu imaginava que a escolha dos professoras/es seria feita a partir de um universo de pessoas que estavam ligadas

⁷⁷ Me refiro a garantia do acesso ao processo transexualizador, bem como as instituições escolares, mercado de trabalho, respeito a identidade de gênero no uso dos banheiros, e na alteração do registro civil

diretamente ao movimento LGBT. No entanto, percebi que na localidade não existe um rol tão vasto de pessoas realmente dispostas a se engajarem à iniciativa, embora todas/os as/os professoras/es tenham uma proximidade afetiva com a pauta ou não se identifiquem o imperativo heterossexual. Essa ausência de pessoas dispostas, está ligada a conjuntura da cidade de Uberlândia⁷⁸ que cria condições precárias de aliança. Algumas/ns dos professoras/es que se voluntariaram inicialmente optaram por desistir das aulas devido à distância e por perceber que o local onde estas seriam realizadas integra um dos territórios de prostituição da cidade; devido a localidade de realização, o cursinho também acabou territorializando a participação no projeto, no sentido de não se tornar um ambiente atrativo para outras travestis, mulheres transexuais e homens trans que não estivessem à vontade nesse território de prostituição.

Guacira Lopes Louro (2000) em seu artigo “Pedagogias da sexualidade” aborda o funcionamento da escola em relação ao gênero e a sexualidade. A sua perspectiva nos elucida o porquê não existe um rol de professoras/es dispostos com as iniciativas em determinados contextos. Para Louro (2000) a escola, através de investimentos e imposições, produz homens e mulheres “civilizados/as”⁷⁹. A marca desta instituição não é apenas o seu aspecto conteudista, mas como ela produz as identidades de seus alunos e alunas a partir de situações cotidianas entre os colegas, professoras, professores e gestoras e gestores. Essa produção de identidade no espaço escolar, se esforça para produzir um ambiente dessexualizado entre todos os sujeitos que o compõe. A escola é uma das instâncias que produzem as identidades, tais instâncias,

exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero e colocam em ação várias tecnologias de governo, esses processos prosseguem e se completam através de tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmos. (Louro, 2000, p. 17)

Neste processo, a escola incentiva a sexualidade tida como normal e tenta a conter simultaneamente os agentes transgressores que escapam dessas normativas. Assim, o espaço escolar, “*que, supostamente, deve ser um local para o conhecimento — são, no tocante à sexualidade, um local de ocultamento*” (Idem, p. 20). Esse ocultamento não produz apenas alunos dessexualizados, mas todos que estão envolvidos na construção dessa instituição e de seu entorno. O fato de ser um projeto de escolarização, não significa

⁷⁸ Discuto alguns aspectos dessa conjuntura posteriormente, onde mostro o contexto de rivalidade de ONGs da cidade de Uberlândia.

⁷⁹ Louro (200) se refere aos métodos utilizados dentro da escola com a finalidade de ensinar a ser dócil, a ter descrição e gentileza, com a finalidade da sobrevivência social. O termo civilizado se refere a capacidade de viver em coerência e a adequação a sociedade.

que automaticamente professores se sentirão atraídos com a iniciativa, já que se trata de discentes que fogem as normas de gênero e sexualidade.

Além do trabalho voluntário de professoras/es, os cursinhos também mobilizam voluntários para atuarem na publicidade do projeto, através de curtas, vídeos, pedagogos e assistentes sociais para apoiarem a condução do projeto em seus processos seletivos e afim de criar um ambiente propício para a continuidade das alunas e alunos nas aulas.

Raul, o interlocutor do diálogo que tive dentro do *Transenem*, hoje leciona filosofia no cursinho. Segundo ele, a qualidade do cursinho permanece. Embora ele não seja formado, em algumas situações ele contribui com as aulas de filosofia, no entanto sempre seguindo o critério de trabalhar com conteúdo no qual ele domine, no entanto, voltar para o cursinho na condição de professor tem outro sentido, para além do retorno do que a iniciativa fez para ele enquanto estudante:

Mas eu estou dando aula de filosofia, passo aquilo que eu tenho segurança, aquele conhecimento que eu tenho verdadeiramente, mas é mais que isso. De novo é empoderamento, é uma experiência de quem teve ali, que funcionou e que as pessoas estão ali convivendo e sabem que deu certo. Então, pra eu poder conversar com pessoas que são pares que sabem exatamente o que eu estou falando, pra eu poder ali identificar às vezes o que elas estão reproduzindo coisas que são violentas e no qual elas não sabem que são violentas e poder conversar e dialogar sobre aquilo e esclarecer essas questões, é diferente, entre nós é bem diferente. (Entrevista realizada com Raul no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG - 01/11/2016)

Estruturalmente os cursinhos se mantêm, na maioria das vezes, a partir de doações, seja em sites de *crowdfunding*⁸⁰, campanhas no *Facebook* ou na realização de festas/saraus para arrecadar o valor do custeio do projeto. O apoio do poder público é característica escassa das iniciativas. Os custos do projeto variam a partir de cada localidade e suas condições. A realização dos cursinhos pode ocorrer dentro da universidade ou em outros espaços, e isso abre um questionamento de como podemos classificar a iniciativa quando pensamos se elas são ou não políticas públicas?

Os *cursinhos trans* não são iniciativas de origem estatal, no entanto o Estado em alguns momentos se torna parceiro, mesmo que involuntariamente, como é o caso dos projetos de extensão no âmbito da universidade que tornam o espaço educativo possível, ou nas parcerias para a realização das provas. Não me deparei com iniciativas que tenham

⁸⁰ É um site de captação de recursos, onde os proponentes do projeto/investimento a ser apoiado apresentam sua ideia ao público e as pessoas acessam o site e as explicações e decidem contribuir ou não com a proposta. Caso o projeto consiga o financiamento, o site recebe uma comissão referente ao valor que foi captado.

sido inscritas e contempladas com editais de verbas estatais ou de projetos empresariais. O *crowdfunding*, neste caso se configura como o apoio de pessoas físicas.

A parceria com o poder público, além de ser escassa nas iniciativas, não é algo bem visto, pois os cursinhos desejam ter autonomia nas decisões e métodos de ensino. No entanto esse posicionamento não reflete todas as percepções dos *cursinhos trans*. Sobre as possibilidades de parceria e o papel do Estado no enfrentamento da transfobia os diálogos realizados no âmbito do *Transenem* apontam o seguinte:

Olha é obrigação do Estado oferecer e disponibilizar ambientes pra que essas pessoas se qualifiquem, entende. Então falar que não, que nunca querem que se envolva é difícil, porque se estuda pra entrar na universidade. Agora é obrigação, se o Estado não sabe fazer por conta própria, o cursinho tá aí pra ensinar como é que funciona. (Entrevista realizada com Raul no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG - 01/11/2016)

Depende de como for feita essa parceria com o poder o público, porque se for só uma forma de um deputado e um vereador se promover, falando olha só “ajudei no projeto ali, vota em mim”.... aí já é complicado. Mas se for algo realmente pra ajudar a população, não vejo porque não. Só que o nosso poder público está numa situação problemática com golpe rolando, “PEC do fim do mundo”⁸¹ saindo, não dá pra confiar no poder público nessas horas, dá pra confiar no poder popular. (Entrevista realizada com Sófia no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG - 02/11/2016)

Aposto que o posicionamento de não parceria não é homogêneo devido a algumas situações, durante o processo de aulas do *Transpondo* em uma das ocasiões foi comunicado aos professores voluntários da iniciativa que o projeto não seria desenvolvido em 2017 devido à ausência de apoio estatal para a continuidade da iniciativa, ou seja, neste contexto, um dos desejos era a parceria e a responsabilização do Estado.

Embora o termo política pública esteja presente no nosso cotidiano, e a exigência de políticas públicas por vezes seja notória, ou até naturalizada no discurso, no sentido de sempre nos referirmos ao acesso a política pública como condição sine qua nom de cidadania. Será possível enquadrar os *cursinhos trans* como políticas públicas? Já que a demanda surge da sociedade civil, é articulada, desenvolvida e responsabilizada por ela, seria os cursinhos uma aproximação de uma educação anárquica?

Antônio Lima e João Castro (2016) ao pensar como a temática das políticas públicas têm sido abordada pela antropologia elaboraram alguns pontos de como esse

⁸¹ A expressão foi adotada pelos movimentos sociais para se referir ao Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 241, aprovado pelas câmaras na gestão do presidente Michel Temer, que limita o orçamento de gastos públicos.

espaço poderia ser melhor ocupado e questionado pelos antropólogos, trago dois destes argumentos dos autores: primeiramente os antropólogos deveriam modificar a ideia de público, abandonando a ideia de que só é público se ação for governamental. Público seria o que fosse destinado a coletividade; posteriormente deve ser entendido como políticas governamentais todas as ações de organizações que exercem funções de governo. Tal definição de política pública, defendida pelos autores para intensificar os estudos antropológicos no campo da política pública, vai de encontro com ideologias de cunho liberal, no qual a sociedade civil seria responsável pela equiparação social, pelos seus méritos e fracassos, mas tal reponsabilidade existiria a partir de uma perspectiva individual.

A partir da lógica destes autores os *cursinhos trans* seriam políticas públicas. Entendo a perspectiva dos autores, de que estes espaços devem ser ocupados e pesquisados pela antropologia, no entanto a denominação de tais ações como políticas públicas é mais problemática, pois esta qualificação está atravessada por perspectivas ideológicas de quem pesquisa e de quem são os sujeitos da ação analisada.

Acredito que não exista uma resposta homogênea para tais questionamentos, quando percebi a constituição dos *cursinhos trans*, os avaliei como uma estratégia de pressão estatal, e me dediquei muito pouco ao pensar tal questão, na qual creio que o mais indicado é que essa indagação seja respondida pelas próprias iniciativas, que possuem caráter múltiplo e provavelmente respostas heterogêneas sobre tal demanda.

O *Transpondo*, estrategicamente, optou por realizar as aulas no território que as travestis residiam com a finalidade de facilitar e incentivar a participação das alunas. As iniciativas que não optam por essa estratégia incluem em seus gastos apoio financeiro ao transporte das/dos alunas/os. Os *cursinhos* recebem de doações de materiais didáticos, kits escolares, apostilas, Raul conta que:

E teve uma doação de cento e poucos reais, que foi importantíssima e com essa doação elas compraram um kit caderno, caneta, só que a idealizadora que foi comprar, comprou com o maior carinho do mundo, uma caixinha de plástico pra colocar borracha, caneta, e a régua era de 15cm e não cabia na caixinha, porque a caixinha era de 14cm. E aí eu lembro que ela ficou tão sentida que ela queria que a régua coubesse na caixinha pra ficar bem bonitinho o kitzinho. (...) então assim é muito simbólico você ter o material, mas o que está por trás do material é toda uma equipe, é toda uma estrutura que você nunca por conta própria iria conseguir. No meu caso era financeiro, era pra não sofrer violência(...) Como eu passei 19 anos sem estudar, quando eu ganhei o material eu fiquei feliz demais. Parece uma coisa idiota, eu fazia artesanato, ainda faço, eu só tinha o artesanato pra fazer, se eu quisesse pegar um cinto que eu vendesse e fosse no lugar comprar um caderno, caneta, lápis, eu poderia, não é o fim do mundo você comprar o caderno, só que é diferente. É diferente, porque não adiantaria nada eu ter comprado lápis e caderno e ter sentado na

frente do computador e ter assistido milhões de aulas, de cursinho, que fica disponibilizado no youtube. Não é a mesma coisa. (Entrevista realizada com Raul no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG - 01/11/2016)

O sentido das doações extrapola questões estruturais, não é uma doação que tem o intuito apenas de possibilitar a realização do cursinho no seu sentido burocrático (há um valor simbólico para aqueles que se beneficiam das doações), mas de potencializar aos sujeitos beneficiados a condição de humanidade que têm sido negada a eles ao longo de sua história pessoal, enfrentando a abjeção, no sentido de Butler, que nega a materialidade político-social destes sujeitos.

Assim, as páginas do *Facebook* se tornam um espaço de divulgação do projeto, prestação de contas, captação de recursos e também de produção de materiais sobre a questão da transexualidade *versus* educação e suas resistências. A divulgação via rede social digital também produz resultados mobilizadores em grupos não ativistas.

Quanto ao público que participa dos cursinhos, encontrei alguns que são destinados exclusivamente para pessoas trans e outros que recebem inscrição de pessoas cisgêneras, desde que a sua orientação sexual seja homossexual, ou de pessoas que têm uma proximidade afetiva com os organizadores e suas pautas e que se proponham a construir um espaço não transfóbico. A abertura para a constituição da diferença é um aspecto primordial.

Quanto aos horários das aulas, isto é acordado a partir da realidade local, há cursinhos que funcionam apenas no final de semana, outros que funcionam alguns dias da semana no período vespertino ou noturno. O que define estes aspectos são as condições dos sujeitos alocados na iniciativa, como a ocupação laboral, questões geracionais e também renda.

No *Transenem* desenvolvido em Belo Horizonte, as aulas acontecem no noturno todos os dias da semana, segundo o ex-aluno, grande parte das/os alunas/os do cursinho trabalham em empregos que não estão relacionados com a prostituição, como salão de beleza e telemarketing. Ali, o afastamento da prostituição dá outra possibilidade de assiduidade e envolvimento. Já no *Transpondo*, as alunas, quase todas incluídas na prostituição, relatavam que estar presente nas aulas exigia um esforço gigantesco. Essa dificuldade não é só por trabalharem com a prostituição, no geral alunas e alunos que trabalham tem dificuldade de frequência e assiduidade.

De acordo com Pelúcio (2005) a prostituição das travestis, no seu contexto etnográfico, pode ser entendida de diversas formas:

(1) como uma atividade desprestigiada, com a qual só se envolveriam por necessidade, saindo dela assim que possível; (2) como uma forma de ascender socialmente e ter conquistas materiais e simbólicas; (3) como um trabalho, sendo, portanto, geradora de renda e criadora de um ambiente de sociabilidade. Essas não são posições estanques e definitivas, mas pontos de vista e percepções que se entrecruzam e dialogam. (p. 223)

Garcia (2007) elencou em seu trabalho a relação de classe social, travestilidade e prostituição:

Comparando tais realidades com a das travestis, pode-se pensar que o fato das últimas serem oriundas principalmente de segmentos de baixa renda, portanto, não se deve à existência de normas de gênero mais rígidas, mas sim à própria dinâmica da prostituição, que as direciona para uma identidade transgênera específica, diferente das citadas. O menor investimento em educação desde a infância e o fato de haver poucos recursos financeiros na família para o direcionamento para outras ocupações faz com que esta seja em grande parte das vezes a única alternativa para transgêneros oriundos (as) de camadas populares. A constituição das travestis como um grupo social com identidade específica é, portanto, inseparável da prostituição. (p. 52)

A adoção que Garcia (2007) faz da categoria identitária travesti e as relações com classe social e prostituição, deve ser entendida dentro do seu contexto analítico. Após dez anos de sua pesquisa surge a adoção da identidade travesti como categoria política, renegando as classificações abordadas anteriormente que Barbosa (2010) encontrou em seu campo, no qual se distingue a travesti e a transexual pela cirurgia ou outros aspectos relacionados a genitália. Amara Moira, Sofia Favero e Marcia Rocha são exemplos de ativistas que se apoderam da identidade travesti como identidade política, se assumir travesti é um ato político, um ato de orgulho.

Andrade (2014) narrou a trajetória de vida de Bela, travesti no qual ela pode acompanhar a história de transição, dos 15 anos aos 19 anos, quando foi assassinada. Bela não vivenciou sua “travestilidade” na prostituição, no entanto ao longo de sua vida, Bela perdeu a família, o trabalho e a escola, mantendo apenas a sua forma de vida transgressora de ser travesti, mesmo que essa forma de vida estivesse relacionada as suas perdas e sofrimentos. A experiência de Bela, que Andrade relata, diz respeito as possibilidades de ser uma travesti de baixa renda que não se prostitui.

Já Duque (2009) aponta em seu trabalho etnográfico, uma outra geração de travestis e meninos femininos, na qual não têm sido expulsas de casa. A não expulsão de casa se deve a alguns fatores, são eles: as travestis passam a ser responsáveis pelo apoio financeiro da casa e não há questionamento da origem do dinheiro, assim, há apoio familiar para o processo de feminilização e as travestis utilizam a montagem estratégica, a qual têm permitido o acesso a alguns espaços, tal como a escola. Tais mudanças

geracionais não são mudanças hegemônicas. Embora Duque (2009) aponte que, a partir da montagem estratégica, travestis e meninos femininos têm conseguido acessar o espaço da escola em maior número do que em décadas recentes, histórias como a de Bela relatada por Andrade (2014) e a relação que Garcia (2007) elenca de que a constituição da identidade das travestis de camadas populares é inseparável da prostituição, ainda persistem, e é a partir desta persistência que os *cursinhos trans* se constituem. Faço essa relação não no sentido naturalizar a associação entre prostituição e travestis, ou de anular a temporalidade e territorialidade de tais pesquisas, mas de apontar como essa relação subsiste em alguns contextos, como aponto na experiência etnográfica na cidade de Uberlândia.

Quanto às aulas, elas podem ser realizadas a partir das áreas do conhecimento do Enem: Matemática e suas tecnologias, Ciências humanas e suas tecnologias, Linguagens, códigos e suas tecnologias e Ciências da natureza e suas tecnologias; ou a partir das matérias específicas, português, matemática, sociologia, química, biologia, dentre outras.

Gohn (2009) define a educação formal como:

(...) um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica, etc. (2009, p. 31)

O processo da educação não-formal possui as seguintes características: difusa, menos hierárquica e burocrática, tempo de duração variável, aprendizagem de saberes que vá de encontro com a vida coletiva, aprendizagem compartilhada. (Gohn, 2009) Considero os *cursinhos trans* como experiências que se aproximam desta noção de educação não-formal. Ao pensar a dinâmica de conteúdo dos *cursinhos trans*, percebo que a característica do não estabelecimento de temporalidades, se esbarra em outra questão, pois a preocupação com a temporalidade neste caso é algo real, pois o intuito é que as/os discentes possam concluir os seus estudos e realizar *Enem* de forma que se sintam preparados e não constrangidos frente ao exame.

No *Transpondo* quando pensávamos no conteúdo que seria abordado nas aulas, esta era uma preocupação permanente, afinal como estabelecer um rol de abordagens conteudistas que consiga ir ao encontro com a realidade das discentes e que ao mesmo

tempo possibilite um aporte de saberes que se torne possível a realização do *Enem* e a conclusão do ensino básico?

Outra característica da educação não formal é a auto-gestão do projeto, o que se soma a uma estrutura mais horizontal de decisões e menos hierárquica das iniciativas. No entanto, por mais que isso seja uma marca de experiências da educação não formal, nem sempre tal característica se efetua.

O *Transenem*, de acordo com a/os entrevistadas/os, foi um cursinho idealizado por duas pessoas que não são trans. As idealizadoras começaram a iniciativa por perceberem que elas tinham a obrigação de devolver a sociedade os seus privilégios e que tinham algo a possibilitar para que as pessoas trans ocupassem a universidade. Segundo um dos ex-alunos, a notícia sobre o ingresso de uma mulher trans, Maria Clara, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) foi o mote catalizador para a colocar em prática a iniciativa. No entanto, no começo do cursinho, havia uma centralização da gestão:

Olha, no *Transenem*, ele foi criado por duas idealizadoras, que sentiram a necessidade mesmo de ter um cursinho preparatório pras pessoas trans e tal. Aí no segundo semestre eram as duas que comandavam as coisas, mas esse ano como o cursinho ampliou, como o cursinho cresceu e ficou mais organizado, mais estruturado a gente fez várias reuniões, várias assembleias e nessas reuniões foi decidido que as principais decisões seriam tomadas pelos alunos e alunas, já que o foco são as pessoas trans, que as pessoas trans tomem as decisões importantes. Mas claro que os professores e o resto dos voluntários que ajudam na administração do cursinho também teriam a sua voz e o seu espaço de fala, mas as decisões estariam nas mãos das pessoas trans e isso consolidou o cursinho como espaço de militância e deu essa horizontalidade mesmo. (Entrevista realizada com Sófia no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG - 02/11/2016)

A centralização inicial é encarada como necessária no contexto inicial, porque as idealizadoras tinham condições propícias para estruturar a iniciativa naquele momento. No processo de tensões para que o *Transenem* se tornasse uma iniciativa horizontalizada, uma das idealizadoras abandonou o projeto, a outra continua apoiando a e se dispondo a solucionar os problemas e necessidades do cursinho. Na percepção do Raul existem condições mínimas para se iniciar um projeto deste porte:

E aí, infelizmente pra você tocar um projeto desse você tem que ter condições, condições psicológicas, uma estrutura ou um conforto já, uma independência, um conforto pra conseguir ter tempo e espaço pra fazer isso e as alunas não tinham. O empoderamento do cursinho fez com que elas se se soltassem mais pro mundo, se saísse mais pro mundo, né? Vivenciasse mais a vida, né? (Entrevista realizada com Raul no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG - 01/11/2016)

O *Transpassando*, que não é um cursinho verticalizado, também conta com o apoio de professoras e professores cis⁸² que ajudam nas questões mais burocráticas da iniciativa, já que o mesmo é um projeto da universidade. Já o *Transpondo*, que possui um núcleo de coordenação composto por pessoas cisgêneras e transexuais, atuou em 2016 de modo verticalizado, já que a instauração de assembleias e/ou outros espaços democráticos não foram vivenciados pelas discentes e as/os professoras/es-voluntárias/os.

Em 2016, foi o segundo ano do *Transenem*. Neste segundo ano, o mesmo conseguiu uma sala mais estruturada para as aulas que acontecem no período noturno de segunda a sexta-feira. O segundo ano do cursinho, além da mudança da horizontalidade, teve mudanças também na quantidade professores e na permanência dos alunos que não prestaram *Enem* no ano anterior ou que não conseguiram obter a nota necessária, no primeiro ano o projeto conseguiu que três dos seus alunos adentrassem no ensino superior.

Alguns dos cursinhos, elaboram também um espaço de formação aos voluntários das iniciativas, que tem como objetivo discutir o planejamento das aulas, parcerias e estrutura do cursinho, diagnóstico da realidade local. Há também iniciativas de *cursinhos trans*, não apenas focados no Enem, como é o caso do *Transeducar* de São Paulo, o qual tinha como foco os concursos do IBGE e INSS. Além das aulas, também é mobilizado monitorias de algumas disciplinas para atender as dificuldades das/dos estudantes. Mapeei também iniciativas de tratamento fonoaudiológico às pessoas transexuais, com o objetivo de adequar a sua voz à sua identidade de gênero e melhorar a comunicação a fim de promover a inserção desta população ao mercado de trabalho; apoio jurídico para retificação do registro civil e apoio psicológico. Os *cursinhos trans*, em suas localidades, funcionam como uma rede de apoio, extrapolando a ideia catalisadora das iniciativas, que é de preparar para o *Enem*, e o ingresso ao ensino superior.

No dia do anúncio do *Transpondo*, em 2015, foi realizado um levantamento das travestis que haviam concluído Ensino Fundamental e das que não concluíram e que se interessavam em participar do projeto. Tal mapeamento tinha o intuito de realizar o cursinho a partir das suas necessidades, seja para concluir o Ensino Fundamental ou o ensino médio. Após oito meses o levantamento não tinha mais validade, porque a migração das travestis na localidade é muito intensa. A migração delas pode ocorrer por diversos questões: necessidade de ir para outra localidade a fim de conseguir mais

⁸² Essa abreviação se refere ao conceito cisgênero, e tem sido utilizada como categoria êmica para se referir as pessoas que não são transexuais.

dinheiro com a prostituição, questões pessoais, dentre outros. Concluir o ensino básico nem sempre é prioridade neste contexto.

O *Transpondo*, foi realizado durante o ano de 2016 e contou com participação de travestis e mulheres transexuais. Inicialmente havia 10 pessoas trans para se prepararem para a conclusão do ensino médio e 10 para o Ensino Fundamental. A proposta era que as alunas do Ensino Fundamental concluíssem os estudos através de uma prova realizada em parceria com a *Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais* e as alunas do ensino médio concluíssem usando a nota no *Enem*, abrindo a possibilidade para uso da nota para o ingresso na educação superior através do *Sistema de Seleção Unificada (SISU)*. As aulas aconteciam de segunda a quinta-feira, das 17hs às 19hs. Neste contexto de docência, quase todas as alunas estavam inseridas no trabalho de prostituição.

A minha experiência docente ocorreu junto a mais duas professoras de sociologia, organizávamos a aula com antecedência e partilhávamos a responsabilidade da aula. Em nossa primeira aula, quando falamos sobre o conteúdo, algumas alunas disseram que não lembravam da matéria, outras a classificaram como uma disciplina chata e que tem que discutir e uma das alunas perguntaram “*essa disciplina é aquela que faz pesquisa com travesti?*”, respondemos que realmente existe a possibilidade de fazer pesquisas com travestis, mas que a sociologia pode se interessar por outros temas também. Pode parecer uma pergunta boba, mas ela ajuda pensar na imagem produzida sobre o que é ser pesquisador/antropólogo/sociólogo. Uberlândia é uma cidade universitária e muitos pesquisadores aparecem nas localidades em que elas trabalham, alguns pagam programas para terem suas indagações acadêmicas respondidas.

As aulas não se tratavam apenas sobre a exposição de conteúdo, mas era um momento de discussão sobre as realidades circundantes, e ao longo do tempo percebi que o mais importante não era o conteúdo em si, mas a possibilidade de diálogo. A experiência pedagógica das iniciativas não acontece de modo unilinear. Ali enquanto professora, compartilhei de uma rede articulada de afetos entre as alunas e professoras, donde se aprende sobre respeito a identidade de gênero, constituição de diferenças e técnicas pedagógicas distintas daquelas que historicamente são utilizadas no ambiente de educação formal. Raul, compartilha de impressão semelhante:

E ali, os professores, até então, a gente tem impressão, a gente que tá do outro lado, a gente tem impressão que os professores vão vir e jogar todo conhecimento em cima da gente, que a gente vai aprender bastante, que a gente vai tentar o Enem, mas quando você vê o cursinho, os professores estão lá aprendendo. Os professores de química estão aprendendo sobre hormonização com você, os professores de biologia estão aprendendo sobre mutação com

ocê. Então assim, todos os professores estão aprendendo alguma coisa com você. Então, de repente, você vê ali, que ninguém é diferente de ninguém. (Entrevista realizada com Raul no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG - 01/11/2016)

No entanto, a cada dia que chegávamos no cursinho a realidade estava diferente e se tornava difícil dar continuidade ao conteúdo programático pensado previamente. Em dois meses de aula, do *Transpondo* houve uma mudança das alunas participantes no projeto, muitas das alunas haviam abandonado as aulas. Sobre o abandono das aulas, imagina-se o fator da mobilidade das travestis é o que fez com que muitas abandonassem o curso e mudassem de cidade. Esse é um fator importante, mas não foi o fator decisivo do abandono das alunas. Algumas alunas que abandonaram as aulas, não haviam mudado de cidade, continuavam morando em Uberlândia.

Um dos marcadores da experiência docente no *Transpondo*, eram os recessos. No primeiro recesso apenas foi comunicado as/aos professoras/es voluntárias/os que as alunas estavam cansadas e com dificuldades de ganhar dinheiro na rua e que tínhamos o recesso para que elas descansassem. Após o recesso, as alunas se encontravam mais desmotivadas ainda, o que influenciou a evasão e resultou num grupo de apenas quatro alunas do Ensino Médio.

Lembro que no período de um dos recessos a coordenadora disse que a evasão era normal e por isso o recesso necessário e que conheceu o *Transem* e o *Transvest* em Belo Horizonte, onde os cursinhos também passavam por situações semelhantes. No entanto, quando conheci a/os alunas/os que haviam passado pelo *Transem*, foi dito que houve evasão, mas que em momento algum o cursinho e as aulas pararam. E que as evasões ocorreram por motivos diversos, mas nenhum por desmotivação ou migração das/dos alunos/as. Ao dialogar sobre a evasão com Sofia ela disse que:

Ah, sim... esse problema começou mais no segundo semestre agora, no primeiro semestre a gente tinha aulas até relativamente cheias, variando entre 8 e 12 alunos e alunas, mas nesse semestre muita gente saiu por motivos diferentes, eu sai porque entrei aqui, duas meninas trocaram o turno do trabalho delas e tava conflitando com o horário das aulas, outro arranhou um emprego que era no horário da aula também, e as turmas deram uma esvaziada. Mas o cursinho continuou lá, firme e forte. (...) Não sei como é a situação das trans de Uberlândia, mas imagino que é diferente daqui porque é cidade de interior, aqui é capital, aqui por mais que não tenha tanta oportunidade pras pessoas trans arranjam emprego formal, a oportunidade existe. Dá pra você arranjar emprego no cabeleireiro, dá pra você arranjar emprego num boteco e coisas assim, e lá eu não sei. (Entrevista realizada com Sôfia no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG - 02/11/2016)

Outro fator que influenciou o abandono, foi a ausência das/os professoras/es-voluntárias/os nas aulas programadas, muitos destes tinham inúmeras atividades, e

avisavam em cima da hora os seus contratemplos. Por diversas vezes, a coordenação assumia as aulas destas/es professoras/es-voluntárias/os para que as aulas ocorressem.

A coordenação do projeto estabeleceu uma parceria com a Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia, tal parceria matriculou as alunas no *Centro Estadual de Educação Continuada de Uberlândia – CESEC*, esta escola é mantida pelo *Governo do Estado de Minas Gerais* e tem como foco a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade de ensino semipresencial. Essa parceria possibilitou que as alunas se inscrevessem no *Enem* como alunas de escola pública, o que garantiu a gratuidade da inscrição e também abriu precedente para que elas tirassem a sua certificação através dos exames da instituição, assim as estudantes poderiam concluir seus estudos sem a realização do *Enem*.

Antes da solicitação do nome social no *Enem*, o/a candidato/a deve se inscrever para a realização do exame, após a inscrição em um período fixado pelo *Inep* deve ser acessado a página do participante para preencher a solicitação. A solicitação compreende o envio de alguns documentos: fotografia atual, cópia digital do formulário de atendimento pelo nome social e um documento de identificação oficial com foto. Durante um dos recessos as alunas tinham que ter se inscrito no site do *Inep* para usarem o nome social na prova do *Enem*, neste período a coordenação não estava na cidade e somente após o fim do período de inscrição soubemos que as que as alunas não teriam feito a inscrição por não conseguirem lidar com as exigências burocráticas da mesma. A experiência de não conseguir lidar com o sistema no qual se registra o nome social no *Enem*, não é característica dessa iniciativa, a ex-aluna do *Transenem*, aponta que também não conseguiu solicitá-lo:

Eu fiz o Enem ano passado, mas eu não consegui o requerimento do nome social porque eu tinha perdido minha identidade e ela tava sendo feita ainda durante o prazo pra entregar a documentação necessária pro requerimento do nome social, aí não consegui. E foi horrível porque eu era a única menina na sala, mas eu consegui me abstrair disso e fazer a prova, mas eu tenho certeza que se eu tivesse conseguido o requerimento do nome social tinha tudo sido mais fácil, muito mais fácil. (...) eu dei sorte porque na época eu não tinha começado a minha hormonização, então meu corpo não tinha começado a mudar, ainda conseguia passar por um homem caso eu quisesse. Eu fui fazer a prova como uma figura andrógena. As pessoas ficavam na dúvida quando olhavam pra mim, se era homem, se era mulher, mas foi tranquilo, só foquei na prova mesmo. (Entrevista realizada com Sófia no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG - 02/11/2016)

O ex-aluno do *Transenem* que conseguiu solicitar o nome social aponta a importância do uso do nome social na sua decisão de realizar o Enem, voltar para a sala de aula e sua perspectiva sobre o processo do nome social do Enem:

Olha, se não tivesse nome social eu não tinha feito. Impossível, a inscrição é em abril, eu só fiz o cursinho porque fiz a inscrição e sem nome social eu não tinha feito. E eu só tentei Uberlândia e aqui [UFMG], porque são instituições que tem nome social, senão eu não teria feito. O processo do nome social do Enem não é o melhor do mundo, é muito falho, não é no momento da matrícula, você corre o risco de perder o prazo, tem que ficar atento com coisas que outros candidatos não precisam ficar, e na hora da prova, eu fui o primeiro a chegar porque eu morri de medo de fazer chamada, e eu cheguei lá muito cedo e a escola era muito longe (...) E eu fui pra lá abri uma porta e fui rasgando pra minha sala, tinha 20 pessoas na porta e eu tinha certeza que ninguém era da minha sala, não era possível. Eu queria chegar só eu e o aplicador e mostrar “é eu viu?”. Minha amiga tinha me falado que geralmente o aplicador é o mesmo do outro dia, então ele já ia me ver e já não precisa tanto. Eu fui ver a lista tava o meu nome de registro e o social na frente, a letra do nome não era R, mas ela tava como se fosse o local da ordem certinho do meu R, aí eu peguei minha identidade e apontei na frente Raul, e ele tava assim “durinho”. (...) eu sabia que o examinador era o mesmo, mas no outro dia eu cheguei cedo também. No final eles passam uma folha pra você assinar, eu assinei três folhas, primeiro porque eu fui um dos três últimos, eu não admitia errar uma questão que eu sabia, vai ter questões que eu vou errar, mas eu tenho que ter certeza que eu não sabia, era uma sacanagem aquele tanto de professor se matou pra dar aula pra gente, eu me matei das 9h até as 18h, dois meses e meio de aula só. No final eu assinei as listas dos três últimos e depois tem um papel pra você qualificar como foi, e aí que eu entendi porque elas não fizeram chamada e eles me trataram tão bem, porque tinha uma avaliação no final, “como é que você foi tratado pelo nome social, como é que foi na sala, pra usar o banheiro”, eles perguntam tudo. Foi a melhor coisa do mundo, só o fato de eu poder fazer a prova num lugar que tinha Raul, fez muita diferença, imagina se eu vou pra uma sala que tinha Maria, faz muita diferença. (Entrevista realizada com Raul no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG - 01/11/2016)

No segundo semestre do *Transpando* os coordenadores e algumas alunas apoiaram a candidatura de uma candidata trans⁸³ da cidade, Pamela Volp, filiada ao partido PP (Partido Progressista). A candidata, por meio de 1841 votos, garantiu uma cadeira legislativa na Câmara Municipal de Uberlândia. Uma das características do ativismo trans é que ele não necessariamente se gesta nos partidos e/ou organizações de esquerda e devido a filiação da candidata ao PP, durante todo o período eleitoral a sua candidatura foi alvo de rechaço devido ao alinhamento ideológico do partido, após a eleição a vereadora foi alvo de violências nas redes sociais e perseguições.⁸⁴ Tais questões

⁸³ Keila Simpson Sousa e Sayonara Nogueira (2016), ativistas da Antra e da Rede Trans, realizaram um mapeamento das candidaturas trans nas eleições municipais de 2016 e constataram 83 candidaturas para o legislativo e duas para o executivo. O estado de São Paulo obteve 22 candidaturas, Bahia 08 candidaturas, Paraná e Minas Gerais 06 candidaturas cada, Rio Grande do Sul 05 candidaturas, Paraíba e Ceará tem cada um 04 candidaturas, o Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte com 03 candidatas, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Roraima Goiás e Maranhão têm 02 candidaturas e, com uma candidatura apenas os estados de Santa Catarina, Rondônia, Acre, Amapá, e Amazonas.

⁸⁴ Após a eleição a vereadora foi qualificada de cafetina e criminosa nas redes sociais, os argumentos valiam de sua identidade de gênero para deslegitimar sua elegibilidade. No XII Encontro Regional de Travestis e Transexuais do Triângulo Mineiro a vereadora compôs uma mesa com outras candidatas trans das eleições municipais de 2016 Fernanda Bevenutty- (PT- Paraíba), Amara Moira (Psol-Campinas) Indianara Siqueira (Psol- Rio de Janeiro), a mesa tinha o intuito de discutir a representatividade trans nas últimas eleições, a

partidárias e as eleições influenciaram o desenvolvimento do *Transpondo*. Devido ao envolvimento e os horários exaustivos da campanha alguns cuidados do cotidiano do cursinho não foram executados, assim, durante o período eleitoral não tivemos aula,

Durante a minha experiência de docência no *Transpondo*, as expectativas foram massacradas por vários motivos. Primeiro porque se cria uma imagem de que haverá possibilidades de estruturar um espaço educativo pautado pela diferença, a partir do cursinho, no entanto as questões conjunturais da cidade, que embora tenha militância, a mesma não consegue angariar braços suficientes para seguir em frente com a iniciativa, assim como o período eleitoral e os recessos que influenciaram a rotina da iniciativa.

Além dos dois grupos “*Grupo União*” e o “*Triângulo Trans*” que se responsabilizaram pela iniciativa do *Transpondo*, Uberlândia possui outras ONGs LGBTs, entre as citadas na pesquisa de Bruno de Freitas (2016) sobre territorialidade LGBT em Uberlândia, a *Associação Homossexual de Ajuda Mútua*, o grupo *Shamma*, é uma das instituições que teve vários atritos com os grupos que desenvolveram o *cursinho trans* em Uberlândia.

Freitas (2016) apontou nos depoimentos colhidos, o discurso de que o movimento LGBT em Uberlândia deve se unir a questões partidárias, porque o mesmo não tem ampliado a sua força, assim deve-se organizar essa aliança para eleger um legislador LGBT. Outra questão que permeia as discussões nas ONGs, é a percepção de que seria necessário que o movimento singularizasse as demandas e necessidades de cada uma das letras/identidades da sigla LGBT. Por exemplo, a percepção de que as violências sofridas pelas lésbicas ou pelas travestis guarda peculiaridades em relação àquelas sofridas por gays ou homens trans.

Outra proposta apresentada por uma/um das/os dirigentes para o enfrentamento do preconceito ao grupo LGBT no município de Uberlândia concerne à necessidade de ter união dentro do próprio movimento, pois o gay sofre preconceito, mas o gay afeminado, a lésbica masculinizada, a travesti ou o transexual sofre mais ainda. Dessa maneira, o grupo LGBT precisa ter um entendimento complexo sobre a diversidade, levando-a em consideração dentro do próprio grupo para fortalecê-lo, bem como seus componentes. (Freitas, 2016, p. 143)

De forma velada, há uma rivalidade entre essas instituições. O *Grupo Shama*, responsável pela *15º Parada LGBT da Cidade e 12º Semana da Diversidade*, marcou

importância, os desafios e dificuldades das candidaturas. No mesmo final de semana também ocorria em Uberlândia o 2º Workshop Regional da Rede Trans Brasil, etapa Sudeste, em ambos os eventos a vereadora compartilhou as perseguições sofridas. A Parada LGBT da cidade ocorria concomitantemente aos eventos, no qual a vereadora decidiu não participar devido as perseguições.

provas para a conclusão do Ensino Fundamental e Médio em parceria com a Superintendência Regional de Ensino, tais provas foram divulgadas convidando pessoas LGBTQTs⁸⁵ que não houvessem terminado o Ensino Básico para concluírem através destes exames. Quando os grupos divulgaram as provas, a *Superintendência Regional de Ensino* propôs que as alunas do cursinho realizassem a prova junto ao *Grupo Shamma*, a coordenação do *Transpondo* se pronunciou contra as provas e a parceria, pois de acordo com a leitura da coordenação era uma forma de “usufruir” do trabalho realizado pelo cursinho durante o ano de 2016.

Ao conversar com as alunas sobre as questões relativas ao *Transpondo*, foi confidenciado que estar ali não era apenas cumprir protocolo e receber um diploma, mas um projeto de vida e que tais problemáticas do recesso as deixavam aflitas. Tratava-se de adquirir habilidades e ampliar suas possibilidades de vida, não necessariamente abandonar a prostituição, mas ter acesso a outros saberes. Evidentemente, nem todas as alunas têm a mesma percepção. Os *cursinhos trans* não são apenas sobre concluir o ensino básico e adentrar na universidade, para muitas é a oportunidade de estar em contato com uma outra socialização distinta da transfobia cotidiana que estão submersas.

Os problemas da rotina de funcionamento dos cursinhos não devem ser entendidos como questões morais, mas como elementos que nos leve a refletir como as questões estruturais podem possibilitar ou não experiências transformadoras. Todas as iniciativas possuem as suas intempéries e é a partir do registro destas, que tais iniciativas podem se transformar em políticas efetivas pressionando o Estado e o status quo.

Proponho, que a experiência do *Transpondo* ao realizar um trabalho extenso, se responsabilizando pela formação das alunas tanto no nível fundamental como no médio, teve um peso na iniciativa. Posto que realizar a formação para Ensino Fundamental, Médio e o ingresso ao ensino superior, exige um quadro de pessoas dispostas e disponíveis para responder a este conjunto de demandas, e todos os profissionais, inclusive os coordenadores estavam alocados em suas respectivas profissões, o que gerava um trabalho excessivo e pouco tempo para efetivação deste. O *Transenem* é focado só no Enem, a linha mestra da iniciativa, segundo meus/minhas interlocutores/as declaram. No entanto, esta é apenas uma das ramificações do cursinho, pois o que eles promovem, extrapola o sentido de conclusão do ensino médio. Segundo Raul:

(...) A importância do cursinho é mais que isso, existe um trabalho com autoestima, um trabalho com empoderamento com essas pessoas, acabam que

⁸⁵ A terminologia está sendo usada conforme divulgada na referida ação.

elas começam a se encorajar e ter ferramentas pra encarar essa sociedade tão violenta e começar a perceber, porque o que acontece.(...)Tem pessoas que saíram e que vão no cursinho até hoje porque que amam o cursinho de coração mesmo, mas que saíram e o cursinho foi uma oportunidade de elas encararem a vida com mais força. Algumas no fundo não queriam o Enem, viram o Enem como uma oportunidade de entrar na universidade e aí conseguem se fortalecer, mas perceberam que a universidade não é tudo na vida. O fortalecimento que eu tive na minha vida eu não precisei da universidade. Então o cursinho é um cursinho, mas necessariamente acaba não sendo, porque a coisa mais importante que tem no cursinho é colaborar com autoestima. Não tem nenhum mecanismo aí do lado de fora que contribui pra isso. Infelizmente é muito difícil você encontrar na psicologia um local pra elevar a autoestima. O discurso é sempre um discurso conservador também, então é muito difícil. O cursinho que é esse espaço, no primeiro momento de fortalecer e elevar a autoestima e no segundo momento empoderar e no terceiro momento fortalecer mesmo, unir. O cursinho é isso! E depois você faz aula pra poder passar no Enem. Isso tudo funciona junto numa dinâmica só. (Entrevista realizada com Raul no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG - 01/11/2016)

Além dessa perspectiva de empoderamento, que é uma visão empírica, o conceito pode ser entendido como uma categoria analítica. Analiticamente este conceito tem sido empregado em várias áreas. Rodrigo Rossi Horochovski e Giselle Meirelles (2007) definem empoderamento como o processo em que os indivíduos e grupos obtêm controle sobre suas vidas, podendo decidir sobre questões que lhe dizem respeito,

empoderar é o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão. Nesse sentido, equivale aos sujeitos terem poder de agencia nos temas que afetam suas vidas (p. 486).

O termo empoderamento ganha lugar no Brasil no início da década de 70, com o movimento feminista e negro. Ainda de acordo com Horochovski e Meirelles (2007) o termo se disseminou e seus usos e sentidos tornaram polissêmicos.

Gohn (2004) vê o empoderamento a partir de dois sentidos, o primeiro trata da busca dos grupos e indivíduos por melhora de suas condições de existência, e o segundo, no qual as práticas de assistência social conduzidas pelo terceiro setor mediante parcerias com o Estado, busca prover direitos às populações tidas como marginalizadas. Sobre o papel das organizações da sociedade civil, não há unanimidade na defesa da prestação de serviços destas instituições na busca do empoderamento.

A perspectiva de que empoderar é um processo promotor de agência, que permite às pessoas marginalizadas terem o controle de suas vidas, é uma definição progressista do conceito. Junto a essa perspectiva coexiste outra percepção ligadas aos valores neoliberais, na qual o empoderamento é visto como “*fortalecimento da esfera privada, deixando-se às associações e comunidades a resolução de seus problemas. Combate-se,*

desse modo, políticas e programas estatais de assistência e bem-estar social.” (Horochovski e Meirelles, 2007, p. 492)

Ambas as pessoas que dialoguei do *Transenem*, conseguiram adentrar na universidade pública através do *Enem*. Suas trajetórias de conclusão do ensino médio são distintas, enquanto a mulher trans havia estudado em colégios bem conceituados, o homem trans parou de estudar há 19 anos devido ao sexismo do espaço escolar. Embora a trajetória de conclusão do Ensino Médio de ambos seja distinta, não significa que elas não sejam marcadas pela violência de gênero. Sofia contou que começou a transição apenas quando terminou o Ensino Médio, justamente para evitar a experiência traumática que teve no Ensino Fundamental, no qual ela estudou em uma escola católica e conservadora. Então, mesmo quando mudou para outro colégio, de perspectiva construtivista, preferiu aguentar o sofrimento interno do que correr o risco de ter outra experiência traumática. Porém, ambos contavam com apoio familiar, o que tornou possível estar no cursinho sem grandes dificuldades.

Eu tive vários privilégios assim, eu reconheço eles. Um eu sou branca, tenho pais que me aceitam, que não me expulsaram de casa, que me acolhem, me respeitam. Então eu não precisei ir pra esse caminho, né? Mas essa não é a realidade pra 90% da população. Pra mim não teve essa dificuldade mas pra algumas colegas minhas a dificuldade existia, não necessariamente por causa da prostituição mas por causa de outro trabalho mesmo. Tem duas meninas lá que são cabeleireiras e aí às vezes, a aula já tava começando e o salão não tinha fechado ainda, e aí tinha que ir de um lado da cidade pro outro e era aquela complicação e chegava uma hora atrasada na aula. (Entrevista realizada com Sófia no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG - 02/11/2016)

Anteriormente abordei que os marcadores de gênero e sexualidade demarcam o empreendimento dos *cursinhos trans*, no entanto isso não significa que outros marcadores, como raça, classe e geração não possam tensionar a iniciativa. No entanto, a perspectiva de influência destes marcadores é uma perspectiva interseccional, no qual estes marcadores podem agir de forma articulada na produção da diferença que materializam os corpos dos sujeitos alocados nas iniciativas. Não é uma perspectiva de soma de opressões.

Os marcadores identitários não se constroem separadamente e sem pressão social de outros marcadores, tais como sexualidade, gênero, raça, etnia, corpo, idade, condição físico-mental, classe, origem social e origem geográfica. Os marcadores não podem ser entendidos de maneira isolada, sem que os contextos que produzem o significado destes marcadores sejam considerados, bem como as relações entre os marcadores e os seus efeitos. (Junqueira, 2007)

Sobre os marcadores de diferença, a proposta de Avtar Brah (2006) traça distinções entre categorias de diferenciação e sistemas de discriminação, entre diferença e desigualdade, a ideia é que a análise considere como a subjetividade e a construção da identidade atua na construção das dinâmicas de poder que atuam na diferenciação social. Ao invés de articular os marcadores da diferença como categorias analíticas a proposta é que o termo diferença seja a categoria analítica.

Sobre a ideia de que a classe social tem um peso nas iniciativas dos *cursinhos trans* Raul diz:

Te contar que a metade do cursinho, ou um pouquinho mais tinham condições financeiras pra poder fazer um cursinho convencional, teve aluno do cursinho, que saiu do cursinho convencional conhecido, ele fez a inscrição, conseguiu conversar com alguém pra ter o nome social reconhecido, na hora que teve a troca de mês e de boleto, ele teve problema no pagamento e aí ele comentou que talvez seria o problema do nome social, outra pessoa que atendeu ele falou assim “que absurdo como que alguém fez o cadastro desse jeito, não pode não”. Voltou tudo atrás e foi um tumulto que rolou, ele ficou tão constrangido, tão constrangido que ele falou “não consigo ter aula lá mais”. (Entrevista realizada com Raul no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG - 01/11/2016)

Isso não significa que o marcador de classe social não tenha peso na iniciativa, mas que situacionalmente para alguns sujeitos outros marcadores como gênero e sexualidade tenham um peso maior para ser discente do cursinho. No *Transpondo* o marcador de classe social, junto ao gênero, sexualidade intervia na iniciativa, nenhuma das alunas tinham condição de arcar com os valores de um cursinho tradicional. É notável perceber que o que mobiliza os alunos nestas iniciativas não é a “*soma de marcadores*”. Claro que questões raciais, de classe, geração em alguns contextos podem influenciar a frequência e participação dos alunos, mas a principal motivação dos cursinhos trans é a transfobia, que estes sujeitos estão expostos.

Raul ao apresentar o cursinho na entrevista, apontou o que na sua perspectiva o faz com que os/as alunos/as busquem o cursinho:

O que pega no cursinho trans é que perpassa tudo, independe de questões financeiras, independe de questões raciais, qualquer um está sujeito a tomar ferrada, a não ter condições de não fazer o cursinho tradicional, é qualquer um, você pode estar num local de privilégio, ser uma pessoa branca, ser uma pessoa de classe média, não importa. Você não vai conseguir fazer um cursinho convencional, em que um professor babaca que já acostumou a chamar atenção dos alunos fazendo piadas, faça piadas transfóbicas, isso é intragável, você não vai querer um professor desse. Você não vai querer um cursinho tradicional, onde qualquer um que levanta a mão pra poder dar um exemplo de uma experiência que passou no passado, que tenha a ver com o tema que o professor tá dando ali, e uma pessoa trans não pode falar, porque ela não vai ter coragem de falar “olha lá meu passado quando eu era assim”. Não, não existe. Você consegue imaginar a sua vida sem você remeter ao seu passado em momento algum?! Não consegue, vai ficar aí mudo, digamos que você é uma pessoa

trans que tenha passabilidade⁸⁶, que não tem nada em você que denuncie você enquanto pessoa trans socialmente. Tá, você corre menos risco de sofrer uma violência, mas como é a vida sem falar de seu passado, falar de você, porque você é todo uma história, é muito difícil. Tem pessoas que fazem isso, mas eu não consigo imaginar como é a vida delas, porque eu acho muito difícil, eu tentei fazer isso uma semana eu não aguentei. (Entrevista realizada com Raul no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG - 01/11/2016)

O termo transfobia tem sido amplamente utilizado como categoria empírica para definir as especificidades das violências que pessoas trans são submetidas, na publicação *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos* de Jaqueline Gomes de Jesus (2012), o termo transfobia é definido como: “Preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis. Não confundir com homofobia.” (p. 29) O uso da terminologia vai ao encontro com o conceito de homofobia, ambos são amplamente utilizados no campo de lutas sociais e por vezes até estrategicamente, assim como a luta estratégica do movimento LGBT.

Ao pensar o conceito de homofobia Rogério Junqueira (2007) demarca dois enfoques de como o conceito de homofobia se constitui; o primeiro está ligado a medicina e a clínica, são os discursos que definem a homofobia como doença, no entanto as ferramentas que definem a homofobia como doença são as mesmas que definem a homossexualidade como patologia. O perigo desta definição medicalizada sobre a sexualidade é que as explicações científicas naturalizam a heterossexualidade e se dedicam apenas na compreensão da homossexualidade. “*Em outras palavras: a homofobia pode encontrar em certas representações, crenças e práticas “científicas” uma forma laica e não religiosa de se atualizar, se fortalecer e se disseminar*”. (Junqueira, 2007, p. 6). O respaldo no discurso religioso em relação aos sujeitos que escapam das normatividades de gênero e sexualidade, muitas das vezes é encontrado nessas explicações científicas sobre a homossexualidade. Outro enfoque da constituição do conceito de homofobia é o entendimento da homofobia a partir do questionamento das relações de poder e os processos que produzem as diferenças culturais, no qual se assinala o vínculo entre a homofobia e os mecanismos de discriminação.

O conceito de homofobia no campo da militância está em batalha sobre os seus usos e a capacidade que a terminologia possui para representar as diversas situações de horror frente a orientação sexual que fuja da hetenormatividade. O conceito recebe críticas quanto ao seu uso, no qual majoritariamente representa a discriminação contra

⁸⁶ Se refere ao corpo/identidade da pessoa trans ser lida/interpretada como de uma pessoa cisgênera.

homossexuais masculinos. (Junqueira, 2007) A transfobia é um conceito que surge neste contexto.

De todo modo, é preciso admitir que existe o risco de se falar quase que exclusivamente de gays quando se aborda os temas das homossexualidades e da homofobia. No entanto, é razoável supor que a responsabilidade pelo silenciamento, pela negação ou pelo deslocamento da sexualidade feminina (e, portanto, da lesbianidade) deva ser buscada em outro lugar, e não no conceito de homofobia. (Junqueira, 2007, p. 08)

Sobre as terminologias, Giancarlo Cornejo propõe a pensar a violência contra as pessoas transexuais, através do uso do conceito homo-transfobia. O uso desta terminologia está ligado aos seguintes fatores: as vítimas desta violência serem pessoas trans; a existência da continuidade entre homofobia e transfobia; os discursos homo-transfóbicos veem as pessoas transexuais como homossexuais e também porque algumas pessoas trans se identificam como homossexuais. Cornejo (2014) aponta que existem fronteiras entre os discursos da heterossexualidade e da homossexualidade, e que essas fronteiras são constantemente reiteradas e afirmadas. Tal fronteira não é encontrada entre os discursos da transexualidade e homossexualidade, ali as fronteiras são construídas de modo permeável para que os corpos abjetos e os regimes de vigilância e disciplinamento se multipliquem. A homo-transfobia é uma forma de produzir e legitimar a heterossexualidade, e de também produzir espaços heterossexuais higienizados.

Os *cursinhos trans* são um espaço de apropriação do significado do que vem a ser transfobia e homofobia e os embates representacionais de tais conceitos, este espaço que apresenta tais definições também deixa marcas nas/os suas/seus alunas/os, e uma dessas marcas é o ativismo. Quando falo de ativismo não falo numa perspectiva de militância pela ótica institucionalizada. Falo pela ótica que abordei no segundo capítulo, quando apresentei a distinção entre ativismo e militância. Por essa ótica de ativismo que as/os estudantes que passam por iniciativas do *cursinho trans* se identificam, não necessariamente a participação nas iniciativas confluía para que os sujeitos adentrem nas articulações trans nacionais existentes ou outros grupos. Assim tais iniciativas se tornam um espaço frutífero para que estes sujeitos se localizem como sujeitos políticos. Quando questioneei sobre a relação do *cursinho* versus a militância, foi falado que a iniciativa teve um peso muito grande na percepção ativista:

Pois é, falar do *cursinho* e militância se remete a movimento social, aí não né, no cenário atual, é mais ativismo do que militância. Porque a militância tá muito fragmentada, fragilizada, sem contar que a gente que a militância LGBT infelizmente não é militância T. Então somos mais ativistas do que militantes. Agora ter contato com a militância colabora muito com empoderamento, colabora muito pra entender sobre debates, mas filiar-se, aí não. Mas fazer

parte de eventos produzidos por militâncias, esse ano teve, eu não pude participar porque eu não estava aqui, mas teve a parada LGBT e o tema foi pessoas trans. Eu participei da mesa de abertura da semana da parada, e eu falei “finalmente, né”, porque as pessoas trans são pessoas que sempre tiveram na linha de frente, apanharam e morreram pelo movimento LGBT, mas elas nunca tiveram uma parada para pessoas trans. (Entrevista realizada com Raul no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG - 01/11/2016)

Demais, demais. Tipo vários espaços né, os espaços da militância LGBTem geral né, mas o cursinho especificamente foi ótimo pra conhecer mesmo muito mais pessoas trans e criei amizades maravilhosas e porque querendo ou não é um espaço de militância, você fazer um cursinho específico pra uma das populações mais marginalizadas do Brasil é uma militância. E a gente tenta sempre transformar o espaço da sala de aula num espaço de militância mesmo, principalmente as aulas de humanas, filosofia e sociologia, os debates sempre eram maravilhosos, muito construtivo e ajudou bastante na minha formação como militante. E pra mim como eu tive a experiência de uma escola construtivista eu já sabia o que era um espaço de sala de aula mais transformador, mas comparando com a minha experiência no colégio católico, nossaaa mãe! Que isso, é outra coisa. É transformador mesmo! Foca no trans (risos) (Entrevista realizada com Sófia no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG - 02/11/2016)

A importância do espaço do cursinho, como um *locus* de educação informal, está para além de “oferecer” educação a sujeitos tidos como subalternos. A importância se dá pela própria estética possibilitada com a criação destes espaços. Assim, os cursinhos se tornam aliados na construção de uma educação não transfóbica, que não legitima a heteronormatividade e que também procura não higienizar as práticas daqueles que frequentam.

Em um dos campos etnográficos deste trabalho, ao dialogar com uma interlocutora, contei das iniciativas dos *cursinhos trans* e como via essas iniciativas de modo otimista. A travesti me disse que não via do mesmo modo, que respeitava e admirava a iniciativa, mas que o ideal era que as pessoas trans frequentassem a escola formal junto as outras pessoas. A perspectiva vista por essa interlocutora, é apontada também por outros sujeitos, é a ideia de que criar um espaço educacional exclusivo para as pessoas trans segrega e fomenta a transfobia. Raul discorda de tal perspectiva afirmando a característica inclusiva das iniciativas:

E mais uma vez o problema não está em precisar de um local específico pra pessoas trans, mas em precisar de combater machismo, sexismo e violências que há nas instituições públicas. Vai aparecer sempre um bonitão da vez “mas isso não é uma forma de segregar?”. Segregado já é. Se as pessoas não estão na pública, particular, as convencionais que tem aí é porque já está segregado. Se eu não tenho conforto de chegar no lugar e poder ser naquele lugar, se eu tenho medo de chegar no lugar, se isso ceifa minha vida a ponto de eu não conseguir mais me projetar para o futuro, porque não existe possibilidade se aquilo ali nubla, eu fui expulso. O lance de que a gente tem que atentar pra diferença da segregação divulgada e não divulgada, mas a diferença é essa. As instituições de ensino não escrevem “não aceitamos vocês”. Elas só não

aceitam. Agora vai dizer que o cursinho só porque tá escrito cursinho específico pra pessoas trans tá sendo divulgado uma segregação?! Segregar é fazer divulgando? Não! Pessoas que não são trans tem possibilidade de fazerem cursinhos tradicionais, então vai lá e faça os cursinhos tradicionais. Existe cursinhos populares pra pessoas que não são trans. Uma pessoa trans quer fazer um cursinho pré-vestibular, ela precisa de ir pra um lugar onde ela não sofra nenhum tipo de violência por ser trans, se você me garantir isso em qualquer instituição pública ou particular, tudo bem, ai eu tô segregando, agora se você não garante isso você tá me segregando. A gente tem uma lógica pensamento, um condicionamento de pensamento a gente procura apontar o que é deficiente pra poder desqualificar o sistema inteiro. (Entrevista realizada com Raul no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG - 01/11/2016

Parte-se do pressuposto que as pessoas trans devem se adequar a esse sistema educacional para não serem excluídas? Ou o sistema educacional deveria se adequar para compreender as diferenças afim de que a atividade fim das escolas não seja a exclusão?

Os cursinhos não pretendem suplantam outros espaços educacionais, mas sim, implementar um espaço de construção de autoestima e fortalecimento de existência. Não é um espaço que encerra o seu objetivo na existência da iniciativa. Os cursinhos não se adequam a uma perspectiva educacional segregacionista, é uma perspectiva inclusiva na qual o Estado não é o agente central das iniciativas, mas sim a sociedade civil. Os cursinhos permitem a “*atualização de experiências*” (Oliveira, 2016) de pessoas trans no espaço da universidade, da escola e do mercado de trabalho.

O *Transpondo* foi desenvolvido apenas em 2016, em 2017 o projeto teve seu expediente encerrado, com o fim do *Transpondo* e o fim da pesquisa de campo, os contatos estabelecidos no campo se esmoreceram, embora seja difícil quantificar os resultados da demanda, ou então, sejamos levados a concluir que um cursinho de sucesso é aquele que obtém aprovações de alunos no curso superior há resultados imperceptíveis. Uma das alunas do projeto mudou de cidade no final do ano, algum tempo depois ela entrou em contato para contar que continua estudando em sua nova localidade, não é possível afirmar que a decisão da aluna esteja relacionada com a participação do *Transpondo*, pois muitos elementos podem ter influenciado a decisão da ex-aluna. Em 2017, quando já havia finalizado o trabalho de campo, foi divulgado na cidade de Uberaba e Uberlândia a realização de cursos de empregabilidade para a formação de cerimonialista e promotor de eventos. As/os discentes do curso recebem vale transporte e lanche para garantia da permanência. Estes cursos de empregabilidade são desenvolvidos em parceria com o governo de Minas Gerais e os movimentos sociais articulados.

Tendo em vista que o poder não é algo essencializado, assim como os discursos e a produção da identidade e da diferença Michel Foucault (1988) aponta que:

Os discursos, como silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. (p.111)

É essa perspectiva de resistência que possibilita que pessoas trans adentrem a universidade, e que desponte outras possibilidades de acesso aos saberes da escola formal, os *cursinhos trans*. O sistema escolar tem se essencializado e produzido uma única forma de ser educado, execrando as experiências dispare e as condenando ao “não lugar”. No entanto, os processos de singularização, numa perspectiva deleuziana (Guatarri; Rolnik 1996) permitem que seja irrompido outra maneira de nomear a diferença, “*ameaçando des-organizar o cenário escolar, infiltrando-se nos seus espaços e fazendo barulho, subvertendo as inscrições na parede branca, as representações dualistas entre ser culto ou ser bárbaro, homem ou mulher, homo ou hetero*” (Rios, 2002, p. 113) Marcella Cassiano e Reinaldo Furlan (2013) ao caracterizarem as linhas de fugas as definem como:

(...) são linhas de ruptura, verdadeiros rompimentos que promovem mudanças bruscas muitas vezes imperceptíveis, não sendo sobre codificadas nem pelas linhas duras e nem pelas maleáveis. São rupturas que desfazem o eu com suas relações estabelecidas, entregando-o à pura experimentação do devir, ao menos momentaneamente. São linhas muito ativas, imprevisíveis, que em grande parte das vezes precisam ser inventadas, sem modelo de orientação principalmente quando seu potencial se encontra ameaçado por estratificações exacerbadas. (p. 374)

Essas vozes que irrompem o cenário educacional, os *cursinhos trans* são formas de escape da tentativa totalizadora de educação, são as linhas de fuga, que tem perpassado na construção do cenário educacional.

Sílvio Gallo (2002) em seu texto “*Em torno de uma educação menor*” desloca o conceito de *literatura menor* que Gilles Deleuze e Félix Guattari criaram para analisar a obra de Franz Kafka, para pensar a educação brasileira. As obras de literatura menor possuem três características: a *desterritorialização da língua*, a língua possui certo território físico e cultural, quando a literatura se arranca deste território, desta tradição, se desintegra o real e o território, assim essa literatura é capaz de levar a novos agenciamentos; a *ramificação política* não significa uma expressão política de forma direta, mas a capacidade de ser política, por vezes a sua existência por si só é um ato político; *valor coletivo* é quando os valores daquela obra influenciam não só o artista, mas toda a comunidade. Um exemplo de obra de literatura menor é o livro *Quarto de despejo: Diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus. A escrita da autora foge dos padrões convencionais literários, a existência da obra é política, e ao mesmo tempo possui um

valor coletivo, o livro de Amara Moira *E se eu fosse puta*, também é um exemplo de literatura menor.

Ao deslocar o conceito de literatura menor Gallo define que a educação maior é o que é executado e planejado nos planos decenais de educação, nas políticas públicas, nos parâmetros e diretrizes, o que se localiza na macropolítica. Já a educação menor é:

(...) um ato de revolta e de resistência. Revolta contra os fluxos instituídos, resistência às políticas impostas; sala de aula como trincheira, como a toca do rato, o buraco do cão. Sala de aula como espaço a partir do qual traçamos nossas estratégias, estabelecemos nossa militância, produzindo um presente e um futuro aquém ou para além de qualquer política educacional. Uma educação menor é um ato de singularização e de militância. (Gallo, 2002, p. 173)

Dentre as características da educação menor, a *desterritorialização*, seria a capacidade de se opor e resistir aos parâmetros e as diretrizes da educação menor. “*A educação menor age exatamente nessas brechas para, a partir do deserto e da miséria da sala de aula, fazer emergir possibilidades que escapem a qualquer controle*” (p. 175) *a ramificação política*, seria o ato político do processo educativo, que se tornar mais evidente pela característica de revolta e resistência.

Uma educação menor evidencia a dupla face do agenciamento: agenciamento maquínico de desejo do educador militante e agenciamento coletivo de enunciação, na relação com os estudantes e com o contexto social. Esse duplo agenciamento produz possibilidades, potencializa os efeitos da militância. A educação menor cria trincheiras a partir das quais se promove uma política do cotidiano, das relações diretas entre os indivíduos, que por sua vez exercem efeitos sobre as macro-relações sociais. (Idem, p.175)

Por fim, o valor coletivo, a resistência e a revolta do dia-a-dia, a ação do professor no dia-a-dia não é uma ação solitária e individualista, pois todas as ações estão relacionadas a muitos indivíduos. “*Toda singularização será, ao mesmo tempo, singularização coletiva.*” (p. 176)

É notório que os cursinhos não estão alocados no departamento da educação maior. Mas seria os cursinhos exemplos de educação menor? Abordar, registrar essas iniciativas é importante para que se grite e se ecoe academicamente as resistências tecidas, as mudanças que silenciosamente têm ocorrido, mesmo que a educação maior dos gabinetes não se atente aos sujeitos tidos como desviantes e anormais.

Outra questão que Gallo (2002, p. 177) delimita sobre a educação menor é que:

Os atos militantes podem ser cooptados, re-inseridos no contexto da máquina de controle, perdendo seu potencial libertário. Ou, na perspectiva de fazer-se máquina, resultante dos agenciamentos, a educação menor pode despotencializar-se, ao permitir que se tome nova máquina de controle.

Ao pensar e trazer a teoria queer, que é um dos balizadores teóricos desta dissertação, Louro (2001) aponta que uma pedagogia queer deveria não apenas incluir temas ou conteúdos queer, mas provocar uma reviravolta epistemológica, na qual se preocuparia mais do que construir um ensino para sujeitos queer, mas uma educação subversiva e provocadora. Os *cursinhos trans* se constroem como experiências subversivas ou provocadoras, no molde que Louro nos apresenta? Seria desejável que os *cursinhos trans* se adequem a educação maior?

O fato dos *cursinhos* abarcarem a experiência de sujeitos que fogem as normas de gênero e sexualidade não tornam tais iniciativas queer. Os *cursinhos trans* não são experiências fechadas em si e homogêneas, tomar todas as iniciativas com caráter único seria um erro, acredito que algumas experiências terão características de educação menor e/ou queer, enquanto outras podem reproduzir experiências de uma educação maior.

Como relatei há diferenças no funcionamento das iniciativas, enquanto o *Transpondo* encerrou seu expediente e teve inúmeras condições problemáticas no seu funcionamento, tal como coordenação centralizada, ausência de professores, abandono das alunas, além das questões eleitorais que de algum modo afetaram o desenvolvimento da iniciativa, já o *Transenem* está em seu terceiro ano de funcionamento, e conforme a/os interlocutores relataram têm se efetivado um espaço horizontal, onde as/os alunos podem concluir o ensino básico e acessar a universidade, além dos outros impactos que os *cursinho* tem sobre a vida destas alunas/os.

Tais diferenças de funcionamento das iniciativas não estão totalmente ligadas as ocupações laborais que as alunas estavam sujeitas, como abordei no decorrer do capítulo, embora as alunas do *Transpondo* provessem seu sustento a partir da prostituição tal condição não foi a causa catalisadora para o abandono das alunas e/ou encerramento do projeto, as condições políticas da cidade, os embates em torno da militância LGBT local, além da perspectiva de que o Estado deve ser responsável pelo desenvolvimento de tais projetos teve muito mais peso para a interrupção da iniciativa do que a ocupação laboral das alunas.

Quando se pensa no retorno que o acesso a escolarização pode trazer aos indivíduos, percebe se o quão frágil são programas e projetos propostos a partir do campo educacional. Tal retorno a partir de um econômico nem sempre se materializa e tal efetivação pode ocorrer a longo prazo, o que para a experiência e a necessidade de alguns sujeitos não é factível, os resultados num campo simbólico e cultural também não são imediatos e quantificáveis, a própria concepção de cidadania é polissêmica.

Tais experiências, ainda frágeis, disputam no imaginário social, políticas de existência (Melo, 2016), disputam outros modos possíveis de existir, outras estéticas de vida, constituindo para além da demanda da saúde, um novo campo de reconhecimento de existência.

FECHANDO CICLOS: deixando fissuras

Dois anos e seis meses, é o tempo que este trabalho teve obrigatoriamente para que se maturasse. Difícil tarefa é “fechar” esse texto, difícil pelas lacunas, e também por suas temáticas balizadoras, ainda inconclusas e num período de enfrentamentos, em tempos de *Escola Sem Partido*⁸⁷, *Bancada Evangélica*⁸⁸ e *Ideologia de Gênero* falar de educação, sexualidade e gênero se torna cada dia mais urgente e penoso. Ser professora no qual tais temáticas são balizadoras da prática docente é um campo de guerra, com batalhas vencidas, tréguas e perdas inestimáveis. Na verdade, cada dia de resistência no campo da docência é um ganho de território. Manter a atividade docente e a pesquisa, tornar o trabalho o seu objeto de pesquisa, é uma tarefa árdua. Árdua porque fomos convencidos insistentemente que professor/a de nível médio e pesquisador/a são profissões incompatíveis, e talvez sejam. A nós professores do ensino médio só resta o giz e a voz como ferramentas de construção? Ser professora e ousar falar de gênero? Ser professora e ousar ter sexualidade? Ser professora e ir na parada LGBT?

O processo de “descoberta” do que se tratava de fato este texto ocorreu no momento da qualificação. Não sei por qual motivação, mas ao longo da minha formação tentei me afastar do campo da educação. Ao tentar ignorar os prazeres e as dores da sala de aula de nível básico, me vi realizando um mestrado sobre sexualidade, gênero e, como descobri, em educação. Esta pesquisa argui sobre o quanto as pessoas trans são ignoradas, mas ao mesmo tempo reinventam, redescobrem e ressignificam suas existências.

Em tempos de modernidade líquida (Bauman, 2000) tudo tem acontecido de modo efêmero e fugaz, se torna árduo e necessário acompanhar tantas transformações, é possível que em um ou dois anos tais experiências educativas e políticas desapareçam ou tomem outro corpo.

Além disso, há uma característica que senti em meus trânsitos, que é a dificuldade de adentrar em alguns cursinhos e outros espaços. Em uma ocasião de apresentação pessoal em um dos encontros da militância institucional que participei passei por um

⁸⁷ Se refere a um movimento político que acusa os professores de doutrinação ideológica. Tal movimento têm apresentado projetos de leis em todo território brasileiro. Um exemplo é o Projeto de lei 193/2016 do senador Magno Malta (PR-ES), que está em tramitação e inclui na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional o programa Escola sem Partido.

⁸⁸ Frente parlamentar composta por deputados evangélicos de partidos distintos. Segundo o mapeamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) (2014) 75 dos parlamentares fazem parte da bancada evangélica, que se opõe a união homoafetiva, pesquisas com células tronco, legalização do aborto e defendem a família nuclear.

momento constrangedor frente as ativistas, em uma das minhas falas quando disse que conheci “*algumas*” travestis, uma militante me interrompeu “*me corrigindo*”, eu fiquei sem entender e constrangida, pensando e reavaliando o que havia feito de errado, algumas travestis questionaram a militante e disseram que eu não havia dito nada de errado, que havia flexionado o pronome no feminino, não no masculino, imediatamente ela me pediu desculpas e disse que se confundiu. Percebi que durante o evento, a travesti não se importava e tão pouco prestava atenção nas falas das pessoas e que talvez o seu incomodo era por eu ser “mulher cis” e estar em um ambiente trans, além de pesquisadora. Vale notar que neste espaço nenhum dos homens cis pesquisadores foram interrompidos e/ou questionados em suas apresentações. Acredito que tal diferenciação não está ligada ao gênero e/ou orientação sexual, tendo em vista que vivenciei situações de locução de parceria com mulheres cisgêneras e heterossexuais em espaços semelhantes. Há sujeitos que são vistos como parceiros em determinados contextos ou não, por vezes ser visto como parceiro passa pelo estabelecimento de uma relação com um determinado rol de contatos que pode vir a estabelecer uma imagem de parceria do sujeito ou não. Aponto tal vivência, não no intuito de buscar a genealogia de tal diferenciação, mas com o objetivo de pontuar o quão hostis alguns espaços da militância institucionalizada tem sido, e que é a partir dessa condição que os resultados das pesquisas se tecem.

Este trabalho se propôs a transitar em alguns espaços mapeando ações de resistência configuradas em contextos políticos e educacionais como elementos que não se separam. Percebo que através de alguns embates no campo da educação, do gênero e da sexualidade que a potência de alguns espaços se constitui e é também no campo da educação que novas estratégias de resistência, militantes e ativistas têm sido possíveis.

Assim, no primeiro capítulo desta dissertação a partir de uma análise bibliográfica situei o contexto das políticas públicas destinadas às pessoas trans e o movimento de travestis e transexuais. Ao entender os embates políticos e disputas deste cenário, percebe-se que as políticas que eram marcadamente desenvolvidas no campo da saúde têm se ampliado para o campo da educação. No entanto, mesmo com tal deslocamento as políticas públicas destinadas as pessoas trans ainda são precárias, inexistentes em alguns territórios e enfrentam diversos embates (e recusas) na cena pública. Mesmo com o contexto de precariedade, é um marco político e histórico importante a existência de políticas públicas que inspiram iniciativas coletivas voltadas para e realizadas por sujeitos que vivem em desacordo com as normativas de gênero e sexualidade. Caso se aposte exclusivamente nos marcos institucionais como prática política ou centrados em

perspectiva identitária, a percepção dos enfrentamentos e das mudanças se torna insignificante. Mas ao se aproximar de uma perspectiva pós-identitária é possível questionar a presumida precariedade e perceber as estratégias constituídas pelos sujeitos nas tramas cotidianas, conferindo, assim visibilidade a eles. O que, considero não seja suficiente quando nos centramos excessivamente em políticas e estratégias institucionais.

E é a partir dessa perspectiva pós-identitária que me volto para o segundo capítulo no qual abordo a minha experiência etnográfica, meus trânsitos em espaços políticos da cidade de Uberaba. Ali, me aproximei de experiências não institucionalizadas e pude registrar a constituição de embates políticos, de um fazer político próprio que rechaça a política convencional. Assim, pude perceber como a partir de práticas conservadoras, como a distribuição da cartilha evangélica distribuída pelo parlamentar, catalisa mobilizações e resistência na cidade. A partir da distribuição da cartilha, os sujeitos elaboraram estratégias de resistência, compareceram nas audiências, promoveram debates. Tais estratégias se centram no campo da cultura, assim os embates jurídicos e legais ainda são precários, seja pelo não domínio do arcabouço de tais áreas ou por estratégia política dos atores. Os embates no campo da educação em meus trânsitos em Uberaba foram cruciais para a constituição da prática ora ativista, ora militante na cidade, e é também partir do campo da educação, que outras estratégias de resistência tem se constituído em várias localidades.

Os *cursinhos trans* mapeados através das redes sociais são exemplos de estratégias de existência através do campo da educação. Tais iniciativas devem ser compreendidas a partir de seu caráter múltiplo. Analisar os *cursinhos* como iniciativas *queer* ou de *educação menor* não é algo possível, pois estas iniciativas através dos investimentos dos sujeitos podem conceber estruturas muito distintas. Os *cursinhos* são experiências frágeis, não no sentido de inconsistência, mas de dependências que as iniciativas possuem: dependem de uma rede de apoio e de solidariedade que tem como base a sensibilização, pois o que pode levar as pessoas a contribuírem ou não com tais iniciativas, não se opera no campo da moral/religião/bondade mas de perceber/viver a abjeção que as pessoas trans são sujeitas. Há também uma dependência em relação as questões estruturais, por mais que as iniciativas tenham uma rotina que funcione sem o apoio estatal há dependências em relação ao Estado, como por exemplo o acesso ao nome social para a realização do *Enem*, a possibilidade de conclusão do ensino básico através do *Enceeja*, além disso os benefícios do *cursinho* num plano econômico para as/os alunas/os podem existir a longo prazo ou até mesmo serem inexistentes, o que acaba provendo uma cidadania pautada no

acesso a bens culturais e simbólicos. Os *cursinhos trans* são novas formas de existência, novos modos de garantir a visibilidade destes sujeitos, no qual a estrutura dos *cursinhos* cria uma rede de apoio e de solidariedade nas iniciativas que pode prover um sentimento de pertencimento e humanidade aos discentes e demais sujeitos envolvidos.

Nesta perspectiva de conhecimento situado produzido sobre sujeitos que ocupam o lugar fronteiro, este trabalho se propôs a abordar novas experiências de cidadania, no qual as pessoas trans têm acessado e construído, indo além dos dados etnográficos até então mapeados, nos quais há grande centralidade dos processos de exclusão e violência. Acredito que este texto possui algumas lacunas ao pensar tais resistências no campo da política e da educação, lacunas estas próprias de um campo que ainda está em intenso desenvolvimento e flagrantes transformações. No entanto tal registro é necessário para a constituição de um saber situado (Haraway, 1995) sobre tais iniciativas.

Propus-me aqui contribuir para a constituição de um conhecimento plural e o mais diverso possível sobre o desenvolvido de pesquisas sobre as margens do gênero, da sexualidade e do “pensável” (Louro, 2013)⁸⁹ produzidas em margens acadêmicas. Acredito que tenha cumprido a proposta. Não isento a minha perspectiva nas análises, enquanto docente, acredito que pensar o acesso a cidadania pelo campo da educação é uma tarefa cara e necessária, e quando se vive a experiência de uma sala de aula convencional e se experimenta a sala de aula pautada na diferença, na qual as/os alunas/os estão dispostas a construir conhecimentos há riscos de favorecer as experiências dos *cursinhos*.

Por fim, as estratégias de existência mapeadas nesta dissertação, deste fazer política e os *cursinhos trans* são estratégias que se dão no campo da cultura, mais ligadas a uma perspectiva pós-identitária. Embora os sujeitos que vivenciam e promovam tais ações não necessariamente reconheçam tal característica. No que tange ao não reconhecimento de algumas práticas culturais como atuações políticas efetivas, como por exemplo tomar o funk como forma de mobilização e pressão do coletivo para a transformação, é, paradoxalmente o que pode permitir que os atos destas práticas não só disputem o reconhecimento/existência num território da cultura e dos imaginários sociais, como ofereçam espaços arejados, criativos e contestatórios, que não são facilmente capturáveis. Desta formar, desejavelmente, não se transformar em “amarras tirânicas”

⁸⁹ Menção a proposta provocativa de Guacira Lopes Louro, quando escreve que os estudos queer nos forçam a pensar para além dos limites do pensável, quer dizer, sair dos binarismos, ir além dos essencialismos, duvidar da biologia e esforçar-se para pensar, por exemplo, sem gênero.

(Seffner, 2011)⁹⁰. Aquelas que impõe padrões regulatórios para o reconhecimento de determinadas existências e para o exercício criativo de experiências existenciais. Fugir festiva e conscientemente destas amarras é uma das potencias destas novas experimentações em torno da política e da educação. Rizomaticamente evitando a cooptação e mantendo as fissuras próprias desse campo social.

⁹⁰ Fernando Seffner (2011) utiliza essa expressão ao abordar como as lutas em torno dos direitos e do reconhecimento LGBT tem reduzido o campo de experimentações dos sujeitos, se transformando em amarras tirânicas que não permitem novas experimentações e novos modos de ser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Julião Gonçalves. **Lutas por reconhecimento, desrespeito e universidade: a atuação dos coletivos universitários de diversidade sexual para o enfrentamento à homofobia institucional.** Teoria e sociedade, Belo Horizonte, n. 21. p. 229-263, 2013.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e/ou resistência à ordem normativa.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2012.

ANUNCIÇÃO, João Fábio M. **Os territórios do (a) homoerotismo/homossexualidade no município de Uberaba (MG).** Trabalho de conclusão de curso (Graduação em geografia). Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2016.

BRAH, Avtar. **Diferença, Diversidade, Diferenciação.** In: Cadernos Pagu. Campinas, n.26 p.329-376, 2006.

BARBOSA, Bruno Cesar. **Nomes e Diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). USP, São Paulo, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BELELI, Iara. **Amores Online.** In: PELÚCIO, Larissa et all (orgs.) *Gênero, Sexualidade e Mídia: Olhares Plurais para o Cotidiano.* Marília, Cultura Acadêmica Editora, 2012. p. 56-73.

BENEDETTI, Marcos. **Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis.** Garamond: Rio de Janeiro, 2005.

BENTO, Berenice. **Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal.** Revista Contemporânea, Bahia, v. 4, n. 1. p. 165-182 Jan.–Jun. 2014.

BENTO, Berenice. **Política da diferença: feminismos e transexualidade.** In: In: Colling. Leandro (Organizador). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, 2011.

BORBA, Rodrigo. **A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais.** Cadernos Pagu, v. 43, p. 441-474, jul-dez. 2014.

BRITTO, Tatiana Feitosa de. **Passo a passo no Legislativo: os caminhos do Plano Nacional de Educação no Congresso Nacional** in: GOMES, Ana Valeska Amaral; BRITTO, Tatiana Feitosa. (Organizadoras). *Plano Nacional de Educação: construção e perspectivas.* Brasília, 2015.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”.** In: LOURO, Guacira Lopes (org.): *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade.* Belo Horizonte. Autêntica, p. 153-172. 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero - Feminismo e Subversão de Identidade**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAMARGOS, Moacir Lopes de. **Sobressaltos: caminhando, cantando e dançando na f(r)esta da Parada do Orgulho Gay de São Paulo**. Campinas. Tese (Doutorado em linguística). Unicamp, Campinas, 2007.

CANDIOTTO, Cesar. **Foucault: uma história crítica da verdade**. *Trans/Form/Ação*, Marília, v.29, n.2, 2006.

CARRARA, Sérgio. **Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo**. *Revista Bagoas*, Natal, n. 05, p. 131-147, 2010.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. **Os Direitos sexuais e reprodutivos no Brasil a partir da “Constituição Cidadã”**. In: OLIVEN, Ruben G.; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo M. *A Constituição brasileira de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: ANPOCS, 2008.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. **Tá lá o corpo estendido no chão...”: a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro**. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.16, n 2, p. 233-249, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima **“Muito prazer, eu existo!”: visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CARVALHO, Mário. **Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais**. Dissertação (Mestrado em saúde coletiva) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CASSIANO, Marcella; FURLAN, Reinaldo. **O processo de subjetivação segundo a esquizoanálise**. *Psicologia & Sociedade*, v. 25, n. 2, p. 373-378. 2013.

CAVALCANTE, Alexandre Soares. **A formação do CNCD/LGBT1: uma análise a partir da literatura de políticas públicas**. *RIDH*. Bauru, n. 4, p. 211-226, jun. 2015.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

COOLING, Leandro. **Políticas para um Brasil além de Stonewall**. In: Colling, Leandro (Organizador). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, 2011.

COOLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador: Edufba, 2015.

CORNEJO, Giancarlo. **Fronteras que matan: Autoritarismos y homo-transfobias**. *Revista de Antropología Experimental*, nº 14, p. 151-158, 2014.

COSTA, Claudia de Lima. **Situando o Sujeito do Feminismo: o lugar da Teoria, as Margens e a Teoria do Lugar.** *Travessia.Florianopolis.* n. 29/30. p. 123-160. 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Introdução: Rizoma.** In: *Mil Platôs (Capitalismo e Esquizofrenia)* Vol. 1 Editora 34, 1995.

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019.** Brasília: DIAP, 2014.

Diagnóstico de violência doméstica e familiar nas Regiões Integradas de Segurança Pública de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

DUQUE, Tiago. **Montagens e desmontagens: vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência.** Dissertação (Mestrado em sociologia). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

FACCHINI, Regina. FRANÇA, Isadora Lins. **De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro.** *Sexualidad, Salud y Sociedad.* n.3, p. 54-81, 2009.

FACHINNI, Regina. **Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro.** *Revista Bagoas, Natal,* v.3. n. 4, p.131- 158, 2009.

FACHINNI, Regina. **Sopa de letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Unicamp, São Paulo, 2001.

FERRAZ, Elisabeth Anhel. SOUZA, Cynthia Teixeira de. SOUZA, Luiza de Marilac de COSTA, Ney. **Travestis profissionais do sexo: vulnerabilidades a partir de comportamentos sexuais.** Disponível em: <
<https://pdfs.semanticscholar.org/b6ee/a40c39fe4a48b8b45edc9ff8fafc3d669c3b.pdf>>
Acesso em janeiro de 2017.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. **Os intelectuais e o poder.** In: *Microfísica do Poder,* Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCO, Neil. **Professoras Trans brasileiras: ressignificações de gênero e de sexualidades no contexto escolar.** Tese (Doutorado em educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

FREITAS, Bruno. **Cidade, gênero e sexualidade: territorialidades LGBT em Uberlândia, MG.** Dissertação (Mestrado em geografia) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

- GALLO, Sílvio. **Em torno de uma educação menor**. Educação e Realidade V.27. p.169-178. jul-dez. 2002
- GAMSON, Joshua. **Deben autodestruirse los movimientos identitarios? Un extraño dilema**. In: JIMÉNEZ, Rafael Mérida. Sexualidades transgresoras: Una antología de estudios queer. Barcelona: Icaria editorial, pp. 141-172, 2002.
- GARCIA, Marcos Roberto Vieira. **Dragões: Gênero, Corpo, Trabalho e Violência na formação da identidade entre Travestis de Baixa Renda**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- GOHN, Maria da Gloria. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. Saúde e Sociedade v.13, n.2, p.20-31, maio-ago, 2004.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social**. Meta: Avaliação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan-abr. 2009.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação.v.16, n.47, Rio de Janeiro, Mai-Ago, 2011.
- GOMES, Maria Terezinha Serafim. **Dinâmica econômica e cidades médias: uma análise sobre a cidade de Uberaba na região do Triângulo Mineiro**. GEOUSP (Online), São Paulo, v. 19, n. 3, p. 516 – 534, set.-dez. 2015
- GUATARRI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petropolis: Vozes, 1996.
- HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu. v.5. p. 07-41, 1995.
- HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. MEIRELLES, Giselle. **Problematizando o conceito de empoderamento**. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil.
- IRINEU, Bruna Andrade. **10 Anos do Programa Brasil Sem Homofobia: Notas Críticas**. Temporalis, v. 2, n. 28, p. 193-220, nov. 2014.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Uma puta educadora: entrevista com Indianara Alves Siqueira**. Revista Gênero. v. 14. n.1. 2013
- JORDÃO, Patrícia, **A antropologia pós-moderna: uma nova concepção da etnografia e seus sujeitos**. Revista de Iniciação Científica da FFC, v.4, n.1, 2004.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia: Limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas**. Revista Bagoas, v.1, p.1-22, 2007.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LEITE, Jorge. **“Nossos corpos também mudam”:** sexo, gênero e a invenção das categorias **“travesti”** e **“transexual”** no discurso científico. Tese. (Doutorado em ciências sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2008.

LIMA, Antônio Carlos de Souza; Castro, João Paulo Macedo. **Notas para uma Abordagem Antropológica da(s) Política(s) Pública(s)**. Revista *Anthropológicas*. V.19, p. 17-54, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. in: Priore, Mary Del (org.); *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer: uma política pós identitária para a educação**. Revista *Estudos Feministas*. Florianópolis. v.9 n.2. p.541-553. 2001.

LOURO, Guacira. **“O estranhamento queer”**. *Fazendo Gênero/2006 Simpósio temático: A violência material e simbólica* (Comunicação).2006. Disponível em: <<http://www.tanianavarrosvain.com.br/labrys/labrys11/libre/guacira.htm>>. Acesso em: 2013.

LOURO, Guacira. **Pedagogias da sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes (org.): *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte. Autêntica. 2000.

MARCUS, George. **Etnografia em/del sistema mundo**. El surgimento de La etnografia multilocal. *Alteridades*, v. 11, p. 11-127, 2001.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderez; MAROJA, Daniela, **Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades**. *Cadernos Pagu*, v.39, 403-429.jul-dez, 2012.

MELLO, Luiz; FREITAS, Fátima; PEDROSA, Cláudio; BRITO, Walderez. **“Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil”**. Bagoas: Revista de Estudos Gays, v. 7, p. 99- 122, 2012.

MELO, Késia Maria Maximiano. **“Consciência, news e glamour”:** A internet como espaço alternativo de sociabilidade e ativismo entre pessoas trans. Dissertação. (Mestrado em ciências sociais) Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Marília, 2016.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização**. *Sociologias*. n.21, Porto Alegre, 2009.

MISKOLCI, Richard. **Não somos queremos – Notas sobre o declínio do essencialismo estratégico**. Mesa Novas Perspectivas e Desafios Políticos do evento Stonewall 40 +0 que no Brasil?. Salvador. 2010.

MISKOLCI, Richard. **Não somos, queremos—reflexões *queer* sobre a política sexual brasileira contemporânea.** In: Colling. Leandro (Organizador). Stonewall 40 + o que no Brasil? Salvador: EDUFBA, 2011.

MORONI, José Antônio. **O direito à participação no Governo Lula.** Saúde em Debate, v. 29, n. 71, Set/Dez. 2005.

OCHOA, Marcia “**Ciudadanía perversa: divas, marginación y participación en la ‘localización’**”. En Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 239-256. 2004.

OLIVEIRA, Thiago Ranniery Moreira de. **Corpos feitos de plástico, pó e glitter: currículos para dicções heterogêneas e visibilidades improváveis.** Tese (Doutorado em educação). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Orientações do CNCD/LGBT para a realização das etapas municipais/regionais e estaduais da III Conferência Nacional LGBT. 2015. Disponível em: <<http://www.rcdh.es.gov.br/sites/default/files/2015%20Orientacoes%20III%20Conferencia%20Nacional%20LGBT.pdf>> Acesso em janeiro de 2017.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

PELÚCIO, Larissa. **Na noite nem todos os gatos são pardos. Notas sobre prostituição travesti.** Pagu. Universidade Estadual de Campinas, p.217-248, jul -dez, 2005.

PELÚCIO, Larissa. **ONGs/Aids e Estado: parceria e conflito.** Dissertação (Mestrado em ciências sociais). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.

PELÚCIO, Larissa. **Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos *queer* no Brasil?.** Revista Periódicus, v.1, n.1, 2014.

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. **A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes.** Sexualidad Salud y Sociedad, Rio de Janeiro, n.1, p.125 -157, 2009.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. **Pré vestibulares em Porto Alegre: na fronteira entre o público e o privado.** Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PERES, William. **Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania.** 2005. 298f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

QUIJANO, Aníbal “**Colonialidad del poder y clasificacion social**”. Journal of World-systems Research. Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein.v.2, p. 342-386. 2000.

Relatório final: 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília. 2016.

RIOS, Guilherme. **A captura da diferença nos espaços escolares: um olhar deleuziano.** Educação e realidade. v.27, p-111-122, jul-dez. 2002.

RIOS, Roger Raupp. **A Laicidade e os Desafios à Democracia no Brasil: Neutralidade e Pluriconfessionalidade na Constituição de 1988.** In: Diversidade sexual e relações de gênero nas políticas públicas: o que a laicidade tem a ver com isso? Henrique Caetano Nardi; Paula Sandrine Machado e Raquel da Silva Silveira [orgs.], Porto Alegre: Deriva/ Abrapso, 2015.

RODRIGUES, Cristian Vicente. **Vislumbrando os sujeitos “invisíveis” sob o foco das práticas de controle social – Uberaba 1865/1935.** Dissertação (mestrado em história) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973).** Petrópolis: Vozes, 1986.

ROSÁRIO, Maria José Aviz. MELO, Clarice Nascimento. **A educação jesuítica no Brasil colônia.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n 61, p. 379-389, 2015.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SCOTT, Joan W. **O enigma da igualdade.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 13, n. 1, p.11-30, Jan-Abr, 2005.

SEFFNER, Fernando. **Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde, políticas e direitos LGBT.** In: Colling. Leandro (Organizador). Stonewall 40 + o que no Brasil? Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Hélio. **Travestis entre o espelho e a rua.** Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SIQUEIRA, Camila Zucon Ramos. **Os cursinhos populares: estudo comparado entre MSU e EDUCAFRO – MG.** Dissertação (mestrado em educação). Universidade Federal de Viçosa, 2011.

SOUSA, Keila Simpson; NOGUEIRA, Sayonara. **Candidaturas trans 2016.** Disponível em: <<http://big.assets.huffingtonpost.com/candidaturastrans.pdf>> Acesso em janeiro de 2017.

SOUZA, Heloisa Aparecida. **Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas. 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. UFMG: Belo Horizonte, 2010.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **“Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade”**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.

TORRES, Marco Antônio. **A importância da Laicidade para Liberdade Sexual e sexualidades im/possíveis em contextos heteronormativos**. In: Diversidade sexual e relações de gênero nas políticas públicas: o que a laicidade tem a ver com isso? Henrique Caetano Nardi; Paula Sandrine Machado e Raquel da Silva Silveira [orgs.], Porto Alegre: Deriva/ Abrapso, 2015.

TOSOLD, Léa. **Do problema do essencialismo a outra maneira de se fazer política: retomando o potencial transformador das políticas de diferença**. Dossiê: teoria política e social na contemporaneidade, p. 166 – 183, 2010.

TOSTA, André Luiz Zanão. **O jeitinho das capixabas: movimento social LGBT e militantes trans do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em ciências sociais) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

VEIGA-NETO, Alfredo. **É preciso ir aos porões**. Revista Brasileira de Educação. v. 17 n. 50. maio-ago. 2012.

WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. **O Coronelismo Despótico de Uberaba (MG): dos coronéis da Princesa do Sertão aos coronéis do zebu na nova configuração das elites uberabenses no período de 1960 a 2007**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Da “invenção” do vestibular aos cursinhos populares: Um desafio para a Orientação Profissional Ensaio**. Revista Brasileira de Orientação Profissional. v. 11, n.2, jul-dez. 2010.